
Eleições 98
Um programa
para o Brasil

Princípios

FEVEREIRO ■ MARÇO ■ ABRIL/98

Nº 48 R\$ 7,50

México
O novo muro
da vergonha

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

TIGRES' DE PAPEL

A crise da Ásia
não é local, mas
do capitalismo
“globalizado”

por Renildo de Souza



Entrevista: Ferreira Gullar
O mercado rebaixa os valores da arte

1998 é ano de campanha...

... e ano de vitórias!

Em 98 teremos um presente:

a 50ª edição de **Princípios!**

É uma vitória para a equipe da Revista.

Milhares de leitores foram atendidos em 17 anos de dedicação e empenho. Tratamos dos principais temas e assuntos com a seriedade e coerência de quem tem algo a contribuir para a luta de idéias. **Princípios!** contou e contará com trabalho concentrado a fim de cumprir os objetivos expressos na 1ª edição de nossa revista: “satisfazer as necessidades teóricas e políticas das forças sociais empenhadas na transformação progressista de nossa sociedade...”

Faça parte desse coletivo, assine **Princípios!**



7 DIAS EM CUBA A PROMOÇÃO DE PRINCÍPIOS!

Isso mesmo! Na festa de comemoração da Revista, conheceremos o (a) ganhador (a) da promoção “7 dias em Cuba”.

Para participar, basta assinar **Princípios!** ou - caso já seja assinante - renovar sua assinatura até 25 de setembro de 98.

Você receberá um número para concorrer à viagem pela Loteria Federal de 3 de outubro.

Não perca tempo, procure hoje mesmo o PCdoB de sua cidade ou ligue (011) 289-1331.

A ANITA GARIBALDI ESTÁ NA INTERNET!

A partir de agora a Editora Anita Garibaldi está na Internet, a rede mundial de computadores.

Ficou muito mais fácil para você saber das novidades e lançamentos, mandar seus recados, fazer seu pedido de assinatura dos periódicos e atualizar sua biblioteca pela nossa livraria virtual. Visite-nos, estamos esperando!

Nosso site: www.anitagaribaldi.com.br

Nosso coreio eletrônico (e-mail): livraria@anitagaribaldi.com.br

O P I N I Ã O

Atualidade do Manifesto do Partido Comunista

Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Estas palavras célebres, que ameaçam as classes dominantes do capitalismo e soam como promessa de superação definitiva dos males deste sistema para os trabalhadores, abrem o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, que comemora 150 anos de publicação neste mês de fevereiro. A revista *Princípios* número 47 dedicou sua capa a este tema. Nesta edição, contamos com dois artigos sobre a mesma questão: um de João Amazonas e outro de Luis Fernandes, abordando sob ângulos diferentes o texto de 1848.

Uma série de eventos vai marcar este aniversário. Isso é muito justo e correto. Mas, em muitos aspectos, são comemorações que tratam o *Manifesto* como um texto morto, importante mas superado, correto no passado mas cujas teses não se aplicam mais hoje. Outros pensam que, com as mudanças ocorridas neste final de século, é preciso reescrever aquele texto para atualizá-lo.

O *Manifesto* é o primeiro e principal programa estratégico da classe operária. Iluminou a luta pelo socialismo desde meados do século passado. Herdeiros da tradição de Marx e Engels, legatários das idéias e do espírito do *Manifesto*, os comunistas têm nele um documento vivo e atual. Não o tomam de modo dogmático – não como um evangelho leigo, anúncio pronto e acabado de um mundo novo, a ser tomado rigorosamente ao pé da letra. Não. A atualidade de suas teses decorre do exame da vida real, objetiva, e é ressaltada pelas mazelas que o capitalismo espalha.

Analisando o modo capitalista de produção, e prevendo os desdobramentos práticos e históricos de sua lógica de dominação, Marx e Engels produziram, há um século e meio, a mais vigorosa descrição do que viria a ser o capitalismo. E, de certa forma, o mundo globalizado deste final de século, é a realização real, objetiva, daquela genial antevisão teórica.

O capitalismo cria riquezas de forma inaudita, mas também gera a miséria mais profunda; concentra bens materiais nas mãos de poucos, e deixa enormes massas à míngua; leva o conhecimento às entranhas mais íntimas da matéria, mas mantém bilhões de pessoas na ignorância e na alienação; liberta o indivíduo e permite seu desenvolvimento, mas impede que todos os homens e mulheres possam desenvolver seu potencial humano – hoje, todos estes traços do capitalismo espalham-se pela Terra inteira, semeando catástrofes e deixando um rastro de destruição.

Os mitos capitalistas tombam um após outro – ontem, foi o México; hoje, como bem ilustra a capa desta edição, são os “tigres” asiáticos, ilustrando a crise global deste sistema que apregoa a liberdade mas levanta novos muros da vergonha para proibir a circulação dos trabalhadores, assunto de reportagem de Carlos Azevedo.

Os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária; mas, na luta presente, não deixam de representar os objetivos futuros desse movimento, escreveram Marx e Engels no *Manifesto*. Este é o ponto que garante a atualidade desse programa político revolucionário, a despeito de todos aqueles para quem este documento ficou caduco. Ao contrário, documento extremamente plástico e flexível, capaz de adaptar-se às diferentes conjunturas da vida e da história dos trabalhadores, o *Manifesto* não permite que fique em segundo plano a luta, essencial, pelo fim do capitalismo e sua substituição por um sistema superior. Por isso os pregadores do capitalismo só podem considerá-lo um documento ultrapassado; por isso, também, que ele continua sendo o programa fundamental dos que lutam contra a injustiça e a opressão de classe.



Edição Nº 47



Indonésio protesta em Jacarta contra o aumento no preço dos alimentos.

36 *Manifesto comunista e a dialética da globalização*

A dimensão da “dialética da modernidade” inscrita no *Manifesto*: a articulação contraditória de processos transnacionais e internacionais na constituição capitalista do mundo moderno.

LUIS FERNANDES

Internacional

42 *A Ásia na crise do capitalismo contemporâneo*

Um balanço da economia mundial. O abalo financeiro asiático e a política monetária do FMI.

RENILDO DE SOUZA

55 *Maquiladoras no México: um retrato do capitalismo global*

A exploração da força de trabalho pelas maquiladoras na fronteira do México: os salários miseráveis e o abuso contra as mulheres.

CARLOS AZEVEDO



63 *A revisão estratégica do Papa e sua visita a Cuba*

As alianças estratégicas do Vaticano e o pensamento político do Papa João Paulo II.

MIGUEL URBANO RODRIGUES



Entrevista

66 *A desintegração dos valores da arte*

Entrevista com Ferreira Gullar.

FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO

Educação

74 *Paradigmas e políticas educacionais: o neoliberalismo*

Análise das transformações nos paradigmas da educação, de meados do século XIX aos tempos neoliberais.

PEDRO ELÓI RECH

Resenhas

81 *União do povo contra o neoliberalismo: documentos do 9º Congresso do PCdoB, por José Carlos Ruy*

82 *Cartas dos leitores*

Um programa para um Brasil soberano e democrático

O programa dos partidos de oposição deve romper o equilíbrio político dominante, fortalecer o Estado Nacional e adotar um novo modelo de desenvolvimento baseado nas necessidades do povo e do país

RENATO RABELO

O principal objetivo dos partidos de oposição na disputa pela presidência da República deste ano é derrotar o projeto neoliberal implantado por Fernando Henrique Cardoso e reverter os malefícios que ele já causou à nação e ao povo brasileiro. O programa da coalizão oposicionista deve refletir, com clareza, esse objetivo, que se traduz na exigência de romper o equilíbrio político dominante, que favorece os setores conservadores e seus aliados externos; fortalecer o Estado nacional, restabelecer seus mecanismos de financiamento e resgatar seu papel de promotor do desenvolvimento do país; finalmente, adotar um novo modelo de desenvolvimento, baseado nas necessidades do povo e do país, no fortalecimento do mercado interno e, portanto, auto-sustentado, autônomo.

A implantação de um programa com base nessas três exigências terá como consequência a ampliação da riqueza nacional, o aumento da produção de bens materiais e de serviços, criando condições para que os graves problemas sociais do país sejam resolvidos de forma duradoura. Não concordamos com a retórica neoliberal que procura apenas os paliativos das chamadas “medi-

das compensatórias”, que distribuem escassas esmolas e não alteram, em nenhum aspecto, o perverso modelo econômico predominante.

O programa dos partidos de oposição deve estabelecer uma alternativa viável ao projeto neoliberal dominante. Sintetizar as idéias mais importantes desse projeto alternativo, definir seus pontos principais.

Muita gente diz que o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso é a única saída possível hoje, que não há alternativa a ele, e que a oposição “não tem programa”, que suas idéias envelheceram e tornaram-se inviáveis. As forças dominantes dizem que o projeto neoliberal decorre de uma tendência histórica irreversível, que ele é quase uma fatalidade, que se impõe com a força de uma lei natural.

Mas isso não passa de propaganda enganosa. Em primeiro lugar, as forças de oposição *têm* um programa alternativo e sua formulação clara e coerente faz parte dos esforços de articulação da frente avançada, democrática e nacionalista que vai apoiar o anti-FHC. Em segundo lugar, a viabilidade desse programa decorre do próprio nível de desenvolvimento econômico e social alcançado pelo Brasil.

Ao contrário do que dizem Fernando Henrique Cardoso e os propagandistas da ordem, o programa neoliberal, que se traduz na chamada “globalização”, não é um processo histórico irreversível. Sua verdadeira natureza, aquela que o governo oculta cuidadosamente, é outra. Ele é consequência das necessidades do desenvolvimento histórico do capitalismo. É uma resposta conservadora à crise desse sistema, e seu objetivo é encontrar e implantar novas formas de acumulação e reprodução do capital num sistema mundial sob hegemonia de uma só superpotência – os EUA. Apesar da existência de três grandes centros que impõem relações de dominação às nações – a Alemanha-Europa, o Japão e os EUA – em última instância, o que ocorre é um processo de recuperação da hegemonia americana, e a chamada globalização esconde a imposição principalmente dos interesses e do ponto de vista dos EUA – do grande capital norte-americano, das multinacionais ianques – às demais nações.

Ao optar pelo programa neoliberal, a classe dominante brasileira e seu atual paladino, o presidente Fernando Henrique Cardoso, aderem a esse processo de recuperação da

hegemonia norte-americana. O próprio *Ciro Gomes*, que não forma nas fileiras da oposição conseqüente diz que o governo de *FHC* se conforma com as exigências da hegemonia americana. Ele usa o termo errado – não *se conforma*, mas *adere* a essas imposições imperiais.

Mas esse caminho não é “natural” e nem “único”. A alternativa a ele é possível porque o Brasil já alcançou um desenvolvimento capitalista médio, tem uma base produtiva instalada relativamente avançada, uma economia diversificada, produz quase tudo o que é necessário à vida. Daí as dificuldades e certo tipo de resistências que o projeto neoliberal encontra aqui. Essa base produtiva instalada, capaz de produzir de aviões e automóveis a locomotivas, infra-estrutura, petróleo, etc; permite um desenvolvimento autônomo, motivado pela expansão interna, cujo motor do crescimento possa ser o mercado interno.

Estes são os aspectos objetivos que tornam viável um programa al-

ternativo ao dominante. Crescem também, no país, e se fortalecem, as condições subjetivas para sua implantação: a consciência da necessidade e da possibilidade de derrotar o neoliberalismo. É possível compor com um conjunto de forças políticas que tomam consciência da necessidade de outro caminho de desenvolvimento. E não são só as forças de esquerda, mas também setores médios e alguns setores empresariais. Há condições, portanto, para se buscar uma ampla unidade nesse sentido, compor as forças políticas capazes de levar esse programa à frente. E entre essas forças há grande quantidade de quadros com experiência administrativa que podem tornar realidade as propostas desse programa.

E mais, o mundo atualmente caminha, para usar uma expressão cunhada pelos chineses, para uma conduta multipolar. Um governo anti-neoliberal no Brasil, pela dimensão do país, pode ajudar a reforçar o pólo que levará ao desequilíbrio desse sis-

tema mundial de forças cujo centro é a hegemonia dos EUA. E isso favorecerá também a aplicação, no Brasil e nos demais países, de um programa de desenvolvimento autônomo.

O Brasil vive contradições importantes em função de uma realidade em evolução. Uma delas é a insuficiência do ritmo de desenvolvimento. O país precisa de um desenvolvimento mais intenso e acelerado, para atender às necessidades não só de trabalho mas também de consumo de seu povo. Precisa de uma maior produção de bens e serviços. E as contingências do projeto neoliberal, que embaraça o desenvolvimento das forças produtivas no país, agrava essa necessidade.

Além disso – e como condição para que a retomada do crescimento acelerado ocorra – é preciso reerguer e fortalecer a nação. Vivemos uma investida para degradar o Brasil, o Estado nacional. As relações de dependência se aprofundam, tornando o país e seu povo caudatários de in-



Foto: Maurício Morais

Encontro Popular por Trabalho, Terra e Cidadania. Dezembro, 1997.

teresses externos, fazendo com que cada vez mais as decisões cruciais sobre a economia nacional sejam tomadas em centros estrangeiros contrários a seu desenvolvimento.

Outra contradição manifesta-se no campo da política. A exigência de ampliação e fortalecimento da democracia, da participação cada vez maior da população em todas as instâncias da vida nacional, da democratização dos meios de comunicação, das exigências daquilo que muitos chamam de cidadania, confrontam-se crescentemente com leis e instituições destinadas a restringir essa participação. Moldar a realidade de um governo ditatorial constitucional, uma espécie de ditadura que busca legitimar-se na Constituição e amparar seus golpes contra os poderes legislativo e judiciário na interpretação própria das leis, é um dos objetivos de Fernando Henrique.

Esta contradição entre as exigências democráticas e o autoritarismo descarado do governo decorre das imposições atuais do desenvolvimento capitalista, onde – muitos especialistas prevêem – apenas um terço da população encontrará trabalho regular, enquanto dois terços ficarão sem trabalho ou com empregos precários. O autoritarismo é uma preparação para controlar, submeter esses dois terços destinados pelo capitalismo a ficar de fora. A aplicação do projeto neoliberal não resolve, mas aprofunda essa contradição.

O desafio colocado para a oposição é reverter esta tendência. Não se trata apenas de redimensioná-la, melhorá-la, mas sim – é preciso insistir – revertê-la. Compreender esse desafio é fundamental. É preciso enfrentar, aqui, grandes contradições da realidade brasileira e mundial.

A primeira é aquela gerada pela dependência, pela submissão ao projeto hegemônico de uma grande po-

tência, os EUA. Enfrentá-la e afirmar, perante ela, um projeto nacional autônomo, é uma das premissas do programa.

Na realidade atual, o novo padrão de acumulação capitalista baseia-se numa brutal transferência de riquezas para o capital financeiro e os grandes monopólios. Os mecanismos dessa transferência são os títulos da dívida pública, emitidos pelos governos e comprados pelos grandes centros financeiros. Eles são oferecidos a juros altíssimos, sobretudo nos países “emergentes”, cujo pagamento significa a transferência de grandes recursos públicos, do Estado, a esses grandes capitalistas. Para pagar seus juros ou resgatar esses títulos, os governos neoliberais vendem o patrimônio público – em

O ponto de partida do programa consiste em romper com a adesão ao projeto hegemônico pelos EUA

condições desfavoráveis – que é comprado por essas mesmas forças. Em consequência, com o endividamento crescente e com a perda de empresas estatais, cujas receitas, além disso, não são suficientes para ressarcir as dívidas, o próprio Estado perde autonomia perante esses grandes grupos monopolistas.

Para enfrentar essa situação é preciso romper com a dinâmica em que o Estado se endivida com o grande capital e, depois, incapaz de saldar suas dívidas, entrega a ele o patrimônio público. O Estado precisa retomar sua capacidade de grande investidor, dirigente estratégico, alavancador do desenvolvimento e distribuidor de riqueza. Essa é outra das premissas do nosso programa. A capacidade produtiva instalada capacita o Brasil a desenvolver seu mercado interno e enfrentar essa si-

tuação; ela permite criar a poupança interna requerida pelos investimentos produtivos que o relançamento do crescimento da economia exige, de tal forma que passe a depender de forma apenas acessória e complementar do capital estrangeiro. Para isso, o desenvolvimento do mercado interno é essencial – ele será o fator dinâmico para a formação da poupança interna necessária para um modelo autônomo e auto-sustentado de desenvolvimento.

Outra premissa do programa é a questão da democracia. É preciso fomentar seu fortalecimento, aprofundá-la, ampliar a participação popular, criar as bases do amplo apoio interno exigido para implantar o programa da oposição. São elementos inseparáveis, a implantação desse novo tipo de desenvolvimento que o programa oposiçãoista pleiteia, e a ampliação e fortalecimento da democracia. A formação da maioria de forças em busca da alternativa anti-neoliberal depende desse amplo apoio popular.

Em plano mundial, o Brasil precisa também se ligar a todos os países que buscam um desenvolvimento próprio, uma saída própria. É preciso fortalecer a cooperação, o desenvolvimento, a paz, a soberania das nações e a democracia. Isso é essencial para que seja possível mudar a atual situação no mundo. A prioridade, para o Brasil, deve ser a busca de uma nova ordem mundial – a articulação dos países que buscam um desenvolvimento próprio, uma solução comum para problemas que agravam a situação de dependência e a espoliação das nações, como a dívida externa.

A capacidade de implantação desse projeto é, antes de tudo, política, e não técnica. O problema não é técnico. As soluções técnicas existem, mas sua aplicação depende da capacidade de unir amplas forças

sociais e apoio popular – capacidade que é, antes de tudo, política. É uma ilusão, também, supor que as contradições que a atual situação apresenta possam ter solução no quadro que aí está. Ao contrário, dentro desses limites não pode haver solução alguma.

Muita gente fala na necessidade de um pacto pela estabilidade entre os candidatos à sucessão de FHC, talvez inspirados pelo que aconteceu na Argentina ou na Coreia do Sul, onde as oposições assumiram o compromisso de manter a política econômica vigente. É uma proposta sem sentido. A oposição não vai propor um programa que leve ao enfraquecimento da moeda nacional e à instabilidade na economia. O que está em jogo não é isso, mas um projeto de desenvolvimento que atenda às necessidades da população e seja auto-sustentado. Quem fala em pacto pela estabilidade coloca mal a questão. Na verdade, a pergunta a ser feita é outra, é sobre o modelo capaz de imprimir crescimento acelerado, produzir empregos e distribuir rendas, garantindo estabilidade efetiva à economia e à moeda. No modelo neoliberal de FHC, a estabilidade da moeda é precária, sustenta-se em bases muito frágeis e instáveis – o câmbio sobrevalorizado e juros altíssimos. E o projeto neoliberal não consegue sair dessa situação. Não é a esquerda que diz isso. A “estabilidade” do Plano Real é sua moeda, que é instável – o governo não consegue diminuir a sobrevalorização da moeda em relação ao dólar ou às moedas européias e japonesa. Com isso, o Brasil perde competitividade, suas exportações ficam mais caras. Os juros altíssimos, que representam violenta transferência de renda para a oligarquia financeira e atrai capitais de curto prazo, especulativo, é a outra perna dessa instabilidade.

O que procuramos é uma estabi-

lidade duradoura, e sua saída é apoiar a moeda no desenvolvimento próprio, interno, sustentável. Nenhum país pode viver principalmente com o capital que vem de fora. E uma moeda forte de verdade deve estar baseada na poupança nacional. Fora isso, a moeda será sempre frágil. Acresce a isso que o governo promove uma abertura abrupta e desordenada da economia. Essa abertura deve ser planejada, soberana, levando em conta as necessidades de nosso desenvolvimento e a proteção de alguns setores da economia mais frágeis e, portanto, incapazes de concorrer com produtos importados. O ponto de partida do programa consiste em romper com a adesão ao projeto hegemônico pelos EUA.

Esse programa tem prioridades diferentes das do governo atual em relação ao investimento, orçamento e ao consumo. Em relação ao investimento, ele deve levar em conta o nível de desenvolvimento da base produtiva instalada e prever intervenções nos setores de energia, transporte e comunicação, incentivar a indústria de máquinas e equipamentos tendo em vista aproximar setores atrasados da economia dos setores de vanguarda, apoiar o desenvolvimento da indústria de bens de consumo popular, agro-industriais, a construção civil (principalmente a construção de moradias). Atualmente, os “novos” investimentos estão centrados na indústria automobilística – isto é, os investimentos do governo atendem às necessidades do capital estrangeiro, e a indústria automobilística é um exemplo. O capital estrangeiro que está entrando no Brasil praticamente não está ampliando a base produtiva do país, mas apenas comprando empresas já instaladas. Apesar disso não aumentar a capacidade produtiva do país, o governo ainda tem gasto muito dinheiro em-

prestando e incentivando esse tipo de investimento estrangeiro.

Ainda em relação aos investimentos voltados para o desenvolvimento, é preciso ter claro que o Estado continua a ser o instrumento mais importante, estrategicamente, como promotor do desenvolvimento. O orçamento é peça fundamental para a aplicação de um programa voltado a estes objetivos. Hoje, 70% do orçamento da União é comprometido com o pagamento de juros e parcelas das dívidas interna e externa. Em nosso programa, além de instrumento do desenvolvimento econômico, o orçamento deve atender às demandas do país, de seu povo. Ser usado para reconstruir a infra-estrutura social, com investimentos prioritários na educação, saúde, etc.

Em relação ao consumo, um governo das atuais forças de oposição vai incentivar o desenvolvimento da indústria de produção de bens de consumo popular, como alimentos, vestuário, móveis, etc, que são fortes geradores de emprego, com baixo investimento de capital e grande capacidade de multiplicação, com repercussões favoráveis em todos os demais setores da indústria e da economia. Tudo isso no sentido de fortalecer e aprofundar o mercado interno, elevar o nível de desenvolvimento e diminuir o fosso que separa a sociedade brasileira, em duas partes – uma com padrões de vida próprios da Europa, e a grande maioria vegetando na pobreza, na miséria e na exclusão social. É preciso diminuir esse fosso, aproximar suas margens e, assim, eliminar essa dualidade da sociedade brasileira. Essa é a tarefa para um governo formado pelas forças que hoje estão na oposição.

RENATO RABELO é vice-presidente nacional do Partido Comunista do Brasil.

Sobre as privatizações no Brasil

O governo não tem qualquer preocupação com os interesses nacionais. Prepara-se para entregar tudo

HAROLDO LIMA

A política de privatização em curso no Brasil tem origem externa. É parte fundamental, talvez a mais característica, da política neoliberal que o capitalismo pratica em escala internacional desde a década de 70. Começou pela Inglaterra, que buscou reenergizar sua economia por intermédio do fortalecimento do capital privado, da concorrência e da capitalização do Estado para controle do déficit público. A privatização, afastando o Estado da atividade econômica e de serviços públicos, abriria novos e amplos espaços para os grupos privados, ao mesmo tempo em que, promovendo receitas extras com a venda de estatais e a concessão de serviços, permitiria ao Estado saldar ou diminuir suas dívidas e investir em áreas que julgasse prioritárias.

No Brasil, essa política chegou quando o país ainda estava sob a batuta dos militares. As finanças públicas estavam enfraquecidas pelas dívidas externa e interna, juros elevados e gastos com o segundo choque do petróleo. Havia dificuldades para se manter o modelo de desenvolvimento econômico até então praticado no país, o da iniciativa estatal. A capacidade de investimento do Estado diminuía.

O modelo de desenvolvimento sob a iniciativa estatal, exercido no Brasil durante décadas, foi a respos-

ta dada pelo Estado brasileiro aos desafios do desenvolvimento, num quadro em que o capital privado nacional era débil para enfrentar os problemas postos e o capital estrangeiro não tinha interesse em investir. Esse tipo de política econômica promoveu a industrialização do país.

Na história do Brasil, a conformação desse modelo começa com o primeiro governo de Getúlio Vargas, após a Revolução de 30. Até então, desde D. João VI, em 1808, o Brasil organizara 17 estatais. Do primeiro governo de Getúlio até sua morte, passando pelo governo de Dutra, foram criadas 30 empresas do Estado. Juscelino, Jânio e Jango criaram mais 63. E no regime militar, de Castelo a Figueiredo, surgiram 274 novas estatais. Grandes estatais foram criadas na década de 50, a Petrobrás e a Eletrobrás incluídas. Muitas empresas que surgiram na década de 70 tinham pouca expressão econômica. Estudo oficialmente aceito registra a existência no país, nessa mesma época, de 582 estatais. (1)

As dificuldades que o Estado passou a enfrentar na passagem da década de 70 para a de 80 formaram a base objetiva da aceitação rápida pelos governantes brasileiros da receita privatizadora que chegava através do Banco Mundial e do FMI.

O primeiro passo do Estado brasileiro rumo à privatização foi dado no governo do general Figueiredo, ao criar, cinco meses após sua posse, em julho de 1979, com nome simpático e evasivo, o Programa Nacional de Desburocratização. O decreto que o criou diz que "a empresa nacional (deve)... se capacitar... a receber encargos... que se encontram sob a responsabilidade de empresas do Estado" e prevê "casos" em que será "recomendável a transferência do controle (da empresa) para o setor privado." Dois anos depois, em julho de 1981, o mesmo governo cria o "Programa de Desestatização" e a Comissão Especial de Desestatização. Com Figueiredo, cumpre-se portanto a primeira etapa da política de privatização, com o saldo de 20 estatais vendidas e mais 22 transferidas para Governos Estaduais ou fundidas a outras empresas.

Nenhuma dessas 20 empresas privatizadas no Governo Figueiredo tinham maior significado, sendo que, inclusive algumas, não deveriam ter sido estatizadas. De qualquer forma, merece destaque o fato de o programa de privatizações ter começado ainda no regime dos militares, justamente no período em que mais se desenvolveram empresas estatais no Brasil!

Daí por diante a privatização no Brasil tem crescido em marcha ba-

tida até hoje, sendo refreada em lapsos pequenos, mas em geral aprofundada em sua execução e ampliada em sua abrangência. Para sua consecução cria-se uma série de Programas e Conselhos, todos com nomes diferentes e parecidos, sucedâneos uns dos outros, a partir do primeiro, o Programa Nacional de Desburocratização.

A segunda etapa da privatização começa com o Governo Sarney, em 1985. Cria-se então o Conselho Interministerial de Privatização, depois Conselho Federal de Desestatização. Novas formas de privatização são definidas, prevenindo-se desde a abertura do capital social das empresas até sua simples liquidação, passando por gestão privatizada, pulverização de ações, etc.

Nessa segunda etapa, 42 desestatizações foram concluídas, incluindo-se aí, transferências de empresas para Governos Estaduais, liquidações e 18 privatizações. Como algumas dessas 18 empresas já tinham sido empreendimentos privados, e foram estatizadas para

serem salvas de falência, houve, de fato, algumas reprivatizações.

Com Fernando Collor de Melo, em 1990, tem início a terceira etapa da privatização no Brasil. No próprio dia da posse, o novo governo, no bojo de um pacote neoliberal de 20 medidas provisórias, promulga a MP 155/90, depois transformada em Lei 8.031/90, instituindo o Programa Nacional de Desestatização. A lei recoloca os objetivos gerais da desestatização brasileira, acentuando a retirada do Estado da economia; a redução da dívida pública; a concentração do Estado em atividades que lhe são essenciais; e a democratização do capital das empresas privatizadas. Além disso, o PND limitava a participação do capital estrangeiro nas privatizações, na proporção de 40%. Isto com Collor. Posteriormente, tal restrição desapareceu.

Até o impeachment do presidente, dois anos e meio depois de sua posse, o governo Collor privatizou 18 estatais, siderúrgicas e petroquímicas na maioria.

A etapa seguinte, marcada pela

presidência de Itamar Franco, revelou contradições no processo de desestatização, certo esforço no sentido de controlá-lo em função de interesses nacionais e de moralizá-lo. De saída Itamar suspendeu os leilões de privatização previstos, entre os quais o da CSN e o da ULTRAFÉRTIL. Com o Decreto nº 724, foram definidas novas diretrizes para a privatização no Brasil, obrigando uma presença maior de moeda corrente; endereçando os frutos das privatizações a investimentos em áreas sociais e em ciência e tecnologia; obrigando os compradores a investir em meio ambiente; e dando ao Presidente poderes de avocar para si as decisões mais delicadas. A despeito disso, 17 estatais foram privatizadas durante o governo Itamar Franco.

Com o Governo de Fernando Henrique Cardoso inicia-se a quinta etapa da política de privatização brasileira, a maior e de mais amplo alcance.

No início desse governo, os privatistas achavam que até então havia sido acanhado o desempenho



Em maio de 1997, afrontando toda uma movimentação nacional, o Governo FHC levou a cabo a entrega da Cia. Vale do Rio Doce, maior estatal já vendida no Brasil.

da privatização no Brasil. A redução de dívidas públicas situou-se bem aquém de programas realizados em outros países, inclusive da América Latina.

O Governo brasileiro, espelhando as orientações internacionais, considerou necessário, para dar novo ímpeto às privatizações, enfrentar um problema preliminar: alterar a Constituição em pontos em que a economia nacional ou estatal estivessem protegidas. E resolveu também fazer toda uma legislação a serviço da ampliação da privatização.

Assim, o governo promoveu a quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações e a liberação da pesquisa e lavra do subsolo do país a empresas de qualquer nacionalidade, entre outras mudanças constitucionais. Criou, logo, uma nova sigla, sucedânea das velhas, quase com o mesmo nome delas, mas com poderes superiores – o CND, Conselho Nacional de Desestatização. Sancionou a Lei das Concessões, alargando o alcance do PND, que assim poderia não só vender estatais, mas fazer licitações para exploração de serviços públicos. O disposto em outra lei, a 9.074/95, permitiu ainda a transferência ao setor privado de concessões para exploração de serviços de energia elétrica.

Armando-se desses dispositivos legais, o Governo passou à ofensiva na privatização: organizou novo estoque de empresas para leiloar e enveredou por novas linhas de atividade.

O Decreto 1.481, de maio de 1995, incluiu no PND as Eletronorte, Eletrosul, Furnas, Chesf e a própria Eletrobrás. Remarcou todos os leilões suspensos no governo de Itamar Franco, inclusive os de oito petroquímicas. Confirmou os leilões da Light, RFFSA, Escelsa e Meridional. Incluiu 31 portos brasileiros na lista do CND. Sancionou a Lei 9.295 que abriu ao capital privado a tele-

fonia celular, o transporte de sinais por satélite e outros segmentos de telecomunicações. E finalmente, em maio de 1997, afrontando toda uma movimentação nacional, levou a cabo a entrega da Cia. Vale do Rio Doce, vigésima privatização feita pelo Governo FHC e maior estatal já vendida no Brasil.

A submissão aos ditames externos

Chama a atenção em todo esse processo a submissão com que as elites brasileiras adotaram o receituário neoliberal de origem externa da privatização. É espantoso que uma política experimentada na Inglaterra em 1979 tenha começado a ser aplicada no Brasil ainda no mesmo ano, com os mesmos objetivos, métodos e conceitos. A rapidez com que se acatou aqui as diretrizes dos desenvolvidos, mostra como ainda é grande o servilismo atávico das nossas elites frente aos olhos azuis. (2)

O Brasil tem um imenso território, com desenvolvimento médio e profundamente desigual. Alavancar seu progresso, diminuir os fossos regionais e de classes, investir em regiões e áreas sem atrativos e levar em conta os interesses da

O "valor" da estatal calculado pelo critério do fluxo de caixa não tem nada a ver com o seu valor do patrimônio líquido real

Nação, que não se reduzem aos do mercado, exige Estado forte, do ponto de vista político, orgânico e econômico. Nenhuma Nação que tenha projeto próprio pode abrir mão dos conceitos de setor estratégico e em-

presa estratégica. Quem assim procedesse não poderia se desenvolver, diminuir os fossos sociais e regionais que lhe atormenta, nem ter liberdade, nem defender sua soberania.

Quando, em um país como o Brasil, um governo opta pela privatização em larga escala e em toda a linha, em função, basicamente, de se capitalizar para pagar dívidas e juros, está-se excluindo de suas obrigações nacionais, entregando trincheiras estratégicas ao controle de quem quer que seja, ou, em uma palavra, capitulando frente à ganância do grande capital.

A transferência de patrimônio público ao setor privado

A transferência de patrimônio público ao setor privado, na proporção gigantesca que tem sido feita no Brasil, é um fenômeno novo em nossa história. Relaciona-se com a busca das elites por redefinir o papel do Estado na nova configuração da economia mundial e avoluma-se pela esperteza dessas mesmas elites, céleres em definir políticas moralmente afrontosas de apropriação de bens públicos. A corrupção entra no processo como um ingrediente típico dessas elites e prolifera tanto mais quanto mais firme mostra-se o governo na sua decisão de acobertá-la.

Já na fase recente da inflação alta, o setor financeiro, pelo mecanismo da rolagem diária da dívida pública, transferiu do setor público para o seu circuito privado o que estudiosos de órgãos governamentais calculam em mais de US\$ 100 bilhões. (3)

A política de privatização, desde o seu início no Brasil, passou a comandar as desapropriações dos bens públicos, feitas "dentro da lei", e a apropriação desses mesmos bens por parte de alguns grupos privados.

Os gestores das privatizações adotaram o método de avaliar estatais recomendado pelas instituições estrangeiras, BID e FMI, o chamado método de fluxo de caixa. As avaliações são feitas pelo potencial de geração de resultados do seu ativo operacional, medido pelos fluxos de caixa projetados por um certo tempo, em cenários econômicos estipulados. O "valor" da estatal assim calculado não tem nada a ver com o valor do patrimônio líquido real que ela tem. De tal maneira que, quem compra uma estatal registra e declara imediatamente um valor, para o patrimônio que passou a possuir, bem maior que o "valor" pago pela dita estatal. É uma tramóia descomunal. A revista *Exame*, de agosto de 1995, publicou a lista das "500 maiores e melhores empresas brasileiras". Há diversos casos assombrosos. A Açominas, vendida em 1993 por US\$ 598,5 milhões, dos quais só US\$ 29,9 milhões pagos em dinheiro, em 1994 já declarava um patrimônio líquido real de US\$ 4,0 bilhões, oito vezes o valor de sua venda e 133 vezes mais que a parcela paga em dinheiro.

Vinte e uma empresas que aparecem na lista das "500 maiores e melhores do Brasil" de 1995, foram estatais brasileiras privatizadas a partir de 1991, a saber: *a Usiminas, CSN, Açominas, Acesita, Cosipa, CST, Piratini, Copersul, PQU, Petroflex, Poliolefinas, PPH, Polisul, Oxiteno, Politen, Nitiflex, Cinique, Ultrafértil, Fosfértil, Embraer e Caraíba*.

Essas estatais foram vendidas por US\$ 6,66 bilhões, dos quais só US\$ 1,19 bilhão foi pago em dinheiro. Na lista da *Exame*, aparecem com patrimônio líquido registrado de US\$ 22,3 bilhões. Simplificadamente e em números arredondados, o que se passou foi o seguinte: um patrimônio público de US\$ 22 bilhões foi vendido por US\$ 6 bilhões, dos quais o governo só recebeu US\$ 1 bilhão em dinheiro. Tudo isso

Privatizações Estaduais				
Venda de participação relevante (Em US\$ milhões)				
Empresa	Setor	Estado	Ano	Resultado
CRT	Telecomunicações	RS	1996	656
Telma	Telecomunicações	MA	1996	23
Copel	Energia	PR	1997	300
Coelce	Energia	CE	1997	92
CEB	Energia	DF	1997	74
Cemig	Energia	MG	1997	1.053
Coelba	Energia	BA	1997	154
Sabesp	Saneamento	SP	1997	375
TOTAL				2.727

Empresas Privatizadas (Em milhões)				
Empresa	Setor	U.F.	Ano	Resultado
Cachoeira Dourada	Usina hidrelétrica	GO	1997	820
CERJ	Energia	RJ	1996	587
Ferroeste	Ferrovias	PR	1996	25
Banerj	Banco	RJ	1997	289
CEG	Gás	RJ	1997	430
Riogás	Gás	RJ	1997	146
Coelba	Energia	BA	1997	1.589
Credireal	Banco	MG	1997	112
Porto de Santos	Transporte	SP	1997	274
TOTAL				4.272

dentro da legislação em vigor, criada com esse objetivo.

A propósito da "acumulação primitiva", que se deu nos albores do capitalismo, Marx observa que ela "não decorre do modo de produção capitalista, mas é seu ponto de partida". Ali, a burguesia ascendente apropriou-se de capital pela força e por conta do que Marx chamou de uma "legislação sanguinária contra os expropriados". Estes, legalmente, não tinham escapatória. A "legislação sanguinária" hoje em vigor no Brasil dá total guarida à expropriação do patrimônio do povo, que está sendo despojado de riquezas incalculáveis, imediatamente transferidas a grupos privados que, pelos métodos convencionais do jogo de mercado, não teriam como adquiri-las.

O Governo, ademais, promove em diversas estatais diferentes tipos de ajustes prévios às suas alienações.

Tem gasto, em alguns desses ajustes, mais dinheiro do que recebe ao final da venda da estatal pelos preços aviltados já vistos. O Relatório do TCU de 1996 diz que "os ajustes financeiros realizados nas empresas alienadas no período de 1993 ao final de 1996, envolvendo quatro empresas (CSN, Cosipa, Açominas e Embraer), totalizaram R\$ 3,8 bilhões, o que corresponde a 27,7% de toda a arrecadação do Programa Nacional de Desestatização". (4)

O uso das "moedas podres" é outro aspecto escabroso da privatização no Brasil. O que se tem chamado de "moedas podres", ou de "moedas de privatização", são títulos públicos desvalorizados, comprados no mercado com 20%, 30% e até 40% abaixo do valor de face, e que entram na compra de estatais com seu valor integral. Entre essas moedas podres, as mais usadas nas privatizações, especialmente

dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, foram certificados de privatizações, cruzados novos (a partir de setembro de 1992), debêntures da Siderbrás, obrigações do Fundo Nacional de Desestatização, dívidas securitizadas da União, títulos da dívida agrária, títulos da dívida externa e letras hipotecárias da Caixa Econômica Federal. Essas "moedas podres", depois de recebidas pelo governo, em pagamento de alguma estatal, transformam-se, de imediato, não em "moeda pouca", mas em "moeda nenhuma", vez que simplesmente não são moedas, não é dinheiro, mas um monte de papel sem valor.

As "moedas podres" foram abusivamente utilizadas nas privatizações brasileiras. Do total de US\$ 13,73 arrecadado pelas privatizações, de 1990 até 1995, US\$ 8,8 bilhões entraram como "moedas podres" e somente US\$ 4,93 foi recolhido em dinheiro. Houve casos em que as ditas "moedas podres" representaram a totalidade das moedas oferecidas em troca de estatais, como aconteceu nas privatizações da Acesita, Cia. Siderúrgica Tubarão, Aços Finos Piratini, Cosinor, Copesul, PPH, Polisul, Nitriflex, Fosfértil, Goiásfértil, Arafértil, Celma, Mafersa, entre outras. Nesses casos o governo entregou essas estatais sem receber dinheiro algum, nem à vista nem a prazo.

O favorecimento de grupos privados

O Programa Nacional de Desestatização está promovendo uma

rearrumação na burguesia brasileira. Grupos econômicos estão sendo fortalecidos, conglomerados estão sendo formados, monopólios têm sido favorecidos. No outro lado da balança há os que, não se fortalecendo, têm perdido força. Riqueza propriamen-

te não tem surgido, pois a privatização é transferência de riqueza, não criação da mesma. Investimento estrangeiro aplicado em privatização ocupa fábrica, não a implanta.

Calcula-se que uns 20 grupos estejam se beneficiando enor-

Balço das estatais privatizadas comprovam saque ao patrimônio público				
Relação entre os preços de venda das estatais e seus atuais patrimônios				
Empresa e data da venda	Valor da venda	Pago em moeda podre	Patrimônio líquido/94	Patrimônio líquido/96
Siderurgia				
Usiminas - 24/10/91	1.941,2	1.445,8	2.435,1	2.899,2
CSN - 02/04/93	1.487,7	1.228,4	5.388,4	4.569,9
Açominas - 10/09/93	598,5	568,6	4.001,3	2.145,4
Acesita - 22/10/92	465,5	465,4	847,0	1.233,8
Cosipa - 28/08/93	587,7	348	2.011,8	2.031,6
CST - 16/07/92	353,6	347,4	2.821,4	3.147,1
Piratini - 14/02/92	106,7	106,6	68,8	(NI)
Química e Petroquímica				
Copesul - 15/02/92	859,8	859,8	439,9	915,5
PQU - 24/01/94	287,5	201,2	929,1	934,9
Petroflex - 10/04/92	234,1	233,7	262,3	293,2
Poliolfinas - 19/03/93	87,1	61	323,8	(NI)
PPH - 20/09/92	59,4	59,4	240,3	(NI)
Polisul - 11/09/92	56,8	56,8	116,2	(NI)
Oxiteno - 15/09/93	53,9	51,2	476,1	493,1
Politeno - 18/08/94	44,9	40,4	227,6	283,9
Nitriflex - 06/08/92	26,2	26,2	161,4	(NI)
Polibrasil - 27/08/96	99,3	(ND)	53,7	203,8
Nitrocarbono - 05/12/95	29,6	(ND)	94,2	82,4
Deten - 22/05/96	12,06	(ND)	120,3	163,4
Pronor - 05/12/95	63,5	(ND)	217,5	169,8
Copene - 15/08/95 ¹	270,4	246,3	1.351,02	2.991,0
Carafba - 28/07/94	5,8	(ND)	401,0	437,2
Cinique - 17/08/94	23,7	21,3	221,1	102,7
Fertilizantes				
Ultrafértil - 24/06/93	205,5	164,5	323,4	445,0
Arafértil - 15/04/94	11,0	(ND)	58,2	49,9
Fosfértil - 12/08/92	182	182	448,4	492,1
Outras				
Embraer - 07/12/94	192,2	192,1	161,0	291,1
Escelsa - 11/07/95	399,9	(ND)	558,4	873,6
Light - 21/05/96	2.356,8	(ND)	4.571,4	2.589,5
(NI) Não incluída entre as "500"			(ND) Dados não disponíveis	
(1) A União vendeu apenas sua participação acionária na Copene: 32,76% do capital votante.				
FONTES: BNDES, Tribunal de Contas da União, Relatórios Anuais da Revista <i>Exame</i> , "As 500 maiores empresas do Brasil", de agosto de 1995 e de julho de 1997.				

memente com esse processo. E afirma-se que esse mecanismo esteja definindo “quais serão os conglomerados que deterão o poder econômico do Brasil nas próximas duas décadas”. (5) Politicamente, o PFL, controlando o Ministério das Minas e Energia, tem sua influência na privatização das estatais de energia. O PSDB, da mesma forma na área de telecomunicações.

No setor petroquímico, o Grupo Odebrecht adquiriu grande parte das empresas privatizadas e desponta como o maior grupo petroquímico do país. É majoritário no Polo Petroquímico de Camaçari, tem forte presença em todos os outros polos e está prestes a constituir, em parceria com a Petrobrás, o Polo Petroquímico de Paulínia, no momento objeto de controvérsias legais.

No setor de fertilizantes, os beneficiários foram as multinacionais como Manah, Solorico e Cargil, que hoje exercem também o monopólio desse ramo da economia, controlando a Ultrafertil, Fosfertil, Goiásfertil, Indag e a Arafertil.

No setor siderúrgico, o Grupo Gerdau, o Banco Bozano Simonsen e os Fundos de Pensões das Estatais foram os primeiros a se destacarem na aquisição das estatais do ramo. Até surgir por aí o estranho fenômeno do Sr. Benjamin Steinbruch.

Há cinco anos o empresário Benjamin Steinbruch era conhecido como um playboy herdeiro de parte de um grupo têxtil em dificuldades, o Vicunha, onde sua mãe, Dorothea Steinbruch controlava 18,25% das ações. Junto com seus irmãos Elisabeth e Ricardo, Benjamin detinha 2,25% das ações da Vicunha, o que jamais o credenciaria à ascensão meteórica que o transformou em poucos anos em um barão da economia brasileira.

Mas o fato é que o dito Benjamin Steinbruch, e o seu Grupo Vicunha, assumiram o controle da

gigantesca Companhia Siderúrgica Nacional. É como se o rabo tomasse conta do elefante. Daí, Benjamin pulou para a Vale do Rio Doce e, apoiando-se em algumas parcerias, passou a controlar e/ou deter grande participação acionária na Light, CERJ, CST, Usiminas, Açominas, Fosfertil, Cosipa, Siderar, Bahia Sul Celulose, Alunorte, Valesul, Albrás, Nibrasco, malhas Nordeste, Centro-Leste e Sudeste da Rede Ferroviária Federal e Banda B de telefonia celular da Bahia e Sergipe.

É verdadeiramente espantoso o sucesso desse Benjamin. Deve deixar muito felizes os seus colegas de trabalho e de empresa, como o economista Paulo Henrique Cardoso, filho do Presidente Fernando Henrique Cardoso e marido de Ana Lúcia de Magalhães Pinto, do Banco Nacional, que recebeu R\$ 9,6 bilhões do Proer para cobrir o rombo da sua falência.

A presença crescente do capital estrangeiro

Durante a fase anterior às privatizações, a presença do capital estrangeiro foi pequena. Certos tipos de empresa não lhe despertavam muito interesse, como siderurgia e petroquímica. Os fundos de pensão e os grupos financeiros foram grandes compradores nessa época. Além disso, algumas limitações inibiam o investidor estrangeiro, o que deixou de existir com a Resolução 2.062/94 do CMN.(6) O fato é que, se no ano de 1995, a participação do capital estrangeiro nas privatizações ficou em torno de 4% (US\$ 417,1 milhões), em 1996 já chegou a 14% (US\$ 1.864,7 milhões)(7), com a expectativa de que chegasse a 30%.

Os ramos mais atraentes para o capital estrangeiro são os de energia e telecomunicações, além de mi-

neração já esgotada com a venda da Vale. Nesses dois ramos aparecem muitas empresas estaduais, cujas alienações não eram aceitas pelos seus governos. Até que o governo federal acrescentou à “legislação sanguinária” um outro programa, o da antecipação de receita de privatização para Estados que prometessem vender suas estatais, com o assentimento garantido de suas Assembléias Legislativas. Com a quebra de em que os Estados estão metidos, 14 deles logo aderiram ao programa, recebendo antecipações sujeitas a multas caso os leilões demorassem.

Neste ano de 1997, um consórcio norte-americano, tendo à frente o Noel Group, arrematou a Malha Oeste da RFFSA, que liga Bauru (SP) a Corumbá (MT). Foi a primeira vez que o capital estrangeiro comprou uma estatal do PND.

Na venda da Light, de novo apareceram como os principais compradores a estatal francesa, *Electricité de France*, EDF, e duas norte-americanas. A empresa chilena *Chiletra* venceu a *Electricité de France* na disputa da Cia. de Eletricidade do Rio de Janeiro, a CERJ. E já neste ano de 1997, o grupo espanhol Iberdrola adquiriu o controle acionário da Coelba, a estatal de energia elétrica da Bahia, que o governo baiano se dispunha a vender por R\$ 615 milhões a menos do que pagaram seus compradores. As norte-americanas *Southern Electric* e *AES*, em parceria com o *Banco Opportunity*, também ingressaram nesse rico filão, adquirindo um terço do controle acionário da Cemig, as Centrais Elétricas de Minas Gerais.

Os passos seguintes

O Governo prossegue agora sua privatização explorando o rico filão de telecomunicações, da telefonia celular e da energia elétrica. A idéia

é exigir pagamento em moeda corrente, e não mais aceitar “moedas podres”, posto que o Governo FHC já começou a por à venda estatais que despertam grande interesse.

Os valores das vendas das empresas desses novos setores levarão a privatização brasileira a um novo patamar. Enquanto o setor petroquímico, já todo privatizado, significou 12% do que o PND arrecadou até agora, apenas o início das privatizações das telecomunicações já atingiu 11% do mesmo total.

Está prevista para o ano que vem a venda da Embratel, por um valor estipulado de US\$ 6 bilhões. As companhias telefônicas estaduais estão sendo avaliadas em US\$ 17 bilhões. A telefonia celular da banda B daria ao governo de US\$ 9 a US\$ 10 bilhões. As quatro grandes geradoras de energia elétrica que o governo irresponsavelmente quer vender: Furnas, Eletrosul, Eletro-norte e Chesf, dariam US\$ 22 bilhões. Distribuidoras estaduais de energia de São Paulo, Sergipe, Pará, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, somadas com as da Bahia (já privatizadas) resultariam em US\$ 28,7 bilhões. A Coelba sozinha custou mais da metade que o governo arrecadou com a venda da Vale. E o valor estipulado para a Cesp, Centrais Elétricas de S. Paulo – maior geradora da América Latina depois de Itaipú, Eletropaulo (maior distribuidora do continente), e da CPFL, Cia. Paulista de Força e Luz, é de US\$ 23,6 bilhões, mais que o dobro do que foi arrecadado com a venda do setor elétrico britânico.⁽⁸⁾

Com esses dados entende-se porque o programa de privatização brasileiro será o maior do mundo, se as coisas continuarem como estão indo. O Brasil, desde já, no cenário internacional, só perde em privatização para a Austrália. ⁽⁹⁾ Na América Latina ganha para todo mundo, in-

clusive porque a Argentina já entregou tudo que tinha e o México só não vendeu sua estatal do petróleo. Privatizaram tudo, entregaram tudo e não resolveram seus problemas de fundo.

Em setembro passado aconteceram três fatos ilustrativos: Antônio Ermírio de Moraes, o maior empresário brasileiro, disse que “A indústria nacional está desaparecendo... A médio ou longo prazo, o mercado será dominado por estrangeiros. Aí vão fazer o que quiserem. Veja só o que ocorre com o setor de autopeças. Não há mais empresa nacional. Só estrangeira. Cobram o que querem e fazem mal o serviço. Assim não dá” ⁽¹⁰⁾; Emílio Odebrecht, falando em frente ao Presidente Fernando Henrique, cauteloso, disse ser necessário mecanismos para proteger a empresa nacional; representantes de bancos privados nacionais começam a denunciar a “invasão estrangeira”, dizendo-se alarmados com a investida do capital estrangeiro no setor bancário e a ameaça de aniquilamento que tardiamente começam a ver.

Um espectro ronda o horizonte brasileiro. Governantes que liquidaram, até agora, parte importante do patrimônio público e o transferiram para grupos privados, preparam alegremente nova e maior investida. Falam em megaprivatizações e asseveram que não vão receber, daqui por diante, “moedas podres”. Querem “cash”. E estão otimistas.

Grupos brasileiros não podem se aventurar a esses patamares. Na melhor das hipóteses podem ser testas-de-ferro de capital estrangeiro. E aí é que está. Vai ficando claro que essas megaprivatizações serão feitas para passar ao capital estrangeiro as empresas mais dinâmicas de nosso país e os serviços energéticos básicos. O governo não tem qualquer

preocupação com interesses nacionais ou coisa do gênero. Prepara-se para entregar tudo. E o capital estrangeiro tem experiência demais para fraudar essas vendas maiores, tumultuar o que quiser, de tal maneira que, como a Argentina e o México, o país entregue tudo, perca tudo e ainda continue devendo.

O país é grande e pleno de riquezas.

O povo é laborioso e pode erguer uma grande Nação.

Inaceitável é vender a Pátria.

HAROLDO LIMA é deputado federal pelo PCdoB da Bahia. O presente texto compõe o informe especial apresentado ao 9º Congresso do PCdoB em outubro de 1997.

Notas

- (1) Tabela 1, Criação de estatais no Brasil, vol. 5 de *Subsídios para a Reforma do Estado, Desestatização*, IPEA, 1994.
- (2) Parafraseando “É o medo atávico dos olhos azuis”, frase de diplomata citado por Paulo Nogueira Batista Jr. em “Entreguismo e globalização”, 28/8/96, *Folha de S. Paulo*.
- (3) Obra citada do IPEA, Apresentação, p. X.
- (4) Relatório do TCU. p. 298.
- (5) “A dança das cadeiras”, José Fiori, *Carta Capital*, 20/08/97.
- (6) Conferir Relatório do Tribunal de Contas da União, 1997, p. 301.
- (7) Idem, p. 301.
- (8) Dados de “Dinheiro da privatização abate dívida”, *Revista da Indústria*, 11 de agosto de 1997.
- (9) Idem
- (10) *Veja*, de 24/09/97, pp. 13, 16 e 17.

Uma análise das recentes mudanças no setor petrolífero brasileiro

Qual é o papel que o governo de FHC prevê para a ANP? Com certeza não será fazer com que as mudanças na indústria do petróleo e gás se traduzam em ganhos efetivos para a sociedade

ANA MARIA ROCHA

Este trabalho tem por objetivo analisar as consequências, para o país, da quebra do exercício do monopólio estatal do petróleo pela Petrobrás e chamar atenção para os encaminhamentos futuros, de forma a preservar a soberania nacional e garantir que o Brasil continue a perseguir uma melhor posição no cenário internacional.

Inicialmente destacamos o importante papel que o setor estatal, e particularmente a Petrobrás, vem desempenhando para o desenvolvimento nacional. Em seguida, comentamos as circunstâncias externas e internas que levaram à quebra do exercício do monopólio estatal do petróleo pela Petrobrás, tecendo algumas considerações sobre o encaminhamento do assunto em diferentes países.

E, finalmente, analisamos as mudanças já ocorridas no Brasil no setor do petróleo, tentando mostrar a importância do papel regulador que a Agência Nacional do Petróleo – ANP – poderá jogar nos rumos desse estratégico setor.

O setor produtivo estatal e o papel da Petrobrás no desenvolvimento do país

O desenvolvimento industrial do Brasil teve um grande impulso no período entre as duas guerras mundiais.

O primeiro Governo Vargas, adotando o capitalismo de estado, construiu grandes empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD (1942), esta última através da nacionalização de uma empresa norte-americana (Itabira Iron Company). Cabe ressaltar que o governo brasileiro, ao assumir a CVRD atendia também aos interesses dos Estados Unidos e Inglaterra, que precisavam de fontes seguras de minérios por estarem envolvidos na guerra. Nessa época, foram também criados órgãos governamentais voltados para o planejamento da produção de setores estratégicos, como o Conselho Nacional

do Petróleo (CNP) e o Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939).

O capitalismo de estado se expande ainda mais no segundo Governo Vargas, de 1950 a 1954. Em 1952, foi criado o Ban-



co Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, em 1953, a Petrobrás. A criação da Petrobrás foi resultado de um amplo movimento popular nacionalista.

No Governo Kubitschek (1956-1961) ocorre a implantação no país de grandes indústrias de bens de consumo duráveis, principalmente estrangeiras. A idéia do nacional-desenvolvimentismo é substituída pela de desenvolvimentismo (Plano de Metas). É nesse período que o Brasil passa a ser considerado um país industrializado. Entretanto, ainda permanece com uma gama de problemas de difícil solução como, por exemplo, a inflação e a dependência da importação de equipamentos e de tecnologia. Isso se reflete em sérios problemas de balanço de pagamentos.

A partir de março de 1964 instala-se no país o regime militar, que fica no poder por cerca de 20 anos. Esse regime ditatorial e antidemocrático, apesar de alinhado aos interesses norte-americanos, impulsiona o setor estatal. Adota uma política de endividamento e de investimentos para incentivar as exportações, de forma a manter o equilíbrio no balanço de pagamentos (modelo de substituição de importações). Essa política tem resultados positivos imediatos, na época do "milagre brasileiro", mas tem sérias consequências até hoje para o país a partir do momento em que se modificam as condições de liquidez no mercado financeiro internacional (redução do fluxo de recursos e elevação das taxas de juros). Nessa época, as estatais passam a ser utilizadas para a contratação de financiamentos externos, aumentando o nível e o perfil de seu endividamento.

As grandes estatais brasileiras, como a Petrobrás, Cia Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Telebrás, Banco do Brasil e BNDES, com estruturas abrangendo todo o território nacional,

foram as responsáveis pelo desenvolvimento nacional, fornecendo o suporte básico para que o país atingisse a posição de décima economia do mundo. Vale ressaltar que elas são praticamente as únicas responsáveis pelos investimentos na área tecnológica no país.

Na área de petróleo, até os anos 50, 7 empresas dominavam a exploração e produção mundial de petróleo (as "Sete Irmãs"): Royal Dutch Shell, Exxon, Texaco, Mobil, Chevron, Gulf, British Petroleum (estatal inglesa) e CFP (estatal francesa). Nessa época não havia preocupação alguma com o esgotamento dessa fonte de energia.

Até a Segunda Guerra Mundial, o Brasil era visto apenas como um mercado para os produtos refinados nos EUA e na Inglaterra, não havendo interesse internacional nem em explorar suas reservas desconhecidas, nem em instalar refinarias no país. Com a Segunda Grande Guerra, o Brasil sofreu com a falta de combustíveis e o petróleo começou a ser visto como estratégico, iniciando-se o movimento nacionalista que culminou com a criação da Petrobrás

Por trás do movimento de abertura do setor petrolífero estão cerca de 10 multinacionais que tentam reconquistar posições perdidas

em 1953. A propósito, só após a criação do CNP, em 1939, o petróleo passou a ter alguma regulamentação no país.

A Petrobrás foi criada para executar o monopólio estatal do petróleo e gás no Brasil, tendo desempenhado firmemente esse papel de-

envolvendo o refino no país, criando uma rede básica de infra-estrutura com investimentos em transportes e tancagem, explorando as bacias sedimentares brasileiras e investindo fortemente em pesquisa tecnológica e na produção de petróleo e gás natural, principalmente na plataforma continental brasileira. Possui, hoje, 11 refinarias, chegando, inclusive, a exportar derivados de petróleo para os Estados Unidos.

De acordo com a revista especializada *Petroleum Intelligence Weekly* (PIW), que destaca as 50 maiores empresas de petróleo do mundo, em dezembro de 1992, a Petrobrás apresentava reservas descobertas de 8,1 bilhões de barris, que correspondiam a 0,82% das reservas mundiais. Em 1993, a publicação *Oil & Energy Trends* indicou o nível de 7,1 bilhões de barris como reservas brasileiras, que garantiriam 14,9 anos de consumo interno, correspondendo a 0,3% das reservas mundiais.

Apesar do Brasil não ser um grande produtor de petróleo, aqui foi descoberta uma das dez maiores reservas de petróleo do mundo, no mar, na Bacia de Campos, e isso na vigência do monopólio estatal, como resultado do esforço de técnicos e trabalhadores nacionais.

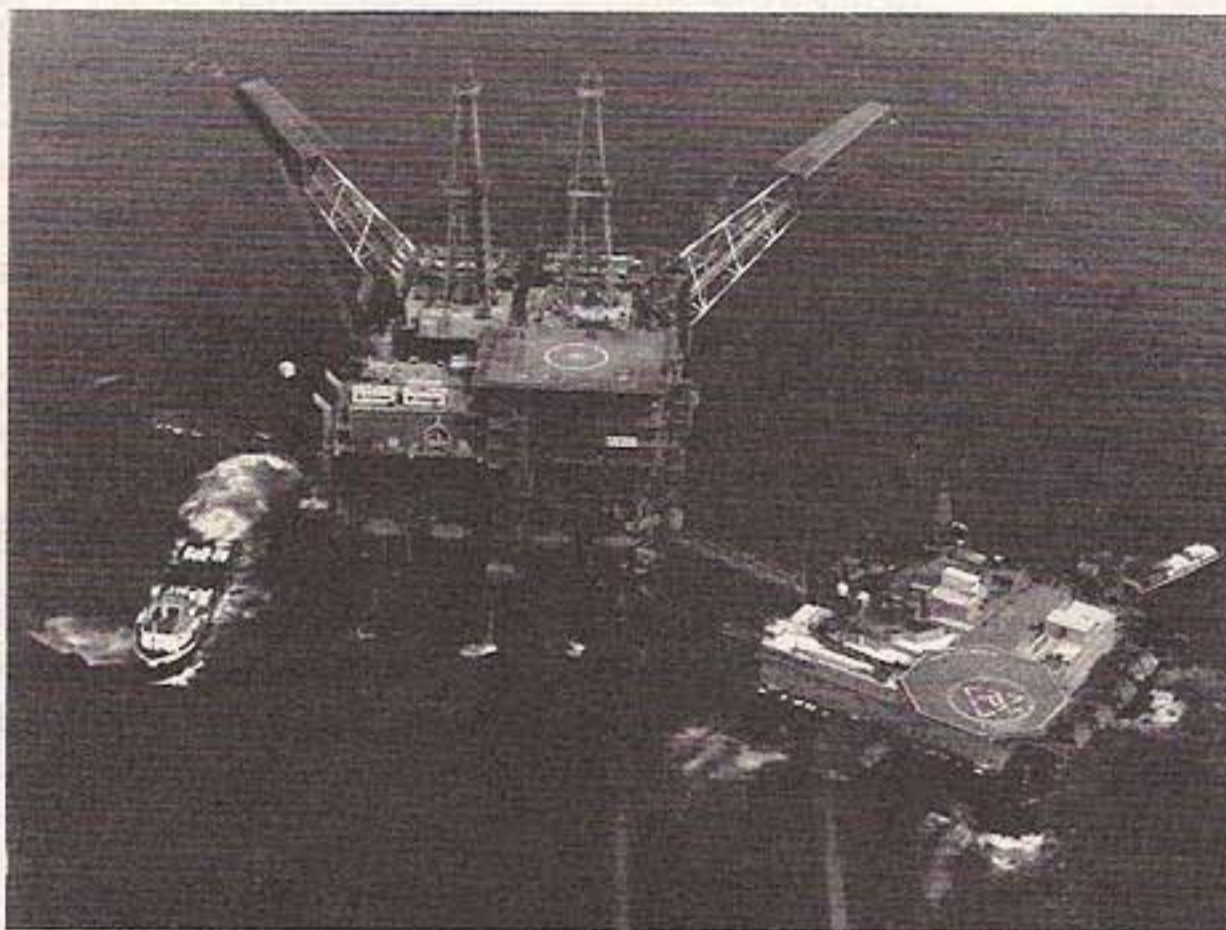
Em 43 anos a produção de petróleo da Petrobrás cresceu 33.000%. Com a produção inicial de apenas 2.700 barris/dia, na Bahia, hoje produz 889 mil barris/dia (com picos de 920 mil barris/dia), principalmente na Bacia de Campos. Até o final do ano de 1997, este limite deve alcançar 1 milhão de barris/dia, prevendo-se um aumento de mais 500 mil barris/dia no ano 2000. As reservas atuais situam-se no patamar de 14,1 bilhão de barris de óleo e de 158 bilhões de m³/dia de gás natural. No refino, o Brasil passou a ser auto-suficiente, partindo de uma produção de

derivados de petróleo de 2.500 barris/dia para os níveis atuais de 1.500.000 barris/dia.

Quanto ao gás natural, não há quantidade suficiente de produção nacional, uma vez que a maior parte desse produto, nas reservas brasileiras, vem associado ao petróleo. Entretanto, há gás não associado na Região Amazônica, nas jazidas de Urucu e Juruá, que deverá brevemente ser utilizado para geração de energia elétrica na Região Norte. Os estados da Região Nordeste possuem gás natural que vem sendo muito importante para o desenvolvimento local. Na Região Sudeste e nas demais áreas do país, apesar de alguma produção, principalmente nas Bacias de Campos e Santos, a Petrobrás está providenciando a importação necessária visando o aumento da participação do gás natural na matriz energética brasileira. É importante ressaltar que tudo isso já vinha sendo feito sem a quebra do monopólio da Petrobrás.

Resumidamente, podemos dizer que a Petrobrás é uma empresa moderna e competitiva, com posição de destaque em várias atividades da indústria do petróleo, como no caso, por exemplo, de tecnologia em águas profundas. Atua em mais de 10 países através de sua subsidiária Braspetro. Foi a responsável pela implantação das indústrias petroquímica e de fertilizantes no Brasil, com enorme sucesso. Na distribuição de derivados de petróleo detém cerca de 35% do mercado, competindo, através de sua subsidiária Petrobrás Distribuidora (BR), em condições de igualdade com as grandes multinacionais instaladas no país: Shell, Esso e Texaco.

Atualmente, a empresa importa 60% das suas necessidades de petróleo da América Latina e da África, exportando principalmente produtos industrializados para esses países, contribuindo para a melhoria do balanço de pagamentos nacional.



Plataforma Petrolífera de Pampo (Rio de Janeiro).

Além disso, a Petrobrás está investindo na melhoria do seu perfil de refino, visando a produção de derivados mais nobres e valorizados.

Podemos verificar que, nos seus 43 anos de existência, a Petrobrás foi capaz de abastecer o mercado nacional sem causar nenhuma paralização na economia, aos menores custos, tendo assim sempre cumprido as metas para as quais foi criada. A construção de uma indústria do petróleo nacional gerou a consolidação da Petrobrás, maior empresa do país. Assim, uma modificação no setor, através de Emenda Constitucional, traz graves consequências para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Os antecedentes da quebra do monopólio da Petrobrás

Sob a fachada da globalização, instigada pelos Estados Unidos e pelas nações dominantes no sistema capitalista, impôs-se um caminho aos países não desenvolvidos, sinalizado como o único possível, de inserção nesse processo de "globalização". Esse movimento colocou

em segundo plano a busca de realização de um projeto nacional por parte da maioria dos governos desses países em desenvolvimento, entre eles o do Brasil.

Na realidade, esse movimento baseia-se no projeto neoliberal, que tenta sufocar o desenvolvimento de alternativas viáveis e que reflete os interesses das forças econômicas do capitalismo internacional. Os principais princípios neoliberais pregam: o Estado mínimo, a desregulamentação, a privatização, a hegemonia do mercado, a liberalização e a estabilização da moeda como metas prioritárias. Trata-se de um retorno à teoria econômica de Adam Smith da "mão invisível" do mercado. Essa política passou a ser amplamente divulgada pela mídia internacional.

Uma das características mais malélicas desse pensamento é o abandono das particularidades nacionais e da própria formação histórica local, mostrando um caminho único universal que tende a perpetuar o poder e as vantagens comparativas dos países hegemônicos. Trata-se de um movimento que utiliza mecanismos de do-

minação novos e eficientes que visa construir uma nova ordem econômica unipolarizada, com alguns centros disputando o poder e uma enorme periferia submissa e sem projetos nacionais.

Para a sua divulgação, passou a ser omitido até mesmo o caminho histórico das grandes potências atuais que, mais de uma vez, implementaram fortes medidas protecionistas visando seu próprio desenvolvimento. Tanto os Estados Unidos, como a Alemanha e o Japão, bem como outros países desenvolvidos, sempre priorizaram seus projetos nacionais e aplicaram, ao longo do tempo, o protecionismo econômico quando isso foi julgado necessário e, na verdade, agem assim até hoje. Isto é, eles pregam uma política que eles mesmos não aplicam nas suas economias locais. Esse movimento toma um novo impulso com o esfacelamento da União Soviética.

Vale ressaltar que o Brasil, país de capitalismo tardio, vem, ao longo de sua história, sempre sofrendo interferência dos países fortes e do capital internacional no seu desenvolvimento, e permanece, até hoje, como uma nação periférica no cenário internacional. Assim, não está escapando dessa onda neoliberal que invade o mundo.

Os Governos Collor e Fernando Henrique deixaram de lado qualquer idéia de desenvolvimento nacional independente. Esse direcionamento atinge principalmente as grandes empresas estatais, deflagrando uma campanha nociva e falsa contra tais empresas, dentre elas a Petrobrás.

A partir do Plano Real, para garantir o fluxo de recursos externos, é escolhido o caminho das privatizações das empresas estatais. Adota-se a abertura comercial visando incentivar a competitividade. O agente principal do processo de desenvolvimento, segundo a corrente vigente, não pode mais ser o Estado.

Assim, capitais estrangeiros são atraídos mediante a venda de empresas estatais, sem a realização de novos investimentos na economia, de modo a possibilitar que sejam saldados os compromissos internacionais do país. Dessa forma, a indústria brasileira está sendo desmantelada, enquanto são fortalecidas, por exemplo, algumas empresas estatais estrangeiras, como a francesa Electricité de France, que comprou a Light.

Na área do petróleo, originalmente dominada pelas "Sete Irmãs", verificou-se, ao longo do tempo, o crescimento de importân-

O argumento de que a abertura propiciará maiores investimentos e descoberta de mais petróleo não tem sentido

cia das empresas estatais como a Petrobrás. No ano de 1992, 28 empresas estatais detinham 83% das reservas petrolíferas mundiais, enquanto as 22 maiores empresas privadas da indústria do petróleo tinham apenas 4,5% dessas reservas.

Essa situação fez com que fosse deturpado o critério de classificação das empresas de petróleo para divulgar a importância das multinacionais da área. Assim, quando se fala nas maiores empresas do setor, em vez de se utilizar como critério o volume de reservas, que listaria 9 estatais entre as 10 maiores empresas do mundo, passou-se a dar preferência a classificações por volume de vendas (4 estatais dentre as 10 maiores). Se considerado como balizamento o volume de refino, destacam-se 4 estatais entre as 10 maiores. Pela produção de petróleo, identifica-se 7 estatais dentre as 10 maiores.

A partir dos anos 90, ficou clara a situação de escassez de reservas das grandes multinacionais da indústria do petróleo e tornou-se de importância vital para elas a obtenção de novas reservas, sob pena de terem seu futuro ameaçado. Daí a importância do acesso a essas novas reservas propiciado pela abertura dos monopólios em diversos países, envolvendo lucros, ou perdas, de bilhões de dólares. Na realidade, o movimento de abertura do setor petróleo tem, por trás, cerca de 10 multinacionais tentando reconquistar posições perdidas. Trata-se de uma tentativa de manutenção e crescimento de um monopólio ameaçado.

Por outro lado, as grandes estatais do setor, para manter suas posições, têm caminhado no sentido de uma maior verticalização, obtendo mais lucratividade.

Assim, observa-se um movimento das grandes multinacionais e das grandes estatais no sentido de se prepararem para a próxima década, quando devem esgotar-se as reservas dos pequenos produtores mundiais. No futuro, deverão se manter como exportadores de petróleo apenas os seguintes países: Irã, Arábia Saudita, Iraque, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Venezuela e México.

Quanto às mudanças que vêm ocorrendo no setor, é importante analisar o comportamento da Venezuela, do México, da Noruega e de alguns países do Oriente Médio. Esses países, com reservas abundantes, investiram na internacionalização e fortalecimento de suas empresas estatais, que passaram a realizar parcerias sob seu comando. Até mesmo a abertura de concessões está sendo feita sob total controle das estatais, a partir de um planejamento estratégico cuidadosamente elaborado.

A Inglaterra e a Argentina optaram por um caminho diferente, que está servindo de modelo ao Brasil e, apesar de não serem detentoras de grandes reservas, escolheram a aber-

tura do setor petrolífero. A Inglaterra, entretanto, possui 2 das maiores multinacionais. Já a Argentina, está vendo o desmoronamento do setor no país e deve enfrentar dificuldades no futuro.

Recentemente, verificou-se a reabertura do setor petróleo em países como: Colômbia, Equador, Chile, Paraguai, Albânia e Cuba. Entretanto, esses países não têm recursos, reservas significativas ou tecnologia. A Rússia e a China passaram a fazer parcerias com as multinacionais para a exploração de suas reservas, tendo em vista suas insuficiências tecnológicas e de recursos, para atendimento de suas necessidades.

Na realidade, verifica-se, historicamente, que todos os países desenvolvidos têm ou tiveram importantes estatais de petróleo. Desses países, os que privatizaram suas estatais só o fizeram condicionados à passagem do controle dessas empresas a empresários nacionais e após a internacionalização da companhia, tendo antes testado amplamente seus mecanismos de regulação. Os Estados Unidos são um caso à parte, onde o setor é totalmente aberto e onde atuam as grandes multinacionais, mas com fortes mecanismos tradicionais de regulação.

As grandes multinacionais voltaram a ganhar posições no cenário mundial do petróleo, refletindo a abertura do setor, bem como a falta de tecnologia e de recursos de alguns países produtores.

Cabe destacar que o setor petróleo continua sendo estratégico até os dias atuais, haja visto o fato de ainda ser capaz de gerar conflitos internacionais, como no caso da recente guerra dos Estados Unidos com o Iraque. Atualmente, o petróleo é responsável por 63% de toda a energia consumida no mundo e deve permanecer como a fonte primordial de energia até 2050. Além disso, a demanda por petróleo situa-se, em

sua maior parte, nos países desenvolvidos, que não possuem reservas.

Dessa forma, vai ficando claro o cenário que levou à quebra do exercício do monopólio estatal do petróleo pela Petrobrás. É resultado da adoção de uma política neoliberal, voltada a atender os interesses dos grandes países capitalistas e aos anseios das grandes multinacionais da indústria do petróleo que, dessa forma, passam a ter acesso às reservas petrolíferas brasileiras.

O argumento de que a abertura propiciará maiores investimentos e descoberta de mais petróleo não tem sentido. Desde o início do século, os investimentos de empresas estrangeiras no país, em todos os setores de atividade, montaram a cerca de US\$ 72,5 bilhões. Num período mui-

Para evitar a cartelização do mercado do petróleo no país a Petrobrás precisa ser mantida como uma estatal forte

to mais curto, de 40 anos, desde a sua criação, a Petrobrás, sozinha, investiu US\$ 80 bilhões.

Além disso, tendo em vista a experiência brasileira com os contratos de risco, durante 13 anos, confirmase a pequena contribuição do capital estrangeiro no aumento da produção de óleo e gás no território brasileiro. Os 243 contratos de risco assinados com 35 empresas estrangeiras geraram investimentos que montaram a US\$ 1,25 bilhão na perfuração de 79 poços, obtendo-se algum sucesso apenas na produção de 1 poço. A Petrobrás, nesse mesmo período, investiu US\$ 23 bilhões, perfurou 8.203 poços e obteve grandes êxitos, principalmente na plataforma continen-

tal, na Bacia de Campos.

Cabe acrescentar que a Petrobrás já vem desenvolvendo seu programa de investimentos valendo-se, além dos seus recursos próprios, de financiamentos diretos externos, de várias modalidades, inclusive através de operações de *leasing* de plataformas de produção de petróleo, tendo em vista seu porte e sua reputação no mercado internacional. Além disso, vem desenvolvendo parcerias há algum tempo, bem como racionalizando seus custos. Dessa forma, não é válida a alegação de que há necessidade urgente de abertura do setor para atrair capitais externos imprescindíveis ao crescimento do setor e à viabilização de novas descobertas.

Por outro lado, há algum tempo prevalece um movimento do próprio Governo Federal no sentido de inviabilizar a lucratividade e o crescimento das empresas estatais, com o objetivo de comprovar as teses neoliberais, traduzido em cortes orçamentários indiscriminados e em controle dos preços dos produtos. E essa política vem afetando profundamente os resultados da Petrobrás. Mesmo assim, ela vem conseguindo manter sua posição de destaque e seu papel propulsor do desenvolvimento nacional.

Entretanto, a quebra do monopólio da Petrobrás, hoje, já é uma realidade e, assim, temos que trabalhar no sentido de minimizar as consequências negativas da adoção do caminho escolhido.

A quebra do monopólio da Petrobrás e suas consequências para o país

De acordo com o artigo 177 da Constituição Federal de 05.10.88, relativamente ao petróleo, derivados e gás natural, constituem monopólio da União:



Sede da Petrobrás no Rio de Janeiro.

I. A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

II. A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III. A importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV. O transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

Esse monopólio, pela Lei 2004, era exercido exclusivamente pela Petrobrás. Com a Emenda Constitucional nº 9, de 09.11.95, a União passou a poder contratar empresas estatais ou privadas para a realização dessas atividades, observadas as condições a serem estabelecidas em lei.

A Lei nº 9478, de 06.08.97 (1), regulamentou essa Emenda Constitucional, criando:

- O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para propor políticas nacionais e medidas específicas aplicáveis ao setor energético;

- A Agência Nacional do Petróleo (ANP) para atuar como órgão regulador da indústria do petróleo, vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Com essa lei o monopólio estatal do petróleo continua pertencendo à União Federal consoante com o texto constitucional de 1988. O que houve foi a extinção do exercício desse monopólio pela Petrobrás, que passa a ser apenas uma empresa atuante no mercado. Com as modificações introduzidas, passa-se de um sistema monopolista estatal para um modelo de livre concorrência na indústria do petróleo e gás no país.

A Petrobrás deixa de ser a executora exclusiva desse monopólio e torna-se possível a exploração e produção das jazidas de petróleo e gás por outras empresas privadas, mediante concessões ou autorizações. Ora, na prática, essas empresas passam a ter o direito sobre as reservas brasileiras e não há como tirar delas esse direito, como se comprova pelo histórico de concessões- vide o caso dos sistemas de rádio e televisão (ex: Rede Globo). Assim, a chamada flexibilização do monopólio estatal pode implicar, na

realidade, na quebra efetiva do monopólio estatal do petróleo.

Na área de exploração e produção de petróleo serão feitas licitações, das quais a Petrobrás participará, e as descobertas serão de propriedade das empresas que poderão exportar sua produção, desde que a demanda nacional tenha sido atendida.

Se não houver um controle adequado, não poderá ser impedida a aceleração da produção dos campos de petróleo visando a recuperação rápida do investimento realizado por empresas estrangeiras, propiciando o esgotamento precoce das reservas estratégicas brasileiras. Mesmo que a exportação da produção esteja condicionada ao atendimento do mercado nacional, uma vez que essa condição tenha sido cumprida, nada impedirá que o excesso produzido por uma grande empresa que tenha instalado uma plataforma de produção na Bacia de Campos, por exemplo, seja enviado por navio a seu país de origem. Daí a importância da regulamentação e do controle governamental necessários.

Aliás, pode-se considerar que, na situação atual do mercado mundial de petróleo, é conveniente importar óleo e poupar reservas para épocas de aumento de preços e escassez desse produto. É importantíssimo que a ANP esteja atenta e fixe regras que possibilitem o tratamento estratégico da questão petróleo e a manutenção das reservas nacionais nos níveis necessários para garantir o crescimento do país, inclusive incentivando a produção no exterior pela sua empresa estatal.

Levando-se em consideração as tendências de concentração da produção de óleo em alguns poucos países e de esgotamento das reservas extraídas a baixo custo no mundo, espera-se uma futura elevação dos preços do petróleo. Assim, as concessões a serem adjudicadas pela ANP deverão ser objeto de um

criteroso planejamento estratégico tanto para definição da oferta de áreas para exploração, quanto para a fixação do nível de produção das jazidas já descobertas, sob pena de se comprometer a soberania nacional à dependência maior de nações poderosas.

Para a determinação das áreas e das épocas bem como das formas de sua disponibilização para a exploração por terceiros, esse planejamento estratégico deverá ser executado de forma a se definir os níveis desejáveis de produção de óleo e gás, levando-se em conta fatores tais como: a probabilidade de reservas no território brasileiro (reservas potenciais) as projeções da demanda nacional de derivados, a projeção dos preços do petróleo no mercado internacional, as fontes alternativas de energia, a manutenção do nível de reservas de petróleo necessário, etc.

Na área de refino e transporte, bastará autorização da ANP para a realização do investimento por qualquer empresa interessada.

Quanto ao refino, vale citar a auto-suficiência da maior parte dos países desenvolvidos em produtos refinados, assim como ocorre hoje no Brasil. Entretanto, tendo em vista a existência, atualmente, de capacidade ociosa no mundo, os lucros do refino não são substanciais. Assim, não pode haver restrição à produção, pela Petrobrás ou por qualquer outra empresa que atue na área, dos diversos subprodutos obtidos a partir de seus derivados primeiros, sob pena de se afetar sua rentabilidade. As refinarias, em todas as partes do mundo, constituem-se em pólos de desenvolvimento industrial, dos quais o refinador não pode ser proibido de participar.

Entretanto, na situação atual, dificilmente algum investidor implantará uma nova refinaria no país. O interesse será apenas na indústria petroquímica e outras insta-

ladas a partir dos subprodutos do refino. Assim, para manter a Petrobrás fortalecida, além da possibilidade de sua participação nesses novos segmentos de mercado, é essencial que a empresa seja mantida como um todo, com a flexibilidade necessária para a operação integrada de suas 11 refinarias, de forma a garantir o suprimento do mercado nacional. Além disso, deverão ser realizados investimentos pela estatal na melhoria do perfil do refino no país, consubstanciados em ampliações e instalações de novas unidades que propiciem a produção de derivados mais nobres e rentáveis. É importante que o novo órgão regulador incentive e apoie essa forma de atuação da Petrobrás.

No futuro, as importações de petróleo e derivados serão liberadas. Entretanto, a importação de derivados dificilmente poderá ser feita a custos mais baixos do que a compra desses produtos da Petrobrás, com instalações em praticamente todo o território brasileiro. Entretanto, tem que ser bem fiscalizada a questão de realização de algum tipo de *dumping* por alguma empresa estrangeira que objetive concorrer com a Petrobrás. Além disso, a concessão de autorizações para importação só deve ser feita após análise dos seus efeitos sobre a produção nacional, sobre o atendimento ao mercado brasileiro a longo prazo e sobre a possibilidade de colocação dos excedentes do país no mercado externo. A possibilidade de abertura das importações de derivados pode ter reflexos no equilíbrio dos agentes no mercado brasileiro, que pode ficar sob o domínio de grandes empresas multinacionais já em operação no país.

Foi também implantado no país o *open access*, ou seja, os sistemas de transporte e armazenamento da Petrobrás poderão ser utilizados pelas demais empresas do setor, medi-

ante pagamento de taxa, se houver espaço disponível. Esse *open access* terá que ser objeto de estudos para que sua implantação seja devidamente explorada e controlada pelos órgãos responsáveis, de forma que a Petrobrás não seja prejudicada e continue fortalecida.

A realização de parcerias pela Petrobrás feita criteriosamente e com o controle da estatal, até certo ponto, pode ser benéfica, propiciando a ampliação de seu programa de investimentos. Entretanto, se levada a extremos, pode resultar na perda de controle e na privatização gradativa da empresa e no seu controle por companhias privadas. Isso pode ocorrer, por exemplo, com a passagem indiscriminada de ativos da Petrobrás para subsidiárias e associadas.

Além disso, a ANP, ao fazer concessões às grandes empresas multinacionais, deveria exigir, em troca, a participação da Petrobrás, a estatal brasileira, em grandes projetos no exterior, de forma a ampliar a atuação internacional da empresa petrolífera nacional, ou seja, exigir contrapartidas. Aliás, é este o caminho que a Petrobrás vem seguindo nas parcerias que está implementando.

Para evitar a cartelização do mercado do petróleo no país, uma tendência internacional, a Petrobrás tem que ser mantida como uma estatal forte. Nesse sentido, torna-se imprescindível a continuidade dos investimentos da empresa em pesquisa e tecnologia para que ela possa perseguir uma posição ainda melhor no Brasil e no mundo. A Petrobrás deverá continuar a atuar sob contrato de gestão, sem que se perca a transparência de sua atuação, mas com maior agilidade nas decisões, e mantendo-se sua verticalização integrada "do poço ao posto".

A ANP tem como desafio atuar de forma que as mudanças na indústria do petróleo e gás se traduzam

em ganhos efetivos para a sociedade. Para que ela atinja seus objetivos com sucesso, há alguns problemas a serem superados, tais como a falta de tradição da administração pública brasileira em matéria de regulação, um alto grau de protecionismo ainda vigente e as distorções existentes nos preços dos derivados. Tendo em vista a existência de competência técnica no setor apenas na Petrobrás, a ANP deve trabalhar em estreita colaboração com aquela empresa.

A atuação da ANP terá implicações para o futuro. Seu papel poderá ser desastroso se não levar em conta o ambiente nacional e internacional e não tiver como principal referência o desenvolvimento do Brasil e os interesses de seu povo.

ANA MARIA ROCHA é jornalista e presidente do PCdoB/RJ. Este artigo foi apresentado no curso de Políticas Públicas e Governo da UFRJ, na unidade coordenada pelo professor Luiz Pinguelli Rosa.

Nota:

(1) Destacamos alguns pontos dessa Lei:

- Poderão participar das atividades petrolíferas no país empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil.
- Os dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras, bem como sobre as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo e gás natural, serão transferidos pela Petrobrás à ANP, mediante remuneração a ser estabelecida pela ANP.
- As atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural serão exercidas mediante contratos de con-

cessão, concedidas através de licitação.

- Três meses após a publicação da Lei, a Petrobrás submeterá à ANP seu programa de exploração e produção e terá seus direitos sobre os campos em produção ratificados pela ANP.
- Nos blocos em que houver realização descobertas comerciais, a Petrobrás poderá prosseguir nos trabalhos pelo prazo de 3 anos e, se obtiver êxito, poderá prosseguir nas atividades de produção.
- A construção e operação de refinarias e de unidades de processamento e de estocagem de gás natural, bem como ampliação de sua capacidade, serão objeto de autorização da ANP, mediante a apresentação de projeto.
- A construção de instalações e a efetivação de qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, seja para suprimento interno ou para importação e exportação, serão objeto de autorização da ANP.
- No prazo de 180 dias após a publicação desta Lei, a ANP expedirá as autorizações que ratificarão a titularidade das instalações existentes.
- Os dutos de transporte e terminais marítimos existentes ou a serem construídos poderão ser utilizados por qualquer interessado, com preferência do proprietário, mediante remuneração ao titular das instalações (caso não haja acordo entre as partes, a ANP fixará essa remuneração).
- A atividade de importação e exportação de petróleo e seus derivados será objeto de autorização da ANP.
- A Petrobrás, direta ou indiretamente, poderá exercer, fora do território nacional, qualquer uma das atividades integrantes de seu objeto social.
- A União manterá, no mínimo, 50%

mais 1 ação do capital votante da Petrobrás.

- A Petrobrás e suas subsidiárias ficam autorizadas a formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo.
- A Petrobrás deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo essa subsidiária associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.
- A Petrobrás poderá transferir para seus ativos os títulos e valores recebidos por qualquer subsidiária, em decorrência do Programa Nacional de Desestatização, mediante redução de sua participação no capital social da subsidiária.

No prazo de transição fixado em 3 anos, os preços serão desregulamentados e as importações compatibilizadas com os critérios de desregulamentação de preços. Além disso, será feito um acerto de contas entre a Petrobrás e a União.

Bibliografia:

Lei nº 9.478, de 06.08.97.

A Regulamentação do Setor Petrolífero Brasileiro: Refletindo sobre o Futuro, coordenação de Luiz Pinguelli Rosa.

Artigos de José Fantine.

“Projeto Nacional e Nova Ordem Mundial”, de Luiz Marcos Gomes, in Revista *Princípios*, fev/mar/abr de 1997.

“O Petróleo é nosso”, de Haroldo Lima, in *PCdoB na Reforma Constitucional*, 1996.

Biopirataria na Amazônia

O controle de um programa de pesquisa e desenvolvimento visando a biodiversidade amazônica deve ser nacional

SOCORRO GOMES

O debate sobre a exploração ilegal dos nossos recursos na Amazônia está na ordem do dia. Tem envolvido vários setores da sociedade e motivado especialmente os habitantes da Região para lutar contra o que vem se chamando de biopirataria. As Assembléias Legislativas de estados como o Acre e o Amazonas têm debatido a questão. E a discussão já está sendo travada no Congresso Nacional.

A Comissão de Biopirataria na Amazônia (Comissão Externa para Apurar Denúncias de Exploração e Comercialização Ilegal de Plantas e Material Genético na Amazônia), criada pela Câmara dos Deputados em agosto de 1997, encerrou seus trabalhos três meses depois, em novembro. Presidida pela deputada comunista Socorro Gomes (PCdoB/Pará), ela investigou denúncias de exploração e comercialização ilegal de plantas e material na Amazônia por multinacionais farmacêuticas norte-americanas.

A partir de depoimentos de pesquisadores e autoridades públicas, a comissão tomou contato com várias modalidades do que se tem denominado como "biopirataria": coleta de sangue de membros de comunidades indígenas, de besouros e borboletas, o patenteamento da aplicação de produtos resultantes do conhecimento tradicional de comunidades indígenas e muitas outras.

O texto a seguir é a íntegra das considerações gerais do relatório final da referida Comissão.



Relatório final da comissão de biopirataria da Câmara dos Deputados

A consciência sobre a importância da biodiversidade é crescente nos últimos anos. A Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, no Rio de Janeiro, e ratificada por cerca de 170 Países, ampliou este debate para as nações do mundo, em especial no Brasil. Não simplesmente por ter sido da Conferência Mundial, mas sobretudo pela importância do País, como megadiverso.

O Brasil abriga altíssima diversidade biológica, principalmente nas florestas amazônica, atlântica e cerrado, dentre outros biomas. Segundo o Professor Paulo Kageyama, pesquisador da ESALQ-SP (Escola de Agronomia da USP), em palestra proferida durante o Seminário Binacional de Pesquisa da Amazônia, promovida na Universidade Federal do Acre, em julho de 97, "em um só hectare (10.000 metros quadrados) da floresta amazônica, existem cerca de 500 espécies vegetais diferentes e cerca de 50.000 espécies de animais e microorganismos. No mundo existem cerca de 50 milhões de espécies e somente 1,5 milhão são conhecidas".

A florestas tropicais ocupam apenas 6% da superfície terrestre, mas possuem provavelmente a metade das espécies do planeta. 54% das florestas tropicais úmidas estão na América Latina e Caribe.

Os doze países megadiversos são: Brasil, México, Colômbia, Equador, Peru, Zaire, Madagascar, China, Índia, Indonésia e Austrália. Juntos estes países possuem 70% das espécies de vertebrados, borboletas e plantas superiores.

A produção de medicamentos a partir de substâncias sintéticas já esbarra em sérios limites, fazendo com que a indústria farmacêutica dependa cada vez mais da biodiversidade. Hoje estão no mercado cerca de 40 drogas produzidas por biotecnologia, e estão em testes 270 outras drogas. Neste caso as florestas tropicais, e em especial a floresta amazônica, possuem uma riqueza imensurável. Pouco conhecida. E é nesse quadro que se dá o saque, o assalto à nossa biodiversidade.

Em países como o Brasil, que possuem grande diversidade biológica, um outro aspecto se soma, potencializa ainda mais o valor dessa riqueza. Trata-se da existência de populações nativas – ribeirinhas, caboclas e especialmente as comunidades indígenas – com acumulado conhecimento dessas espécies desenvolvendo práticas tradicionais da utilização com fins medicinais, partindo de experimentos primários. Compreende-se portanto que essa imensa biodiversidade, somada ao conhecimento milenar da

populações nativas na utilização dessas espécies, representa na ótica da indústria química e farmacêutica bilhões de dólares. O conhecimento tradicional pode representar, segundo especialistas, uma economia de cerca de 80% dos investimentos necessários para a fabricação de um remédio. Uma droga para ser produzida e levada ao mercado custa cerca de 350 milhões de dólares em um período que leva de 5 a 13 anos e gera cerca de 1 bilhão em lucros anuais. Portanto, a economia que o conhecimento tradicional possibilita é da ordem de 300 milhões de dólares.

Diante dessa realidade, é perfeitamente compreensível o interesse das grandes potências na nossa biodiversidade, especialmente os Estados Unidos que detêm maior desenvolvimento biotecnológico do mundo – hoje existem nos Estados Unidos 1.308 empresas de biotecnologia, com lucro estimado em 13 bilhões ao ano. O que é inexplicável e inaceitável porém, é a cumplicidade do governo brasileiro com o criminoso saque dessa riqueza, que nem mesmo conhecemos.

A apropriação de nossas riquezas biológicas e o envio para laboratórios estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos e Europa, onde são submetidas a testes e análises para posterior utilização em remédios e cosméticos, configura-se num verdadeiro saque e não data de agora. O professor Frederico Arruda, do Instituto de Ciência Biológica da Universidade do Amazonas afirma que já denuncia o problema há mais de uma década. Estima-se que saem da Amazônia cerca de 20 mil extratos por ano para laboratórios estrangeiros. Não se tem idéia sobre regiões, também ricas em diversidade genéticas como a Mata Atlântica e Cerrado.

O acesso livre às amostras da biodiversidade amazônica (flora e fauna) a supostos pesquisadores e missionários, financiados por grandes laboratórios internacionais, tem promovido o assalto às nossas riquezas.

A comissão de Sindicância da Assembléia Legislativa do Acre que apurou a biopirataria naquele Estado, constatou que no ano de 1996 mais de 500 quilos de sementes, de várias espécies amazônicas, foram contrabandeadas para outros países, seguramente, para países do G-7 onde o desenvolvimento da biotecnologia é maior. Levam a matéria prima e o conhecimento dos nativos e depois nos vendem, na forma de produto acabado, por preços exorbitantes, sem pagar absolutamente nada de *royalties* para o Brasil.

Os investimentos em pesquisa na região amazônica são ínfimos. Em 1995, primeiro ano do governo Fernando Henrique, segundo dados fornecidos pela

Assessoria de Orçamento da Câmara, o governo investiu apenas R\$ 15,8 milhões em pesquisa fundamental e aplicada, nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, todos da Amazônia. No ano seguinte, quando a proposta orçamentaria já foi elaborada pelo governo FHC, estes investimentos caíram para R\$ 5,8 milhões.

Essa política de sucatear nossos centros de pesquisa, colocando-os dependentes de recursos externos, torna vulnerável nossa inteligência científica. Expõe nossos pesquisadores, colocando-os em muitos casos, como meros coletores de materiais biológicos.

Existe em estágio avançado, uma proposta para implantação em Manaus, de um programa denominado Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM).

A iniciativa apresenta aspectos interessantes, particularmente quando pretende realizar um trabalho amplo, de pesquisa e desenvolvimento voltado para a biodiversidade amazônica, passando pelas seguintes fases: coleta de amostras; preparo de extratos; e determinação de propriedades. Estas atividades devem levar à obtenção de produtos de interesse farmacêutico ou agro-industrial.

Registra-se, entretanto, que este programa apresenta alguns defeitos de origem, como o fato de não ter passado por ampla discussão envolvendo a comunidade científica nacional (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Ministério da Ciência e Tecnologia, dentre outros).

Sua elaboração contou com a participação de mais de uma dezena de organismos estrangeiros (Universidade e centros de pesquisa), quantidade superior à dos organismos brasileiros envolvidos.

As principais objeções que se fazem ao PROBEM entretanto, são de ordem estrutural, e se bem recebidas, poderia servir para ajustar a iniciativa aos interesses nacionais. Cuida-se de um Programa de enorme amplitude, onde se prevê a criação de uma fundação destinada especialmente para gerir suas finanças. Aparentemente, resulta desta estrutura a necessidade de recursos financeiros de origem internacional. Como consequência, apresenta-se o organograma do programa encabeçado por um conselho consultivo formado por representantes nacionais e internacionais.

É nosso entendimento que a idéia do PROBEM, poderia ser de grande valia se viesse a ser o resultado de um consenso amplo da comunidade científica brasileira, onde viessem a ser analisados os seguintes aspectos: eventual redução de sua amplitude a um esforço circunscrito às possibilidades do sistema de pesquisa e desenvolvimento brasileiro; posicionamento

do conselho consultivo como órgão de assessoramento, sem qualquer superioridade sobre o Conselho Diretor; redução de sua previsão de gastos a valores que se possam obter do orçamento nacional, das áreas de pesquisa e desenvolvimento.

É fundamental que o controle de um grande programa de pesquisa e desenvolvimento visando a biodiversidade amazônica seja inteiramente nacional. Não se trata da rejeição da colaboração internacional, mas, ao contrário, de se buscar melhores conhecimentos sobre nossas riquezas para que possamos estar melhor aparelhados à mesa de negociação. A colaboração de técnicos estrangeiros é bem vinda, mas a direção e o controle do programa, como ocorre nos demais países do mundo, deve estar exclusivamente nas mãos do Governo Brasileiro.

De acordo com dados divulgados pela Organização da Indústria de Biotecnologia (BIO), há 21 anos foi fundada a primeira empresa de biotecnologia nos Estados Unidos, Genentech. Hoje existem nos Estados Unidos 1.308 empresas de biotecnologia, com lucros estimados em 13 bilhões ao ano. Algumas poucas empresas no ramo da biotecnologia estão na Europa e no Japão. No ano de 1996 os Estados Unidos despenderam 7 bilhões e 7 milhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento de produtos biotecnológicos, uma média de 71 mil dólares por cada pessoa na indústria de ponta em biotecnologia. Em comparação com outras indústrias, nos Estados Unidos se gasta 7.651 dólares por empregado, especialmente na indústria farmacêutica, esses números chegam a 56 mil dólares por empregado. A indústria biotecnológica é informação-intensiva, e portanto cada empresa tem em média apenas 50 a 100 empregados. Uma nova droga custa cerca de 350 milhões de dólares para ser produzida e lançada no mercado, em período que leva entre cinco a treze anos, e pode dar lucros da ordem de 1 bilhão de dólares anuais. Hoje estão no mercado cerca de 40 drogas produzidas por biotecnologia, e estão em teste cerca de 270 outras drogas. Estima-se que os países desenvolvidos recebem cerca de 5 milhões e 400 mil dólares anualmente em *royalties* de produtos das florestas tropicais. Já estão operando nos Estados Unidos cerca de 200 empresas com o objetivo principal de realizar bioprospecção em florestas tropicais, e seu faturamento anual é de cerca de 60 milhões de dólares. Anualmente são retirados da Amazônia cerca de 200 mil exemplares de recursos genéticos. O quanto valem as florestas tropicais como reservatórios de matéria-prima para produtos farmacêuticos? O menor valor estimado é de 43 bilhões de dólares.

SOCORRO GOMES é graduada em História, professora e deputada federal pelo Partido Comunista do Brasil/Pará.

A classe operária e o movimento sindical

A luta unitária é forjada em torno de uma plataforma política para enfrentar os problemas dos trabalhadores contra a ofensiva do grande capital

JOÃO BATISTA LEMOS

Nestes três anos de implementação do Plano Real aprofundaram-se as contradições engendradas pelas mudanças no mundo do trabalho e seus impactos sobre a produção capitalista e pela política antio-perária, antidemocrática e antinacional do governo FHC.

Os trabalhadores têm suportado o custo social da estabilização econômica com índices crônicos de desemprego. O PIB veio declinando de 6,0% em 1994, para 4,2% em 95; 2,9% em 96; deverá fechar o ano de 97 em torno de 3,5%. O crescimento econômico teve um desempenho medíocre.

A taxa de desemprego na Grande São Paulo em julho de 94, data do lançamento do Real, era de 14,5% (Seade/Dieese). Em setembro de 97 foi de 16,3%, totalizando mais de 1,409 milhão de desempregados, o maior número já registrado desde que a Fundação Seade e o Dieese iniciaram sua pesquisa, em 85. Os trabalhadores da indústria foram os mais atingidos, com a eliminação de 240 mil postos de trabalho só em São Paulo. Estima-se que, pelos mesmos critérios do Seade/Dieese, o número de desempregados e sub-empregados em todo o Brasil seja superior a 11 milhões.

Dados do Ministério do Trabalho indicam o crescimento da infor-

malidade durante o Real, com a eliminação de 730 mil empregos formais em todo o país. Cerca de 53% da mão-de-obra do Brasil já está no mercado informal.

Durante o Real, o brasileiro tem trabalhado mais. As empresas têm operado com número reduzido de trabalhadores e respondem aos aumentos eventuais da demanda com o abuso de jornadas extraordinárias de trabalho.

No ano de 1993, 42,6% dos assalariados do setor privado trabalhavam mais que a jornada legal de 44 horas semanais na Grande São Paulo. Em setembro de 1997, este percentual tinha aumentado para 48%.

Resultado, em boa medida, desse aumento do ritmo de trabalho, segundo o Boletim Estatístico de Acidentes do Trabalho do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social –, aumentaram em 102% as doenças profissionais e em 18,31% os óbitos em todo o país.

Os trabalhadores estão ganhando menos. Houve queda na massa salarial e do salário médio durante o Real. De julho de 94 a maio de 97 ocorreu uma perda de cerca de 15% na massa salarial e de aproximadamente 14% no salário médio dos assalariados na região da Grande São Paulo.

O aumento de vendas de bens de consumo durável é explicado pela

expansão de crédito e pelo crescimento do crédito direto ao consumidor (CDC) de R\$ 6 bilhões para mais de R\$ 22 bilhões, entre junho de 94 e março de 97, sujeitando os consumidores a taxas de juros de mais de 70% ao ano, fenômeno simultâneo à elevação extraordinária da inadimplência.

Alterações no mundo do trabalho

A classe operária no Brasil tem sofrido grandes mutações e impactos com as mudanças no processo produtivo, que se aceleraram nestes últimos anos: privatização, automação, novas formas de organizar a produção e terceirização.

A produção industrial brasileira, antes concentrada em determinadas regiões do Sul/Sudeste, desloca-se e interioriza-se na busca de mão-de-obra barata e subsídios fiscais. Esse fenômeno atinge a cidade de São Paulo e a região do ABC, tradicionais centros operários do país, que vão reduzindo relativamente o seu peso operário, seja por falências, reestruturação, desconcentração da produção, instalação de novas indústrias em outras localidades, ou simples-



Foto: Cesar Diniz

Movimento intersindical. Praça da Sé, São Paulo.

mente pelo deslocamento das unidades produtivas.

Das quinze montadoras de automóveis com instalação anunciada no país, quatorze serão sediadas em cidades do interior dos estados (RS, PR,

RJ, SP, MG, BA e GO), e oito estão fora do eixo Rio-São Paulo.

A produção é cada vez mais horizontalizada, inter e intra-empresa, também em nível internacional. A Honda, quinta montadora a se insta-

lar no Brasil, que inaugurou fábrica na cidade de Sumaré/SP, possui quarenta e cinco diferentes fornecedores somente no Brasil. No entanto, o carro produzido tem índice de nacionalização (volume de peças nacionais utilizadas no veículo) de 47%. Os componentes principais – motor, transmissão, suspensão – são importados dos EUA.

Há também alterações no conteúdo do trabalho, com o advento das máquinas “inteligentes” em que são agregados o trabalho e o saber operários: trabalhos complexos são substituídos por trabalho simples. Com isto, certas profissões como a de ferreiro, serralheiro, ajustador mecânico - que se mantiveram imunes na fábrica fordista - estão desaparecendo nos dias de hoje. Esses profissionais eram, na maioria das vezes, os que lideravam as greves e são os que ainda ocupam posições de destaque nas diretorias das entidades sindicais. No lugar dessas profissões surgem outras, que merecem ser melhor estudadas.

Todas essas mudanças têm originado uma classe operária com novo perfil. A diminuição da concentração operária, a atomização da produção, novas técnicas gerenciais e os seus métodos de “parceria” e envolvimento dos operários com a empresa alteram com profundidade a subjetividade dos trabalhadores e modificam antigos valores, outrora gerados em uma situação de grande concentração de trabalhadores, sentimento de força na mobilização coletiva e grande solidariedade.

Esse novo perfil é composto ainda pela entrada no mercado de trabalho de uma mão-de-obra mais jovem, apta a lidar com as novas máquinas, seus manuais, símbolos e códigos. Algumas empresas recrutam seus novos empregados exigindo dos candidatos às vagas, segundo grau completo ou curso universitário.

As inovações tecnológicas não retiram o caráter explorador do capitalismo e, sim, o agrava. Quanto maior for a produtividade, maior será



Manifestação no ABC contra a Reforma da Previdência

o tempo que o trabalhador dispense para o capital, e menor é o tempo que ele trabalha para si mesmo. A realidade atual evidencia um processo regressivo de dismantelamento das conquistas sociais e trabalhistas.

A classe operária, embora com tendência de redução numérica, continua a ocupar o seu papel insubstituível na produção de valor. Por estar no centro da luta entre o trabalho e o capital, é a força estratégica para mudar a ordem burguesa. Por outro lado, aumenta o proletariado não-industrial, aqueles que nada possuem a não ser a sua força de trabalho para vender.

O desenvolvimento do caráter social do trabalho, no plano nacional e internacional, e o aumento excepcional do setor de serviços nos indica que “já não é possível segmentar a produção estritamente em ‘produção’ e ‘serviços’” (1). “Hoje, grande quantidade

dos serviços estão ligados à produção de mercadorias, que formam o lucro dos capitalistas”. Tal constatação dá ênfase à questão sobre o capital investido no setor de serviços ser também produtivo.

Na grande indústria moderna trabalhadores intelectuais são empregados para operar computadores, na contabilidade, em trabalhos de escritório e outros na produção direta. Os serviços de comunicação e transporte são cada vez mais utilizados e necessários no processo produtivo.

“Quando o capitalista vende o produto produzido por sua indústria, com a utilização de todos estes componentes de mão-de-obra, desse trabalho coletivo ele extrai um valor excedente”(2).

Na atual estrutura de produção baseada em cadeias produtivas – onde todo o processo, desde a extração da matéria-prima, transformação até a

comercialização final do produto, está cada vez mais integrado num mesmo sistema – vai se apagando até mesmo a linha divisória entre os tradicionais setores primário, secundário e terciário. O que vai aumentar ainda mais a concentração de riquezas, com a apropriação cada vez mais centralizada pelos grandes oligopólios e pelas potências imperialistas.

Por um lado é um novo desafio organizar, mobilizar e conscientizar essa nova geração de trabalhadores, mais dispersos, reunidos em pequenas equipes de produção, com mais dificuldade de desenvolver os antigos valores da classe operária tradicional. Por outro lado, forja-se uma nova classe operária que pode alcançar maior domínio sobre o processo produtivo para melhor compreender o processo de exploração capitalista.

O mundo do trabalho se diversifica e amplia os setores que vivem do trabalho e que são explorados cada vez mais no sistema capitalista. A ação unitária de operários, professores, bancários, funcionários públicos, sem-terras, excluídos e outros setores demonstram que amplia-se a grande frente transformadora. A luta de massas propicia o desenvolvimento da solidariedade entre os diversos setores sociais.

O movimento sindical, para dar respostas a essa nova realidade, deve adaptar sua organização, desenvolver novas formas de luta e reivindicações. Para fazer frente à ofensiva reacionária do neoliberalismo, a vida demonstra que a ação nos limites corporativos das categorias isoladas, mais do que nunca, é insuficiente. O desafio é realizar mobilizações cada vez mais gerais e amplas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que é preciso enraizar cada vez mais a luta e a organização sindical no local de trabalho, onde acontece o embate direto entre a política operária *versus* a dos capitalistas.

Ganha importância ainda maior a organização dos trabalhadores por ramos de atividade. Esta é a forma mais adequada de responder à atual

horizontalização da produção. O sindicato verticalizado por categoria, que era um paralelo à estrutura vertical fordista/taylorista, cada vez mais não consegue responder aos novos desafios. O sindicato unitário por ramo de atividade ajuda a superar a fragmentação da produção e dos serviços e abarcar os trabalhadores das empresas terceirizadas e subcontratadas.

A burguesia, seus políticos e ideólogos, conhecem esta verdade tão bem quanto nós. Tudo fazem para semear a divisão entre os trabalhadores e suas organizações políticas e de massa. Os patrões e o governo atacam a organização sindical, suas formas de custeio e tentam impor o pluralismo sindical com o sindicato por empresa, apostando na fragmentação ainda maior da organização dos trabalhadores.

A exploração capitalista está globalizada. A mundialização dos processos produtivos e das mazelas deste sistema, o desemprego e a exclusão social, alastram-se por todo o planeta. Mais do que nunca é uma exigência que a unidade dos trabalhadores ultrapasse os estreitos limites das categorias, dos países, e ganhe o mundo. Cada vez mais a resposta dos proletários deve ser dada procurando a mais ampla unidade dos trabalhadores de todos os países.

Para nós, ganha importância maior a unidade com nossos irmãos da América Latina, pela identidade histórica e pela realidade das relações econômicas e políticas existentes entre nossos países, principalmente com o Mercosul. Ganha prioridade a atuação comum dos trabalhadores.

As geniais palavras de Karl Marx e Friedrich Engels que encerram o Manifesto do Partido Comunista, *Proletários de todos os países, unidos!*, ganham novo e revigorado sentido nos tempos atuais.

O sindicalismo no Brasil, seus limites e desafios

O movimento sindical no Brasil vive um período de dificuldades. Re-

gistra um retrocesso nas conquistas, decréscimo de sindicalização, ataques do governo e dos patrões. Os sindicatos sofrem com a reestruturação produtiva, com o desemprego e com a política neoliberal. Reduzem-se o poder de barganha e de mobilização dos sindicatos.

Diminui o número de greves e de trabalhadores envolvidos nos movimentos. A média mensal de greves no primeiro semestre deste ano foi de 60, muito abaixo da média de 108 em igual período de 96, e a de 103, de janeiro a junho de 95. Enquanto de janeiro a junho deste ano a média mensal de trabalhadores parados foi de 56.464, em igual período de 96 foram 262.788 e no primeiro semestre de 95 chegaram a 310.745 os trabalhadores parados em média por mês.

Ao lado das dificuldades objetivas enfrentamos problemas de ordem política e ideológica no movimento operário e sindical. A divisão na cúpula, nas centrais sindicais, reflete a predominância da orientação conservadora e social-democrata e é fator de debilidade do movimento dos trabalhadores, causando graves conseqüências à luta de resistência.

A Força Sindical mantém-se como central que defende abertamente as teses neoliberais da privatização, precarização dos contratos de trabalho e de sustentação do governo FHC. As CGTs possuem pouca expressão de massa e têm trajetória oscilante.

A Central Única dos Trabalhadores é a maior e mais representativa das centrais. Ficou marcado no último período o predomínio da orientação do propositivismo em detrimento da mobilização e da luta dos trabalhadores. Hoje, apesar de sua precária unidade interna, busca trilhar o caminho da luta e da resistência e ainda persiste o desafio de aprofundar sua democracia interna, para envolver o maior número possível de setores do movimento sindical.

Dentro desse quadro, o fortalecimento da Corrente Sindical Clas-

sista, que divulga e leva à prática do sindicalismo de classe, é fator determinante para o avanço da consciência política e social dos trabalhadores.

Construir a unidade dos trabalhadores e do povo

Frente à ofensiva do capital é vital a unidade dos trabalhadores e chama a atenção a ação divisionista de algumas correntes políticas. Partindo de posições sectárias, alheias ao movimento real, propõem posicionamentos políticos inadequados, que podem levar o movimento sindical e operário ao isolamento.

A unidade dos trabalhadores com amplos setores democráticos e populares é necessária, possibilita a mobilização das mais amplas massas para enfrentar e resistir ao neoliberalismo, devendo, nesse momento orientar-se para derrotar o projeto eleitoral de FHC. A mobilização de milhões é o caminho para a afirmação política dos trabalhadores, forma superior de participação democrática do povo e a maneira mais eficaz para defender e ampliar os direitos dos trabalhadores.

A luta unitária é forjada em torno de uma plataforma política que responda aos principais problemas dos trabalhadores contra a ofensiva do grande capital. Dentro desta plataforma ganha relevância a luta pelo trabalho. A CUT deve dar seqüência às suas resoluções e desenvolver uma ampla campanha contra o desemprego, destacando a luta pelas 40 horas semanais, sem redução do salário. Ganha importância a marcha pelo emprego convocada pela CUT e pelo Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania para o 1º de maio de 1998.

Para os comunistas essa bandeira ganha um caráter estratégico. Além de criar mais empregos, questiona a lógica exploradora do capital. Aponta a necessidade de uma nova sociedade, em que o avanço tecnológico signifique uma jornada menor, com mais tempo

livre para as atividades sociais, lazer e cultura, e desenvolve a idéia de solidariedade, de que se deve trabalhar menos para que todos trabalhem.

O Partido da transformação revolucionária

O fato de a classe operária ocupar papel central na produção de valor não a transforma de maneira automática em classe dirigente. Ela só se coloca como tal adquirindo consciência socialista e revolucionária. Para esta tarefa o papel do Partido é insubstituível, e a maior participação de operários e de trabalhadores nas fileiras e nas direções é fator que garante a natureza, a existência e a identidade do Partido como organização para a transformação social.

O Partido comunista é instrumento fundamental para a conquista da unidade dos trabalhadores, para sua politização e para imprimir o caráter classista às lutas. A existência de um Partido forte e enraizado entre os trabalhadores é condição necessária para resistir à ofensiva neoliberal e para abrir perspectiva ao socialismo. A luta sindical é o leito natural para fortalecer o Partido entre os trabalhadores.

Para avançar nesses objetivos o Partido deve superar algumas debilidades encontradas nesta frente.

Observa-se certa subestimação das direções do Partido com a frente sindical. É preciso dar maior atenção à constituição de células e organismos partidários entre os trabalhadores. Esses organismos devem ser verdadeiras escolas de comunismo para formar combatentes da transformação social. Devem ter existência efetiva, e não meramente formal. É o organismo onde se discute e se elabora a política do Partido. Também é ele que deve tomar as decisões mais importantes para a atuação dos comunistas no seu âmbito, na sua categoria, sem atropelar a autonomia das entidades sindicais.

É ainda nos organismos partidários que os ativistas mais combativos e destacados do movimento sindical ganham também a condição de dirigentes comunistas. Subestimar a vida e o coletivo partidário é sinal de uma atuação que fica nos marcos do economicismo.

Alguns desafios estão colocados para nós diante das mudanças no mundo do trabalho:

- Dirigir nosso trabalho para o crescimento na juventude trabalhadora e popular, nas escolas técnicas, atraindo-a para as idéias avançadas da solidariedade e dos valores revolucionários.
- Dar especial atenção à atuação das mulheres, que aumentam a sua

participação no mercado de trabalho e que se incorporam à atuação militante nas entidades em número cada vez maior.

- Realizar um *Seminário Nacional* sobre as alterações recentes no mundo do trabalho e a construção do Partido entre os trabalhadores.

O capitalismo sob a estratégia neoliberal aprofunda sua face de exploração e degradação mais aberta da força de trabalho. É uma necessidade histórica a superação desse sistema pela transformação revolucionária da sociedade. Nas palavras de Marx,

“o proletariado nada tem a perder com ela a não ser suas cadeias, e tem o mundo a ganhar”.

JOÃO BATISTA LEMOS é membro da Direção Nacional do PCdoB. O presente texto compõe sua intervenção especial ao 9º Congresso do PCdoB, realizado em outubro de 1997.

Notas:

(1) Manini Chatterjee, integrante do Partido Comunista da Índia – Marxista, citando um dirigente da Federação dos Trabalhadores da Índia.

(2) *Idem.*



Sim, eu quero receber a assinatura da revista Princípios, conforme opção assinalada abaixo.

Assinatura anual (4 edições) R\$ 30,00

Cheque nominal à Editora Anita Ltda.

Vale Postal p/ Agência Brigadeiro/SP

Cartão Credicard/Diners ou VISA (N. _____ Validade ____/____)

Depósito Itaú Agência 0251 C/C 48678-3

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Telefone _____ Profissão _____

Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - 01323-010 São Paulo-SP
Fone/Fax (011) 289-1331
E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

Caminhos novos à luta emancipadora

O Manifesto do Partido Comunista é o programa que define os objetivos estratégicos do proletariado na luta contra a burguesia

JOÃO AMAZONAS

Chega ao sesquicentenário o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. Documento histórico de fundamental importância para o movimento revolucionário mundial, abriu caminhos novos à luta de classes contra a burguesia reacionária. Sua orientação basilar mantém plena atualidade. É um marco sinalizando a rota do progresso em bases científicas.

Até meados do século passado, os trabalhadores lutavam contra os efeitos danosos do capitalismo, exigiam direitos políticos e sociais. Não compreendiam ainda a natureza do sistema que substituiu o feudalismo, suas contradições e limitações. A par do progresso gigantesco que promovia, o capitalismo revelava sua essência ruínosa: o progresso surgia da violenta e inevitável exploração dos trabalhadores e dos povos. Em consequência, acumulava-se a riqueza num pólo sempre mais restrito e aumentava incessantemente a pobreza no pólo oposto.

O *Manifesto do Partido Comunista* redigido por Marx e Engels a pedido dos trabalhadores mais esclarecidos da época, trouxe a grande revelação – o capitalismo era um elo na cadeia do desenvolvimento eco-

nômico-social. Não podia ser considerado eterno. Favorecia até certo ponto o avanço da humanidade, depois atuava como força retrógrada destinada a desaparecer. Um novo sistema o substituiria – o socialismo em marcha para o comunismo, tendo por base o proletariado organizado em classe dominante.

Documento dialético, o *Manifesto* prognosticava o fim do capitalismo minado por suas próprias contradições.

“A burguesia somente pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais.”

Esse processo, bem visível nos dias de hoje, acarreta transtornos insuperáveis ao sistema vigente. A produção capitalista exige tecnologia sempre mais avançada. E cada inovação introduzida no plano produtivo engendra incontida exclusão social.

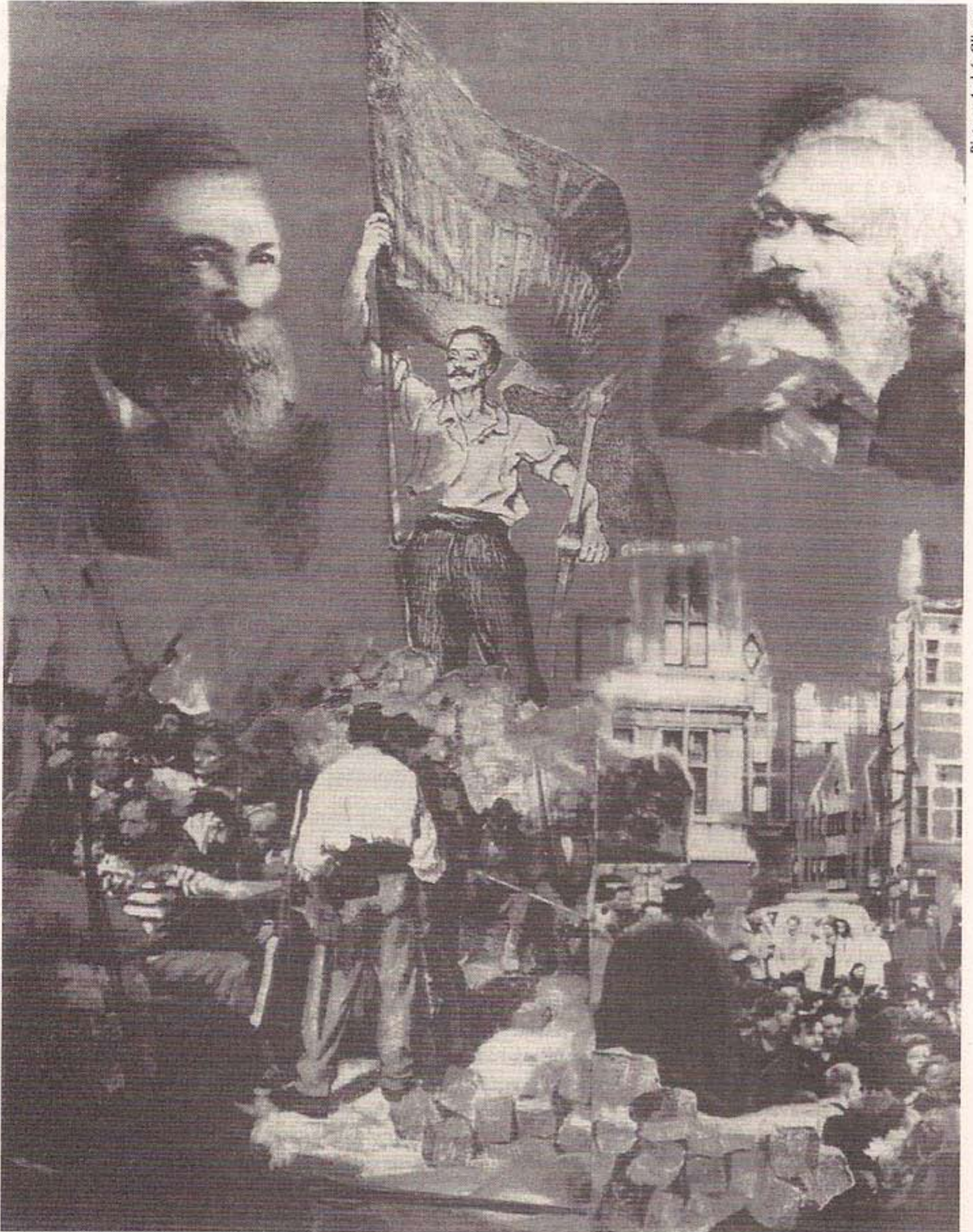
O trabalhador cai no pauperismo que “cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza”. Diz o *Manifesto*: “A burguesia já não tem condições de exercer o seu domínio

porque não pode mais assegurar a vida do seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão.” A existência da burguesia mostra-se, assim, incompatível com a sociedade. Alarga sempre mais o abismo entre exploradores e explorados.

O mundo burguês subsiste preme de revolução. Por toda a parte crescem os elementos de rebelião, a exigência de mudança radical na forma de organização da sociedade.

O *Manifesto* é o programa que define os objetivos estratégicos do proletariado na luta contra a burguesia. A consecução de tais objetivos não pode ser vista num plano imediatista. É toda uma batalha de longo alcance que perdura há cento e cinquenta anos. Nesse confronto o proletariado mundial alcançou expressivas vitórias e sofreu derrotas.

O êxito maior foi a Revolução Socialista na velha Rússia que iniciou fase nova na vida dos povos. Durante décadas, sob a direção do Partido Bolchevique, criado por Lênin e pelos revolucionários conseqüentes, em aliança com os camponeses, construiu-se uma sociedade livre dos capitalistas. Seguiu-se em ordem de importância a Revolução Chinesa que triunfou em 1949,



Pintura: André Glinéur

1848 - Karl Marx e Friedrich Engels - Manifesto do Partido Comunista

sob o comando do Partido Comunista da China. Enfrentando enormes dificuldades, a China constrói o socialismo, ainda na fase primária. Também o Vietnã, dirigido pelo Partido Comunista derrotou poderosos inimigos e edifica, passo a passo, o socialismo. A Coreia desbaratou a intervenção imperialista no país, e guiada pelo Partido revolucionário busca consolidar o regime progressista. A Albânia fez sua revolução libertadora, de conteúdo socialista. Depois da II Grande Guerra, vários países do Leste europeu implantaram regimes de Democracia Popular. E Cuba, mobilizando forças revolucionárias, hasteou a bandeira do socialismo no continente americano.

Nestes cento e cinquenta anos, o proletariado criou organizações internacionais num esforço para unir os trabalhadores de todos os continentes, tendo por guia as idéias avançadas do *Manifesto*. A III Internacional promoveu a criação de Partidos Comunistas em plano mundial. Esses Partidos crescem e vão adquirindo experiências para realizar os objetivos indicados por Marx e Engels.

Multiplicaram-se também as organizações dos proletários em sindicatos de classe, federações e confederações, nacionais e internacionais, que realizaram campanhas vitoriosas em prol de direitos sociais. A jornada de 8 horas marcou época. Cabe a essas organizações ter em conta o que afirmava Marx: “O verdadeiro resultado das lutas do proletariado não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores”.

São imensos, assim, os êxitos alcançados neste século e meio de vigência do *Manifesto do Partido Comunista*. Mas houve também reveses. Toda batalha envolve vitórias e derrotas, particularmente a que corresponde à luta de classes. O proletariado deve suplantar a burguesia no campo político e social, em desvantagem. A burguesia é a classe dominante.

“Um elemento de êxito os trabalhadores possuem – número; mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento” (Marx). Esse conhecimento é a teoria revolucionária.

A contra-revolução triunfou na União Soviética e no Leste europeu, causando enormes prejuízos ao movimento revolucionário proletário. As causas dessa derrota encontram-se principalmente na esfera da teoria, da ideologia. Acumularam-se erros no campo da tática, no desempenho da função dirigente da vanguarda, no terreno da construção do socialismo, na interpretação do caminho revolucionário. O dogmatismo fez escola, cerceou a criatividade e a compreensão dialética dos processos complexos do desenvolvimento da sociedade socialista.

Fiel às grandiosas idéias do *Manifesto do Partido Comunista*, o proletariado e seu partido de vanguarda estudam as experiências positivas e negativas da luta para levar adiante a tarefa histórica de derrotar a burguesia e edificar plenamente o socialismo.

Destaca-se nesse estudo o problema da diversidade na conquista do objetivo comum. Não há modelo único de revolução e de edificação do socialismo. É preciso considerar as peculiaridades de cada país e o grau de maturação do processo revolucionário. “Marx não atava as mãos, nem as dos futuros dirigentes da revolução socialista – disse Lênin – no que respeita à forma, aos procedimentos e métodos da revolução, pois compreendia perfeitamente que se apresentaria uma quantidade imensa de novos problemas, modificar-se-ia toda a situação no curso da revolução”.

A compreensão desses problemas e a reformulação de políticas corretas ligadas às características do país, bem como a abertura de cami-

nhos que facilitem a vitória da revolução – objetivos esses que os partidos comunistas tratam de pôr em prática – representam avanços consideráveis na justa aplicação do marxismo-leninismo da atualidade.

O movimento revolucionário mundial atravessa uma fase de dificuldades devido à derrota do socialismo na União Soviética e no Leste europeu. A burguesia canta vitórias. Mas a derrota é passageira. O movimento comunista se reorganiza corrigindo os erros cometidos, valorizando a experiência adquirida. Ergue bem alto a bandeira do socialismo como única alternativa à crise estrutural do capitalismo decadente.

Um rápido balanço da batalha histórica destes cento e cinquenta anos de *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, ressalta saldo positivo em favor do proletariado.

Ainda que a burguesia continue dominando boa parte do mundo, submetendo pela força os trabalhadores e os povos, mostra-se cada vez mais decadente e em decomposição. Vive em crise permanente. “O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio”.

O proletariado se organiza e se esforça para unir amplas forças sociais e políticas. A bandeira socialista do proletariado vai ganhando espaços. Conquista pouco a pouco massas gigantescas de excluídos, desempregados, famintos, de sem-terra e sem-teto. Congrega o proletariado, os camponeses, uma parte da classe média empobrecida.

A batalha histórica entre a burguesia e o proletariado vai durar ainda muito tempo. A perspectiva, porém, é da vitória do socialismo florescente e derrota definitiva do capitalismo selvagem.

João Amazonas é presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.

Manifesto comunista e a dialética da globalização

O Manifesto desvenda o surgimento da separação de esferas políticas e econômicas autônomas e fornece uma chave crucial para a compreensão do sistema internacional moderno

LUIS FERNANDES

A grande força do *Manifesto Comunista* reside na sua captura do processo de ruptura histórica que constituiu o mundo moderno. Imputar a Marx e Engels a paternidade do conceito de “modernidade” é um evidente anacronismo, já que se trata de um conceito contemporâneo. Mesmo sem ser explicitamente teorizado, o “espectro” desse conceito ordena e comanda a condensada narrativa histórica que abre o *Manifesto*, tal qual a mão invisível de Adam Smith. A palavra “moderno(a)” aparece mais de uma dezena de vezes nestas páginas iniciais, referida, alternadamente, à “indústria”, à “sociedade burguesa”, à “burguesia”, ao “proletariado”, às “forças produtivas”, às “relações de produção”, ao “Estado representativo” e ao “governo”. A chave fornecida no texto para compreender essas manifestações modernas é, precisamente, o processo de gênese, consolidação e expansão global do capitalismo. Em outras palavras, é o modo de produção capitalista que constitui a “modernidade”, unificando e moldando o mundo “à sua imagem e semelhança”(1).

Esta identificação do protagonismo capitalista na constituição

do mundo moderno permitiu a Marx e Engels captar, de forma singular, a natureza profundamente contraditória deste. Como bem observou Göran Therborn, o marxismo surgiu, desde cedo, como teoria e prática da “dialética da modernidade”.(2) Ele captou, simultaneamente, o potencial emancipador embutido em desenvolvimentos como a industrialização, a urbanização, a alfabetização em massa, a dissolução de valores tradicionais, e a orientação voltada para um futuro aberto (não mais concebido como mera repetição do passado); e a natureza opressiva/desumana dos novos mecanismos de exploração, do despotismo fabril, e da generalização de uma racionalidade instrumental fria e calculista nos marcos da mercantilização de dimensões cada vez mais amplas da vida social.

Neste artigo quero destacar uma dimensão da “dialética da modernidade” inscrita no *Manifesto* que foi pouco explorada ou discutida pelos estudiosos até aqui: o da articulação contraditória de processos transnacionais e internacionais na constituição capitalista do mundo moderno.

O marxismo e as relações internacionais

A maioria dos estudiosos das relações internacionais considera a reflexão marxiana irrelevante para a compreensão do sistema internacional. O neo-realista Kenneth Waltz, por exemplo, situa a reflexão marxiana como a expressão mais completa do que ele chama de “segunda imagem” do conflito internacional: a que concebe a este como decorrência das estruturas internas dos estados, desconsiderando a dinâmica própria do sistema internacional.(3) Já Martin Wight, principal expoente da chamada “Escola Inglesa de Relações Internacionais”, afirma que “nem Marx, nem Lênin, nem Stálin deram qualquer contribuição sistemática para a teoria internacional”(4). A mesma conclusão é sustentada até mesmo por autores que se mantêm próximos da referência teórica marxista (embora partam de linhas opostas de argumentação). Justin Rosenberg, por exemplo, critica o *Manifesto* por desenhar uma imagem transnacional da expansão global do capitalismo, ignorando a sua dimensão internacional.(5)

Este descompasso entre o marxismo e os estudiosos das relações internacionais não é fortuito. Enquanto disciplina acadêmica que se concentra no estudo das relações entre estados no sistema internacional, a área de “relações internacionais” é filha do processo de institucionalização de “territórios” separados e especializados de saber nas universidades do mundo anglo-saxão no Século XX. O pensamento marxista, por sua vez, é herdeiro de outra tradição – a da filosofia clássica alemã, sobretudo hegeliana – que prefere conceber as realidades sociais como totalidades historicamente produzidas (sendo avesso, portanto, a métodos que retalham o conhecimento social em compartimentos estanques). A compatibilização das duas tradições teóricas não é nada fácil. Ao tentar situar o marxismo no âmbito das principais polêmicas teóricas travadas no âmbito da sua disciplina, a maioria dos estudiosos de “relações internacionais” tendeu a apresentar o pensamento de Marx como caudatário das reflexões que afirmam a existência de uma sociedade “mundial” ou “internacional”.(6)

Como foi observado por Fred Halliday (7), o pensamento marxiano não se encaixa muito bem em nenhuma das grandes polêmicas que varreram a disciplina ao longo deste século. Ele é simultaneamente “utópico” (ao formular um projeto alternativo de emancipação social) e “realista” (ao enfatizar os interesses materiais que comandam a ação humana e o papel desempenhado pela força na história); “científico” (ao pretender descobrir leis do desenvolvimento social) e “normativo” (ao destacar explicitamente a vocação transformadora da sua filosofia); “mundialsistêmico” (ao realçar a integração do globo em um único mercado mundial) e “estado-cêntrico” (ao reconhecer, teórica e politicamente, a centralidade do poder de

Estado para o exercício da dominação no plano doméstico e internacional). Apesar desta relação ambivalente e problemática com os paradigmas que viriam a polarizar o estudo das relações internacionais no Século XX, Marx e Engels fornecem, nas páginas do *Manifesto*, indicações absolutamente cruciais para compreender o sistema internacional moderno. É o que pretendo demonstrar em seguida.

A dialética da globalização no Manifesto

O *Manifesto* identifica, como processo constitutivo do mundo moderno, a expansão global do capitalismo histórico a partir dos seus confins iniciais no noroeste da Europa. Em um processo fulminante e avassalador, o novo modo de produção integrou, pela primeira vez na história, todo o globo em único mercado, subordinando, subvertendo e suplantando variadas formas de cultura e sociedade preexistentes. Nos marcos desta impressionante ruptura, as potências europeias subjugarão, em poucas décadas, até mesmo os antigos impérios do Oriente, que haviam sustentado um desenvolvimento material superior ao da Europa durante séculos (até o advento da Revolução Industrial).(8)

Marx e Engels revelam, no *Manifesto*, como esta ruptura histórica foi preparada pela expansão global do capital mercantil na época dos descobrimentos e pela colonização que se lhe seguiu. Eles antecipam, aqui, um ponto que viria a ser desenvolvido mais amplamente no famoso capítulo 24 do Volume 1 de *O Capital*: o do papel da espoliação colonial no processo histórico de “acumulação primitiva” que viabilizou o advento do capitalismo moderno (i.e., industrial) no noroeste europeu. O que é destacado nas páginas do *Manifesto* é o impulso dado

ao advento de novas formas de produção na Europa pela intensificação dos fluxos globais de comércio (via a exploração das novas rotas para os mercados da Índia e da China, a colonização da América e o advento do comércio colonial). Segundo Marx e Engels, foi precisamente a necessidade de atender esses mercados cada vez mais amplos que forçou a suplantação da antiga produção feudal-corporativa, inicialmente pela pequena produção independente, em seguida pela produção manufatureira, e, por fim, pela grande indústria (capitalista) moderna. É esta que, no Século XIX, colhe os frutos semeados pelas descobertas, unificando o mundo em um mercado único sob domínio inglês.

O capitalismo europeu, assim, já nasce imbricado a fluxos globais de comércio e riqueza. Ele se forma e desenvolve, portanto, como sistema transnacional desde o seu início. Mas este é apenas um lado da história contada pelo *Manifesto*. O outro é que a crescente centralização da propriedade, produção, riqueza e população propiciada pela transição a formas econômicas mais modernas tornou a nova burguesia ascendente (inicialmente *comercial*, depois *manufatureira*, por fim *industrial e bancária*) um importante contraponto social à dispersão do poder aristocrático. O resultado foi um processo de centralização política que resultou na formação de estados nacionais unificados no noroeste da Europa, sob a égide do poder secular absolutista (9). Os poderes fragmentados da antiga sociedade feudal foram “reunidos em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária”(10). Segundo os estudiosos das relações internacionais, foi justamente o reconhecimento mútuo desses poderes territoriais soberanos no Tratado de Paz de Westfália em 1648 – ao término da sangrenta Guerra [religio-

sa] dos Trinta Anos – que marcou a emergência do sistema internacional moderno.

A transição para o capitalismo no noroeste europeu constituiu *simultaneamente*, assim, um sistema transnacional (integrado a um mercado global em formação, nos marcos do qual a nova forma de produção se generalizou) e um sistema internacional (constituído por estados centralizados soberanos, inicialmente apenas na Europa). A própria formação dos impérios coloniais mercantis – e as grandes guerras comerciais que ela engendrou – foi consequência das tentativas de monopolizar à força os recém-constituídos fluxos globais de comércio e riqueza, usando o novo poder político concentrado dos estados nacionais. Estes, por sua vez, deflagraram processos de unificação e integração dos seus respectivos mercados internos, expropriando as terras comunais que viabilizavam economias camponesas de subsistência (i.e., forçando os camponeses a se transformar em “trabalhadores livres” sem terra). No Século XIX, o recém-consolidado capitalismo europeu se valeu do poder concentrado dos grandes estados centralizados para subordinar efetivamente o conjunto do globo à sua dinâmica, inicialmente através de uma agenda universal liberalizante (que favorecia o capital britânico) e, depois, via a montagem de novos impérios coloniais concorrentes (o imperialismo). A articulação tensa e contraditória de dimensões globais e nacionais, portanto, está entranhada na modernidade capitalista desde os seus primórdios.

A ilusão da convergência

A imagem do mundo moderno revelada no *Manifesto* é a de um Janus bifronte, com uma face transnacional e outra internacional. Mas é, sem dúvida a face transnacional a que aparece de forma mais proeminente no texto. A razão para isto pode ser encontrada em

uma nota metodológica de pé de página escrita pelo próprio Engels, onde este afirma que ele e Marx haviam “considerado a Inglaterra país típico do desenvolvimento econômico da burguesia”(11). Como esta estava destinada a “criar o mundo à sua imagem e semelhança”, o método adotado apostava em uma espécie de “efeito Orloff” através do qual o mundo poderia enxergar no espelho inglês o seu porvir. Mas isto pressupunha a convergência global para padrões econômicos, políticos, sociais e culturais únicos nos marcos do capitalismo.



Cartão comemorativo do partido comunista da Índia (Marxista).

A força desta compreensão reside na sua identificação de um impulso expansionista insaciável do capital, que o empurra incessantemente para a busca de novos mercados em todo o globo. Em tempos da chamada “globalização”, a atualidade desta leitura não poderia ser mais evidente. Mas a não ser para os globalistas mais empedernidos (nas suas versões apologética ou apocalíptica), várias passagens do *Manifesto* a este respeito soam, hoje, um tanto exageradas. O mercado mundial ainda está longe de “retirar da indústria sua base nacional” – mesmo no caso das empresas multinacionais (12). O humanismo universalista ainda está longe de substituir “a estreiteza e o exclusivismo nacionais” como referência principal de identidade (como atesta o recrudescimento de movimentos chauvinistas e racistas pelo mundo afora). As inúmeras literaturas nacionais e locais ainda estão longe de serem engolidas por uma “literatura universal” única. Mesmo em relação a eventos históricos contemporâneos ao texto do *Manifesto*, vale registrar que foi necessário uma artilharia de sentido muito menos figurado do que a dos “preços baixos” para dobrar as “muralhas da China” e manter as rotas do comércio do ópio nesse país abertas para traficantes ingleses.(13)

A imagem predominante no texto clássico de Marx e Engels é, de fato, a de uma expansão territorial fulminante do capitalismo pelo globo, que, tal qual fogo na pradaria, consome todas as culturas e civilizações que encontra pelo caminho e torna crescentemente irrelevantes as fronteiras das comunidades políticas nacionais. A dimensão propriamente internacional do processo – que a própria obra fornece indicações teóricas fundamentais para compreender – fica em segundo plano. Mas isso torna o pensamento marxiano

vulnerável à mesma crítica dirigida às teorias ocidentais da modernização no Século XX pelos teóricos do desenvolvimento, da dependência e dos sistemas-mundo: a de que, uma vez integrado economicamente o globo, não se pode esperar que as regiões incorporadas mais tardiamente reproduzam o mesmo padrão de desenvolvimento dos países onde o capitalismo se originou.(14) Esta crítica foi antecipada por Trotsky ao afirmar que, dado desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo nos marcos do mercado mundial por ele criado, “a Inglaterra, em certa época, revelou o futuro da França, de certo modo o da Alemanha, mas de modo nenhum o da Rússia e o da Índia”(15). Em outras palavras, o mundo unificado pelo capitalismo não é moldado homoganeamente à imagem das suas sociedades centrais.

Para além das considerações metodológicas, há também razões histórico-contextuais para essa subestimação da dimensão internacional nas páginas do *Manifesto*. A obra é redigida apenas dois anos depois do cancelamento das *Corn Laws* na Inglaterra (que marcou o fim das práticas mercantilistas e o triunfo da agenda liberal dos industriais britânicos), em um período marcado pela dissolução dos antigos impérios coloniais nas Américas (para o qual concorreu ativamente o poderio inglês) e pela emergência de fortes movimentos liberais de oposição ao absolutismo no Continente europeu. O liberalismo, com sua ideologia desestatizante e desintervencionista, surgia como a teoria e prática *par excellence* do capitalismo industrial. O impacto das experiências de industrialização tardia nos Estados Unidos, Japão e Alemanha – que se valeram, de forma absolutamente não-liberal, do poder centralizado dos seus respectivos estados nacionais para promover ativa-

mente a sua industrialização – só veio a ser sentido mais tarde.(16) As práticas do controle político sobre o dinheiro (via monopólio dos Bancos Centrais sobre a sua emissão) e do recrudescimento da expansão colonial por parte dos países capitalistas centrais também só se generalizaram posteriormente. Tudo isto contribuiu para que a imagem da modernidade capitalista pintada nas páginas do *Manifesto* fosse predominantemente transnacional.

A chave para a compreensão do sistema internacional

Nestes tempos em que o discurso dominante sobre a globalização se tornou um “senso comum”, a dimensão transnacional da modernidade capitalista antecipada pelo *Manifesto* será, certamente, um dos aspectos mais destacados pelos comentaristas do seu sesquicentenário. O argumento central que desenvolve aqui, entretanto, é que a contribuição fundamental do texto para a teoria internacional reside em outra dimensão que permanece, em grande parte, obscurecida: sua compreensão da articulação contraditória de processos transnacionais e internacionais na constituição capitalista do mundo moderno.

Por este ângulo, a grande “novidade” do Século XX não foi propriamente a constituição de uma economia capitalista global (essa já se encontrava formada e consolidada no Século XIX), mas a expansão do sistema de *comunidades políticas soberanas* para o conjunto do planeta (na seqüência das crises do antigo sistema colonial-mercantilista nas Américas e do seu sucessor colonial-imperialista na África e na Ásia).(17) Esta constatação não ignora ou subestima o fato de que, sob o impacto de importantes inovações

tecnológicas, a integração dos mercados globais se intensificou sobremaneira no Século XX, comprimindo as dimensões do tempo e do espaço no seu interior. Mas, segundo a pista teórica deixada pelo *Manifesto*, esses desenvolvimentos só vieram *acelerar*, de forma desigual e diferenciada, um processo secular que é inerente ao (e constitutivo do) capitalismo desde a sua origem. Neste sentido, o desenvolvimento e a difusão da informática e das telecomunicações no final do nosso século cumpre papel análogo ao desenvolvimento e difusão do telégrafo e da telefonia no final do Século XIX. É justamente o desenvolvimento combinado desses dois processos – a integração de mercados globais e a globalização da forma política do estado soberano – que dá ao sistema internacional a sua configuração contemporânea, marcada por uma distribuição extremamente desigual do poder político, militar, diplomático e econômico.

A narrativa histórica do *Manifesto* descobre, assim, o “elo perdido” da constituição do sistema internacional moderno (mesmo sem valorizar essa descoberta no seu próprio texto). Contra a compreensão axiomática do realismo, que concebe o balanço de poder como atributo permanente e recorrente de qualquer sistema de estados não subordinados a um governo comum (i. e., em condições de “anarquia”), Marx e Engels indicam que o surgimento de um sistema de estados soberanos no noroeste da Europa do Século XVII foi fruto de um processo histórico muito particular e concreto, associado ao advento de novas for-

mas produtivas via o impulso comercial propiciado pelos descobrimentos. As novas relações sociais gestadas por este processo constituíram o elo institucional central que articula o mundo moderno: a existência separada de esferas políticas e econômicas autônomas, tanto a nível doméstico quanto internacional. É esta separação que per-

mite e viabiliza, via uma estrutura legal de direitos de propriedade, fluxos de investimento para além das fronteiras nacionais.⁽¹⁸⁾

A institucionalização do saber acadêmico no nosso século encampou acriticamente essa separação de esferas política e econômica, encaminhando-se para o estudo isolado de

cada uma delas (via “ciência política” e “economia pura”). Mesmo as abordagens de economia política internacional, que elegeram a interação entre ambas esferas no sistema internacional como o seu objeto precípua de estudo, tenderam a assumir a sua separação como um ponto de partida não-problemático, em vez de explicar teoricamente o seu surgimento.⁽¹⁹⁾ A compreensão histórica formulada no *Manifesto* permite desvendar precisamente esse surgimento, fornecendo uma chave crucial para a compreensão do sistema internacional moderno. Mas a plena exploração do potencial explanatório dessa chave exige que restabeleçamos, teoricamente, o equilíbrio contraditório entre as dimensões transnacional e internacional da dialética da globalização. Exige, em particular, que incorporemos explicitamente à reflexão de Marx e Engels a compreensão da natureza

heterogênea do sistema internacional, em oposição aos modelos lógicos construídos sobre a premissa de estados homogêneos que predominam nos estudos de relações internacionais. A compreensão leninista sobre a variada combinação de estruturas econômico-sociais nas distintas formações sociais nacionais geradas no rastro da expansão global do capitalismo pode se revelar, aqui, um complemento teórico fundamental.

LUIS FERNANDES é professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC/Rio e do Departamento de Ciência Política da UFF.

Notas:

- (1) Karl Marx e Friedrich Engels, “Manifesto do Partido Comunista”, in K. Marx e F. Engels, *Textos - Volume 3*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, s.d., p. 25.
- (2) Göran Therborn, “Dialética da Modernidade: A Teoria Crítica e o Legado do Marxismo do Século XX”, *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Vol. 38, Nº. 2, 1995, p.248.
- (3) Kenneth Waltz, *Man, the State and War*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1959, sobretudo o capítulo V.
- (4) Martin Wight, “Why is There no International Theory?”, in H. Butterfield e M. Wight (ed.), *Diplomatic Investigations*, Londres, George Allen and Unwin, p.26.
- (5) Justin Rosenberg, “Isaac Deutscher and the Lost History of International Relations”, *New Left Review*, Nº. 215, 1996, p. 8.
- (6) Este é o conceito chave da chamada “Escola Inglesa”. Além do

Martin Wight, já citado anteriormente, ela inclui autores como C. A. W. Manning (*The Nature of International Society*, Londres, Macmillan, 1975) e Hedley Bull (*The Anarchical Society*, Londres, Macmillan, 1977). O conceito de "sociedade internacional" remete a reflexões de Hugo Grotius, ainda no século XVII. Entre os autores que situam a teoria marxista como uma perspectiva de "sociedade mundial" estão Vendulka Kubálová e Albert Cruickshank (*Marxism and International Relations*, Oxford, Oxford University Press, 1989) e Tony Thorndike ("The Revolutionary Approach: the Marxist Perspective", in T. Taylor (ed.), *Approaches and Theory in International Relations*, Londres, Longman, 1988).

(7) Fred Halliday, "Historical Materialism and International Relations: an Introductory Engagement", *mimeo*.

(8) O primeiro volume do livro de Fernand Braudel, *Civilização Material e Capitalismo Séculos 15-18*, contém um mapa extremamente interessante a este respeito, confeccionado a partir de um levantamento do etnógrafo Gordon W. Hewes. O mapa em questão classifica, segundo os seus níveis de desenvolvimento material, as 76 principais civilizações e culturas existentes no mundo na época dos descobrimentos (cerca de 1500). As seis civilizações mais desenvolvidas nessa época, segundo a classificação, eram a japonesa, a coreana, a chinesa, a das planícies indonésias, a das planícies do Sudeste da Ásia, e a indiana. A do noroeste da Europa aparece apenas em sétimo lugar. Ver *Civilization & Capitalism 15th-18th Century - Volume 1*, Londres, Fontana Press, 1985, pp. 58-9.

(9) O *Manifesto Comunista* formula explicitamente esta compreensão do equilíbrio entre a burguesia e a nobreza como o fundamento social da formação dos estados absolutistas na Europa Ocidental. Perry Anderson argüi, em seu livro *Lineagens do Estado Absolutista*, que, para além do fortalecimento da burguesia, a centralização política foi expressão de uma reação da aristocracia ao enfraquecimento da sua dominação sobre o campesinato provocado pela generalização de relações monetárias no campo (ver Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, Londres, Verso, 1979). Essas diferenças de interpretação não chegam a afetar o argumento fundamental deste artigo, que destaca a articulação de processos transnacionais e internacionais na constituição do mundo moderno.

(10) Karl Marx e Friedrich Engels, "Manifesto do Partido Comunista", *op. cit.*, p. 25.

(11) *Idem*, p. 23.

(12) De 70 a 75% do valor adicionado das grandes empresas multinacionais dos países capitalistas centrais continua sendo produzido nos seus países de origem. Mais de 85% da sua atividade tecnológica é concentrada em bases nacionais. Ver, a este respeito, os estudos de Pari Patel e Keith Pavitt, "Large Firms in the Production of the World's Technology: an Important Case of 'Non-Globalization' ", *Journal of International Business Studies*, V. 22, N.º 1, 1991 e de Paul Hirst e Grahame Thompson, *Globalization in Question*, Cambridge, Polity Press, 1996.

(13) A quase coincidência do sesquicentenário do *Manifesto Comunista* e da (enfim encerrada) ocupação britânica de Hong Kong atesta isto de forma eloqüente.

(14) Para a crítica das teorias da modernização, ver Paul Baran, *A Economia Política do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977; Andre Gunder Frank, "The Development of Underdevelopment", *Monthly Review*, Vol. 18, n.º 4, 1966; Immanuel Wallerstein, "The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis", *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 16, n.º 4, 1974; e Fernando Henrique Cardoso, "Originalidade da Cópia: a CEPAL e a Idéia do Desenvolvimento", in F. H. Cardoso, *As Idéias e Seu Lugar*, Petrópolis, Vozes, 1993.

(15) Leon Trotsky, *História da Revolução Russa - Vol. 3*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 1009.

(16) Foi com base nesse impacto que Engels formulou, mais ao final da sua vida, o conceito de "capitalismo de Estado". Ver Friedrich Engels, "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico", in K. Marx e F. Engels, *Textos - Volume 1*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1977, pp. 53-5.

(17) O nosso século foi profundamente marcado também, é claro, pela tentativa de constituição de um sistema mundial socialista alternativo à economia global capitalista, mas como essa tentativa fracassou, não me ocupo dela no presente artigo.

(18) Este ponto é desenvolvido mais amplamente por Justin Rosenberg no seu livro *The Empire of Civil Society*, Londres, Verso, 1994.

(19) Ver, por exemplo, Robert Gilpin, *The Political Economy of International Relations*, Princeton, Princeton University Press, 1987.

A Ásia na crise do capitalismo contemporâneo

A periferia capitalista é vítima de uma brutal transferência de riqueza para os países imperialistas, sobretudo para os Estados Unidos. FMI, Banco Mundial e OMC são instrumentos do novo colonialismo

RENILDO DE SOUZA

Há mais de um semestre prossegue a crise na Ásia. Moedas, bolsas, bancos e conglomerados econômicos constituem, seqüencialmente ou paralelamente, os pontos do roteiro dessa queda espetacular. Propagam-se variadas abordagens sobre esses fatos. A crise seria imputada ao chamado modelo asiático, condenando certa intervenção e linha desenvolvimentista do Estado. Os Estados Unidos, exemplo de liberalismo econômico, exibem crescimento e seriam incólumes à atual turbulência.

Inicialmente, há que se observar que o abalo asiático sucede, em patamar elevado, à queda do México em fins de 1994 e em 1995. Antes da queda, esse país latino tinha feito o dever de casa, segundo o ponto-de-vista neoliberal: mais de mil empresas estatais privatizadas, abertura comercial e financeira, orçamento público equilibrado. O México tinha sido admitido na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o clube dos países desenvolvidos, e fazia parte da inauguração da vigência do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte).

Essas crises – mexicana e asiática – são manifestações concretas e formas de explicitação da crise do sistema capitalista, independentemente de peculiaridades de política econômica. A orientação neoliberal cumpre o papel de agravar os fatores das flutuações econômicas. Em conjunto, a economia mundial, apesar das diferenciações regionais, está hegemônica pela estratégia deflacionista e privatista. Refluíram os embaraços para a atuação do imperialismo. Avança a financeirização da economia. O capitalismo está entregue às suas próprias leis de movimento, sem espaço para a tentativa de suposta regulação keynesiana.

A vez da Ásia

As precedentes três décadas assistiram ao avanço econômico, industrial e tecnológico dos tigres da Ásia. Multiplicaram-se os investimentos estrangeiros. Ampla industrialização, grande velocidade de crescimento, alta poupança doméstica, baixa inflação, capacidade exportadora, elevado nível da edu-

cação, melhoria (no Leste) na renda per capita são alguns componentes deste ascenso. Era assim o mapa da aparente marcha do desenvolvimento asiático: 1) Japão, o país hegemônico regional; 2) Leste, a região dos tigres; e 3) Sudeste, a área dos futuros novos tigres. Mas, desde o ano passado, a crise financeira, inclusive dívidas de curto prazo, cortou o caminho desse progresso econômico.

No decênio sessenta, o desenvolvimento era confinado no Japão. Nos oitenta confirmou-se a relativa ascensão da Coreia do Sul, Taiwan e das cidades-Estado Hong Kong e Cingapura. Expansão regional produtiva japonesa, toyotismo, política industrial, esforço exportador e os vínculos entre conglomerados produtivos, bancos e Estado compõem a trajetória econômica asiática.

Na década de 80, diferentemente da América Latina, os países em desenvolvimento na Ásia, exceto Filipinas, foram importadores de capitais. O investimento estrangeiro direto (IED) é significativamente mais elevado nos fluxos de capitais para a Ásia do que no caso do subcontinente latino, onde a

maioria dos recursos se destina a investimentos de carteira. Por exemplo, em 1993, o IED alcançou US\$ 44 bilhões nos países em desenvolvimento na Ásia e registrou US\$ 15 bilhões na América Latina. Ainda neste mesmo ano, 1993, o investimento de *portfólio* foi de US\$ 22,9 bilhões nos referidos países asiáticos, enquanto este tipo de investimento registrava US\$ 61,8 bilhões nas economias da América Latina.

As altas taxas de crescimento motivaram a atração de US\$ 80 bilhões de investimentos diretos para os países em desenvolvimento na Ásia (excluindo, obviamente, o Japão), enquanto a América Latina era receptora de US\$ 39 bilhões, em 1996.

No Japão, durante a segunda metade dos anos 80, cresceram enormemente os preços dos ativos financeiros, particularmente em relação ao setor imobiliário. A Bolsa de Tóquio alcançou elevada valorização. Os bancos japoneses tornaram-se os maiores do mundo. A fabulosa riqueza financeira japonesa entrou em crise, estourando a bolha especulativa, registrando, no período de janeiro de 1990 a agosto de 1992, uma queda de 2/3 do valor de face das ações na Bolsa de Tóquio, significando prejuízos financeiros de mais de US\$ 3 trilhões.

Em seguida, a conseqüente trajetória recessiva do Japão nos anos 90, apesar de débeis recuperações, impactaria a evolução econômica regional, mais cedo ou mais tarde.

Em 1996, o mercado acionário de Hong Kong tinha um volume de negócios de US\$ 1,5 bilhão por dia, enquanto, comparativamente, a bolsa no Brasil girava US\$ 500 milhões de dólares diariamente. Não havia suficiente base real local para sustentar esse gigantesco movimento bursátil em Hong Kong, uma

cidade, colônia na época, com 6 milhões de habitantes.

O acúmulo de fatores como sobrevalorização cambial, dívida externa, déficits nas transações correntes, bancos com elevados créditos de liquidação duvidosa criou as condições para a eclosão da crise no Sudeste asiático em julho de 1997. Ações são vendidas e saem os investimentos externos, fazendo declinar as bolsas. As taxas de juros foram drasticamente elevadas, mas disparou a demanda por dólares e desvalorizaram-se as moedas locais. Posteriormente, em outubro, a crise avança sobre Hong Kong e irrompe o *crash* nas bolsas no mundo. E em janeiro de 1998, consumou-se nova onda da crise asiática com desvalorizações das moedas locais e outra rodada de queda das bolsas de valores globalmente.

A economia mundial, apesar das diferenciações regionais, está hegemônica pela estratégia deflacionista e privatista dos EUA

A indústria japonesa e asiática detém 48% das vendas de semicondutores no mundo. Localizam-se na Ásia (Japão e Coreia) 12 dentre os 20 maiores fabricantes de semicondutores. Assim, a retração desse mercado de tecnologia da informação no segundo semestre de 1996 haveria de, também, contribuir para as dificuldades seguintes em 1997 na economia regional asiática.

O cataclisma asiático foi surpreendente, inesperado, um raio num céu de verão, para aqueles que não compreendem a contemporânea ins-

tabilidade financeira sistêmica e a flutuação cíclica da economia. É de perplexidade a reação dos adoradores das certezas, perfeição e racionalidade dos mercados. Ignorando o dinamismo das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, apologistas, diante dos efeitos de longo prazo da aceleração da expansão internacional do capital, das inovações tecnológicas, da reestruturação produtiva e da incorporação dos mercados do Leste europeu, enxergam, de forma unilateral e enviesada, a aparição de novas características de adaptação, consistência e reforço do capitalismo.

“Os tailandeses ajudam os tailandeses”

A crise da dívida externa gerou a década perdida dos anos oitenta na América Latina. Agora, volta a eclodir nova crise de endividamento, desta vez, começando por países asiáticos. Neste caso, além dos pesados passivos públicos, há expressiva participação de devedores privados. É acentuada a concentração de obrigações de curto prazo. As reservas internacionais sendo superadas pelo montante de obrigações vencíveis a curto prazo, então acelera-se a fuga de capitais. A desvalorização cambial contribuirá, nas atuais circunstâncias, para a inflação, recessão e insolvência de empresas endividadas. Surge o debate sobre a moratória na Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul, entre outros.

A propagação internacional da crise não interessa à oligarquia financeira. A crise não pode atingir o ponto de questionamento do próprio sistema capitalista. O pagamento das dívidas deve ser honrado. O “efeito tequila” da crise mexicana foi relativamente limitado, atingindo alguns países latinos como o

Brasil e causando maiores problemas na Argentina, mas a repercussão da crise asiática é muito maior. A crise começando no Sudeste Asiático, espalhou-se pelo Leste dessa região, ecoa no Japão e contribui para suscitar episódios de queda de bolsas de valores em todo o mundo. Os empréstimos coordenados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) não têm sido suficientes para aplacar o ímpeto da crise. Os volumes de recursos são elevados, esvaziando as reservas do FMI e criando relativas dificuldades à participação de outros países. A imposição de políticas monetária e fiscal contracionistas e draconianas têm resultado em maiores dificuldades, realimentando o pânico financeiro na Ásia.

A própria experiência passada da América Latina mostra que a intervenção do Fundo implicará em estagnação e retrocesso econômico e maiores desigualdades sociais. Isso tem motivado algumas resistências dos países asiáticos afetados pela crise e que vinham de trajetória de forte ritmo de crescimento econômico.

A Tailândia, agora em janeiro de 1998, decidiu renegociar o acordo que tinha sido assinado com o FMI em agosto do ano passado, envolvendo a "ajuda" de US\$ 17,2 bilhões. O governo tailandês não considera possível satisfazer, por exemplo, a condição imposta pelo Fundo de obtenção de superávit de 1% (em relação ao PIB, Produto Interno Bruto) na execução do orçamento público deste ano, apesar dos aumentos de impostos e corte



Indonésio protesta em Jacarta contra o aumento no preço dos alimentos.

dos gastos. A própria recessão rebaixará a arrecadação tributária. No acordo com o FMI, o baht foi previsto para uma cotação de 32 por dólar, mas já caiu a 50,9 por dólar em janeiro deste ano, apesar das atuais altas taxas de juros. Governantes desse país avaliam que "os efeitos das medidas do FMI foram piores do que os previstos, e a confiança não se restabeleceu"(1).

"Os tailandeses ajudam os tailandeses" é o lema da campanha organizada pelo governo da Tailândia para que o povo doe ouro, a ser arrecadado durante um mês pelas forças armadas, a fim de pagar a dívida externa. Esse endividamento alcança US\$ 92,5 bilhões. As reservas internacionais desabaram. O povo trocaria ouro por bônus públicos, gerando-se nova dívida interna.

A Tailândia está pedindo ao Japão e aos credores de sua dívida externa a renovação dos prazos de vencimento, para que principalmente as obrigações do setor privado não produzam quebra de empresas e desemprego em massa.

Como funciona o mecanismo de enquadramento dos países sob o FMI? Como reage o FMI diante de eventual espécie de indisciplina? O exemplo seguinte serve como resposta. Em outubro de 1997, a Indonésia e o FMI formalizaram um compromisso, onde o país receberia empréstimos de US\$ 40 bilhões em troca da aplicação de um programa de austeridade fiscal, abertura econômica e estabilização. Entretanto,

ao iniciar o novo ano, o governo indonésio, à revelia do FMI, divulgou seus planos referentes a obras de infra-estrutura e meta de crescimento econômico de 4% em 1998. Cresceu o risco da moratória dos US\$ 80 bilhões de dívidas de curto prazo em um endividamento global de US\$ 133 bilhões. Isto foi o bastante para que fossem criadas condições de abrupta queda da rupia, moeda local, em 31,6% na primeira quinzena de janeiro deste ano, fuga de capitais e esvaziamento da Bolsa de Jacarta. O FMI ameaçou suspender parcelas do empréstimo. A reação da oligarquia financeira foi pronta, enérgica. A mídia internacional, em repentina grita pela democracia, passou a denunciar o tão conhecido e extremo caráter ditatorial e corrupto do governo indonésio (Suharto, como se sabe, comandou o assassinato

Foto: Associated Press

em massa de comunistas no golpe de estado de 1966). Bill Clinton exigiu que o programa do FMI fosse acatado e enviou uma delegação oficial americana, inclusive o secretário de Defesa, para tratar do assunto *in loco*.

O FMI, em seguida, retornou a Jacarta, impondo um nova prescrição econômica mais draconiana: PIB de 1998 com crescimento zero ou negativo; novo orçamento público mais contracionista; aumento dos preços dos combustíveis; cancelamento das obras de infra-estrutura e dos planos de indústria nacional de aviação e de automóveis; abertura do setor financeiro e bancário para fusões e aquisições, especialmente admitindo a participação estrangeira; maior desvinculação do Banco Central perante o governo etc. A Indonésia tem um balanço de serviços fortemente deficitário, pois registrou um déficit em conta-corrente de 7,9% do PIB, apesar de ter obtido superávit comercial. Isto demonstra que o desequilíbrio em suas contas externas é sustentado pelas elevadas remessas de juros, além dos lucros e dividendos (balanço de serviços).

Esse tipo de comportamento do FMI perante a Indonésia não será modificado diante dos outros países em dificuldades. É vã a esperança da Tailândia de revisão do acordo com o FMI, flexibilizando a disciplina ortodoxa, amainando a receita recessiva, atenuando a política de juros e aceitando o déficit público. A Malásia, que não formalizou entendimento com o FMI, está sendo pressionada pelo Fundo para adotar uma política de contenção creditícia e elevação ainda maior das taxas de juros. Como se vê, a continuidade e o aprofundamento da crise não sensibiliza o FMI, guardião da oligarquia financeira

internacional. Negócios e sentimentos não se misturam.

O premiê da Malásia, Mahathir Mohamad, tem insistido que o programa de "ajuda" do FMI agravaria os problemas, gerando recessão, falências e demissões em massa.

No início da crise, os países asiáticos, em dificuldades ou não, tentaram criar um fundo financeiro regional para socorrer as economias afetadas, independentemente do FMI. O governo americano e a oligarquia financeira internacional intervieram, abortando o surgimento do fundo regional e defendendo a autoridade do FMI. Essa autoridade

O acúmulo de fatores como sobrevalorização cambial, dívida externa, déficits nas transações correntes, bancos com elevados créditos de liquidação duvidosa criou condições para a eclosão da crise no Sudeste asiático

é explicada pelo *Financial Times* ao afirmar que o principal papel do FMI não é conceder empréstimos e sim impor condições.

Entretanto, cresce o questionamento ao FMI. O Instituto Harvard para o Desenvolvimento Internacional calcula que existiriam no FMI cerca de sete economistas para o acompanhamento de cada um dos 75 países periféricos ou semi-periféricos, à exceção da China e Índia que não se submetem aos programas do Fundo. Como seria possível, que essas sete pessoas, instaladas em Washington, tivessem conhecimento, vivência, experiência e segurança em

relação à realidade concreta de cada uma dessas nações? Com que autoridade política o FMI dita as condições econômicas para 1,4 bilhão de pessoas? Não há debate nem transparência sobre as decisões dessa instituição. A suposta capacidade técnica do FMI é flagrantemente desmoralizada ao se observar os recentes comentários em seu relatório de 1997, quando antes da eclosão da crise asiática, tecia elogios rasgados à condução econômica na Coreia e Tailândia. A Coreia apresentaria "impressionante performance macroeconômica", "louvável recorde fiscal". Autoridades tailandesas foram saudadas com louvor. A Tailândia tinha um "desempenho econômico extraordinário", "consistentes recordes eram consequência das políticas macroeconômicas vigentes". E depois? Veio a crise, e o FMI mudou totalmente o discurso. A louvação dos governantes asiáticos, há apenas poucos meses atrás, transformou-se em condenação. Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI, exaltou a morte do chamado modelo asiático.

Na Indonésia, no agravamento da crise em janeiro deste ano, a população correu aos supermercados com receio de escassez dos alimentos e elevação dos preços. Começam a acontecer saques, enquanto a polícia indonésia joga a culpa nos comunistas e ameaça aos que armazenarem produtos básicos com processo baseado na lei contra a subversão. Alastra-se o desemprego. Cresce a inquietação social, apesar da furiosa repressão do governo indonésio. Em Jacarta, surgiram filas de pessoas nos bancos para compra de dólares. Em março deste ano, vencem dívidas indonésias de US\$ 10 bilhões junto a credores estrangeiros e o FMI assegura uma parcela emprestada de

US\$ 3 bilhões para refinar a rolagem das obrigações. Nas atuais circunstâncias, apenas 22 empresas manteriam sua viabilidade financeira em um conjunto de 282 empresas que têm ações negociadas na Bolsa de Jacarta.

A Coreia do Sul, 11ª economia do mundo, assinou acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que articulou um pacote de empréstimo de US\$ 57 bilhões. O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, afirmou que o novo presidente eleito da Coreia, Kim Dae Jung, terá que respeitar os termos do acordo, pela "simples razão de que dele depende a credibilidade do país frente aos mercados financeiros"(2). A Coreia foi obrigada a fechar empresas, bancos e outras instituições financeiras. Admitiu-se que o capital estrangeiro tenha participação majoritária e o controle de empresas.

Maior do que se divulgava, a dívida externa da Coreia é de US\$ 150 bilhões. O governo coreano estuda a possibilidade de emissão de US\$ 35 bilhões em bônus como uma das tentativas de evitar a moratória. É o caminho de novo endividamento, novos empréstimos. Há US\$ 92 bilhões de dívidas de curto prazo, sendo US\$ 22,6 bilhões vencíveis até 31 de março próximo. Os bancos credores estrangeiros pressionam para que o governo assumas as dívidas de US\$ 25 bilhões de bancos comerciais privados coreanos. Mas o governo admite oferecer garantias para uma parte dessa obrigação, se globalmente essa dívida bancária for alongada. O pacote de US\$ 57 bilhões articulado pelo FMI seria insuficiente para a liquidação de obrigações imediatas. Lawrence Summers, secretário-adjunto do Tesouro dos EUA, defendendo os bancos estrangeiros, insiste que a

Coreia precisa urgentemente de um acordo com os credores para refinar a dívida externa.

A crise mobiliza todos os tipos de iniciativas e expedientes. À revelia do livre-cambismo pregado pelo FMI e Organização Mundial do Comércio (OMC), nas ruas das cidades coreanas foram instalados postos de coleta de assinatura dos cidadãos em listas de adesão, onde se assume o compromisso de não se adquirir produtos estrangeiros, a fim de ajudar a balança comercial do país. O governo coreano também lançou uma outra campanha nacional destinada a coletar ouro junto à população, a fim de recuperar suas reservas. No início da campanha, em uma semana, mais de 500 mil coreanos tinham contribuído com US\$ 320 milhões em ouro em troca de certificados de depósitos dos bancos, em won, moeda local. O ouro vendido no exterior possibilita a obtenção de dólares para auxiliar no enfrentamento da dívida externa.

Em Cingapura, sob a influência do *crash* indonésio em janeiro, a Bolsa de Valores registrou a maior queda dos últimos cinco anos e meio. Nas Filipinas, essa nova onda de queda das bolsas, reduziu o índice das principais ações do mercado de Manila ao mais baixo nível desde 20 de julho de 1993.

Aumenta a concentração bancária. O governo da Malásia quer reestruturar o sistema financeiro, provocando fusões, transformando 39 bancos em cerca de seis. Na Indonésia, 16 bancos foram liquidados no ano passado. A previsão é que somente continue existindo metade dos atuais 200 bancos indonésios, após as falências e fusões. Seria necessário um aporte de US\$ 15 bilhões para a recapitalização do sistema bancário indonésio. Cinco bancos, liderados pelo Bank International Indonésia,

realizaram uma fusão, que resultou na maior instituição financeira do país, com ativos de US\$ 6,25 bilhões. Já foram fechados quase 2/3 das instituições financeiras tailandesas, isto é, 56 bancos. Países asiáticos em crise, sem possibilidade prévia de reforçar seu sistema financeiro, são obrigados a admitir a entrada e competição de bancos estrangeiros. Em Hong Kong, quebrou o Peregrine Investments Holdings, uma das maiores instituições financeiras da região. A Yamaichi Securities, a quarta maior corretora japonesa, faliu, além da Sanyo Securities e do Hokaido, um dos 10 maiores bancos nipônicos. Na Coreia do Sul, vinte e seis bancos comerciais registraram prejuízo – cerca de US\$ 2,3 bilhões no ano passado, fato nunca ocorrido anteriormente. O Bangkok Bank, maior banco da Tailândia, teve prejuízo de US\$ 87 milhões no segundo semestre de 1997. Os quatro principais bancos tailandeses registraram perdas de US\$ 243 milhões no semestre passado.

Os bancos asiáticos, sobretudo japoneses, têm créditos dificilmente resgatáveis que ultrapassam US\$ 600 bilhões. Bancos coreanos têm créditos insolventes de US\$ 50 bilhões. Bancos japoneses têm US\$ 23 bilhões emprestados às empresas da Indonésia. Segundo o Ministério das Finanças do Japão, as instituições bancárias nipônicas têm créditos de difícil recuperação no montante de US\$ 580 bilhões de dólares, sendo US\$ 265 bilhões junto às empresas da região. O Congresso do Japão discute um projeto de ajuda ao sistema bancário, utilizando US\$ 225 bilhões de dinheiro público, excluindo os bancos na iminência da falência e gerando participação acionária estatal com direito a lucros futuros nas instituições bancárias socorridas. Os bancos japoneses ain-

da detêm seis diferenciadas posições no conjunto das dez maiores instituições bancárias do mundo. Os bancos em Hong Kong têm a elevada concentração de 40% a 50% dos empréstimos no setor imobiliário e agora depreciam-se os preços dos imóveis.

De outro lado, os bancos americanos, ingleses, alemães e franceses apresentam excessiva exposição com empréstimos na Ásia. A agência norte-americana Moody's Investors Service qualificou em perigo um empréstimo de US\$ 10 bilhões do Crédit Lyonnais, banco estatal da França. A falência de empresas consumaria prejuízos aos bancos estrangeiros mais expostos. Por causa dessa arriscada exposição, ações dos bancos franceses caem na Bolsa de Paris. Em torno do final do primeiro semestre de 1998 vencem as dívidas de bancos e empresas sul-coreanas no montante de US\$ 4 bilhões de dólares, junto aos bancos britânicos.

Nesse ambiente de debate sobre insolvência e moratória, as moedas continuam seu itinerário de forte e generalizada queda na região asiática afetada. Na Indonésia, atingiu-se o nível de 7.700 rupias por dólar, menor cotação desde 1971 quando a moeda começou a ser negociada. Na Malásia, a cotação já chegou a 4.356 ringgit por dólar, mais baixo nível desde a flutuação cambial iniciada em 1973. No Japão, o iene também chegou a ser vendido a 134,38 unidades por dólar, maior queda histórica desde abril de 1992.

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – que congrega Brunei, Indonésia, Laos, Malásia, Myanma, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã – planeja neste primeiro semestre de 1998 instituir um novo sistema regional monetário, evitando a dolarização e resistindo à queda livre do valor das



Foto: France Presse

Sul coreanos assinam livro de adesão em que se comprometem a não comprar mais produtos estrangeiros.

moedas daqueles países-membros afetados pela crise.

Medidas típicas públicas são adotadas diante do pânico nas bolsas. Assim, o governo japonês proibiu as vendas de ações a descoberto, que são operações financeiras avançadas dos principais investidores financeiros e são um dos fatores operacionais imediatos que colaboram na oscilação da Bolsa de Tóquio.

As relações entre bancos e empresas na economia asiática refletem-se nas participações cruzadas entre capital bancário e industrial, o que facilita a transmissão da crise, propagando-a para os diversos setores da economia. O desenvolvimento coreano desde os anos sessenta foi centrado nos *chaebols*, isto é, conglomerados. Sem o farto crédito dos bancos asiáticos, especialmente japoneses com baixas taxas de juros, os conglomerados, agora, são colocados à prova. Na Coreia, crescem as dificuldades dos *chaebols*, gerando desemprego e cortes salariais. As empresas perdem competitividade. Através da intervenção das autoridades do go-

verno americano, do FMI e do Bird (Banco Mundial), a pressão dos competidores estrangeiros toma a forma de exigência de fragmentação dos conglomerados e sua especialização em áreas determinadas. Exige-se que mercado nacional seja aberto para as importações, como ocorre na disputa relativamente aos automóveis na Coreia. O governo coreano permitirá aumento de capital estrangeiro de 25% para 33% na participação acionária de estatais, a exemplo da Pohang, segunda maior siderúrgica, e da companhia de eletricidade Kepco.

Na Coreia, no decorrer do ano passado, cerca de 15 mil empresas faliram (3). Cinco *chaebols* encontram-se em condições de insolvência: Hanbo Iron & Steel (dívida de US\$ 6 bilhões); Kia (dívida de US\$ 12 bilhões); Sammi Steel; e Jinro; e Dainong. Os *chaebols* Hyundai, LG, Daewoo e SK devem apresentar seus planos de reforma ao governo. Com negócios em diversificados setores como indústria automobilística, produtos eletrônicos, construção imobiliária, estaleiros e

serviços financeiros, o conglomerado Hyundai, maior *chaebol* do país, retrainá suas operações, retardando ou cancelando projetos de US\$ 7 bilhões, inclusive uma siderúrgica na Coreia, uma montadora de veículos na Indonésia, uma indústria de produtos eletrônicos na Escócia. A Samsung reduzirá o porte de suas filiais no exterior. O *chaebol* LG decidiu fechar algumas de suas 53 subsidiárias nos setores de telecomunicações, semicondutores e produtos químicos. Entretanto, o governo considera insuficientes essas medidas anunciadas pela Hyundai e LG e exige ao conjunto de *chaebols* maior cancelamento de projetos e desmembramento dos conglomerados. A previsão é 1 milhão de demissões de trabalhadores coreanos em 1998. Reformas legislativas de "flexibilização" do mercado de trabalho são encaminhadas ao congresso coreano. Estima-se em 2% a queda do PIB na Coreia do Sul, neste ano.

Importantes bancos, corretoras e construtoras quebraram no Japão, no ano passado. Pela primeira vez, nos últimos 32 anos, registra-se a concordata de 10 empresas que são listadas na Bolsa de Tóquio. Faliram 16.356 empresas nipônicas no ano precedente, fato inédito nos últimos 11 anos. As dívidas das empresas quebradas atingiram US\$ 111 bilhões, marca nunca antes alcançada.

O caso chinês

Encontrando-se enclausurada na área geográfica e econômica da crise, a China se esforça para resistir à influência e aos impactos desse evento do capitalismo contemporâneo.

Essa resistência é difícil. É uma severa prova à política chinesa de integração soberana na economia

mundial. A grande vitória política da reconquista nacional de Hong Kong coexiste com a presente turbulência nesta cidade, um importante centro financeiro regional. O setor B das bolsas de valores chinesas, onde são negociados investimentos estrangeiros, tem registrado quedas e oscilações importantes.

As desvalorizações das divisas dos países vizinhos afetam o dinâmico comércio externo da China, prejudicando suas exportações. Até o momento, mantém-se estável o valor do yuan, moeda local, em relação ao dólar. Há um receio de que se consuma uma deflação na economia chinesa, considerando a queda do nível geral de preços na China no decorrer do último trimestre de 1997. Essa deflação conduziria ao corte de investimentos, queda na produção e redução do crescimento, repercutindo nos bancos do país. O sistema bancário atingido poderia transmitir esse novo fator complicador às dificuldades financeiras regionais asiáticas. O governo chinês lançou um pacote de medidas para sanear e fortalecer o sistema financeiro, considerando que 20% dos empréstimos bancários são de difícil retorno e 6% seriam irrecuperáveis.

A China, de território continental e população de 1 bilhão e 200 milhões de habitantes, mantém seu acelerado ritmo de crescimento econômico. Apesar da turbulência financeira asiática, as autoridades chinesas planejam o elevado aumento de 8% no PIB em 1998. Esse país é o segundo maior receptor de recursos externos do mundo, depois dos Estados Unidos. A maior parcela, US\$ 220 bilhões, refere-se a investimentos diretos, dentro do total de US\$ 360 bilhões de recursos estrangeiros atraídos pela economia chinesa, de 1979 a 1997. Apesar dos riscos, a política de atração de recursos baseia-se na impe-

tuosa onda de crescimento econômico do país e submete-se, em geral, aos critérios de elevação da capacidade produtiva, aperfeiçoamento tecnológico e compromissos com a ampliação das exportações chinesas.

Entretanto, o crescimento e as exportações não são comandadas pelos investimentos estrangeiros. Um fato essencial é que dos US\$ 118 bilhões de dívida externa, apenas 15% teriam vencimento a curto prazo. Enquanto diversos países encontram-se a braços com desequilíbrios nas contas externas, a China anuncia que suas reservas cambiais atingiram US\$139,9 bilhões, em dezembro do ano passado, registrando um crescimento de US\$ 34,9 bilhões, ou 33,2%, em relação a 1996.

Vulnerabilidade latino-americana

A centelha da crise financeira asiática encontra abundante material combustível na política econômica prevalecente na América Latina.

A recessão de 1990-91 nos países desenvolvidos, com a consequente baixa das taxas de juros, levou os analistas de investimentos financeiros, a partir de Wall Street, a orientar as correntes de recursos no sentido da aplicação nos chamados mercados emergentes. Nesses países chamados de mercados emergentes havia condições bastante atrativas. O rendimento era muito elevado, prevalecia a liberalização financeira, os recursos poderiam ser repatriados sem embaraços. No caso da América Latina, chamava a atenção desses analistas financeiros o gigantesco programa de privatização de empresas estatais.

A retomada da afluência de recursos externos para a América La-

tina, a partir de 1991, promoveu apreciação cambial que em combinação com a abertura comercial, gerou déficits comerciais crescentes. O elevado montante desses recursos, a sua composição de investimentos de curto prazo e o seu uso como lastro do consumo encontram respaldo na política pública permissiva e passiva dos governos dessa região. Haverá diversos desdobramentos dessa situação financeira. As consequências do endividamento e vulnerabilidade externa da América Latina podem, por exemplo, favorecer as posições de negociação dos Estados Unidos, que desejam implantar a Área de Livre Comércio das Américas – Alca, até o ano 2005, impondo seus interesses imperialistas relativamente ao comércio e às finanças.

Está em curso um novo ciclo de endividamento. Massivos investimentos de *portfólio*, empréstimos, financiamentos e investimentos diretos compõem o passivo externo. Os déficits em conta-corrente são financiados sobretudo por capitais voláteis e de curto prazo. Essa vulnerabilidade externa transforma-se em crise cambial, quando os recursos voltam para as principais praças financeiras, a partir da alteração das taxas internacionais de juros. A decisão do *Federal Reserve* (banco central norte-americano) de elevar as taxas de juros na economia dos EUA em 1994 detonou a fuga de capitais do México, cujo balanço de pagamentos apresentou um déficit em conta-corrente equivalente a 8% do PIB, em dezembro daquele ano.

É extremamente elevado o grau de determinação exercida pela oscilação dos mercados financeiros americanos sobre o Brasil. As bolsas brasileiras funcionam quase como apêndice da Bolsa de Nova Iorque. Quan-

do o pregão nova-iorquino fecha em baixa, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registra, em nível muito mais acentuado, um desempenho negativo, demonstrando a relação de profunda dependência.

No Brasil, o déficit em conta-corrente foi de US\$ 33,842 bilhões, isto é, 4,2% do PIB, no ano passado. É o pior desempenho das contas externas desde 1982, quando eclodiu a crise da dívida externa. O governo FHC sempre se aplicou muito em elevar e preservar as reservas internacionais com o propósito de tranquilizar os investidores financeiros. Mas, no ataque especulativo ao real, em outubro de 1997, as reservas mostraram-se frágeis diante da gravidade do desequilíbrio externo e retrocederam velozmente em US\$ 10 bilhões.

O governo, inconseqüente e insensato, comemora a atração de US\$ 5,249 bilhões de capitais externos para as privatizações de estatais brasileiras, em 1997, enquanto neste

A crise financeira e a adoção do programa recessivo do FMI são instrumentos aproveitados pelos EUA para conseguirem seus intentos. O FMI funciona como uma agência a serviço dos Estados Unidos

mesmo exercício deixaram o país US\$ 5,597 bilhões em lucros e dividendos, atingindo a elevação de 135,8% em relação às remessas de 1996. A atual onda de aquisição de empresas brasileiras pelo capital estrangeiro resultará em crescentes volumes futuros de recursos na for-

ma de lucros e dividendos enviados ao exterior, preservando a natureza permanentemente deficitária do balanço de serviços, agravando a crise nas contas externas. Os capitais investidos nas bolsas de valores e as captações externas de bancos e empresas multiplicam o passivo. O endividamento externo cobrou US\$ 10,635 bilhões líquidos de juros em 1997.

A Argentina destina 30% de suas exportações para o mercado brasileiro. A retração econômica no Brasil, agravada pelo impacto da crise asiática, provocará a redução de US\$ 1,712 bilhão nas vendas argentinas para o Brasil, em 1998. Além do chamado fenômeno Brasil-dependência, há que se considerar que o afundamento do país vizinho repercute diretamente sobre a conjuntura econômica brasileira. Por exemplo, grande expectativa cerca o regime de câmbio fixo de Hong Kong, similar ao sistema cambial da Argentina. O aumento estratosférico das taxas de juros não está sendo suficiente para manter a valorização do dólar de Hong Kong, criando o exemplo de uma possibilidade semelhante de desvalorização do peso argentino, turbulência cambial e colapso da relação comercial entre dois grandes países latinos – Argentina e Brasil. O que houve de aumento das exportações brasileiras teve como destino o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), vale lembrar. A Argentina já assinou um acordo com o FMI, no final do ano passado, recebendo empréstimos de US\$ 2,8 bilhões até o ano 2000, sob o compromisso de obediência às diretrizes contracionistas do Fundo.

As desvalorizações cambiais melhoram as condições de exportação dos países asiáticos em crise e agravam as dificuldades do comércio internacional para países

como Brasil e Argentina, que acumulam atraso cambial.

O Chile, traumatizado pela lembrança da vulnerabilidade externa e crise da dívida no início da década de 80, tem tentado adotar uma política diferenciada, impondo sobre as entradas de capitais de curto prazo tanto a tributação, como a quarentena, com depósitos compulsórios sem remuneração. Entretanto, o Chile também foi afetado pelo efeito-Ásia. A pequena economia chilena, muito dependente das exportações, sobretudo de produtos básicos, acusa a retração de suas vendas, que na sua maior parte, destinam-se para o mercado asiático. O Chile passa por dificuldades, as taxas de juros são aumentadas, as reservas cambiais evaporam-se e o peso é desvalorizado. A previsão do governo chileno é de que o déficit em conta-corrente atinja 5% do PIB em 1998.

Financeirização

Desde o surgimento dos eurodólares, em meados dos anos 60, os mercados financeiros, com o passar do tempo, atingiram proporções gigantescas. Adotaram mecanismos e instrumentos sofisticados e conectaram-se mundialmente pelas avançadas telecomunicações, em um contexto de crescente liberalização e desregulação. Alguns instrumentos da financeirização: ações, dívida externa, endividamento público e derivativos. Alguns investidores institucionais: os fundos de pensão e os fundos mútuos de investimento, a gerência financeira das mega-empresas e os bancos. Algumas condições financeiras: a volatilidade instantânea das taxas de câmbio e de juros e a livre mobilidade de capitais.

O Acordo Global de Liberalização Financeira, negociado na

Organização Mundial do Comércio (OMC), liberaliza o movimento de capitais e permite que bancos, seguradoras e outras instituições financeiras abram filiais em outros países, com direito às mesmas condições que as instituições nacionais.

Bancos e empresas dos chamados países emergentes elevaram sua participação na emissão de American Depositary Receipt (ADR). Os ADRs são certificados de depósitos em bancos americanos e funcionam como meio de acesso prático às bolsas dos EUA, contornando as restrições legais norte-americanas para a negociação de ações. A participação das empresas dos países emergentes nos lançamentos de ADRs passou de 46%, em 1996, para 65%, no ano passado, do total de ADRs emitidos. Os segundos ADRs mais negociados nas bolsas americanas, no ano passado, foram de uma empresa brasileira, a Telebrás, que captou capitais em razão da sua futura privatização em 1998.

François Chesnais fala que a riqueza é gerada na produção, mas o comando é da esfera financeira. Lênin já falava que: "O 'soberano' atual é já o capital financeiro, particularmente móvel e flexível, cujos fios se entrelaçam no plano nacional e internacional e que é anônimo e sem relação direta com a produção, que se concentra com extraordinária facilidade e que já é extremamente concentrado, uma vez que alguma centenas de milionários detêm em suas mãos a sorte de todo o mundo"(4).

No momento recessivo há, por exemplo, um tipo de financeirização parasitando sobretudo as dívidas públicas, enquanto no momento de crescimento a especulação recai diretamente no mercado acionário. A financeirização agrava a instabilidade estrutural e risco sistêmico, potencializando a força

destrutiva e contagiosa das crises econômicas. Contudo, a financeirização, contraditoriamente, tem sido uma certa válvula de escape para a atual marcha lenta da economia, gerando imensa riqueza em capital fictício. A economia mundial toma a feição de um grande cassino.

Os financistas acompanham com nervosismo os relatórios periódicos com o anúncio das taxas de desemprego pesquisadas na economia americana. Se o desemprego recua, soa o alarme e o *Federal Reserve* (*Fed*, banco central norte-americano) deve elevar as taxas de juros. Julga-se que a atividade econômica estaria empregando força de trabalho além de um suposto e fantasioso limite natural da taxa de desemprego, resultando em salários em elevação, aumentando os custos. Os salários comprimiriam os lucros e a alta generalizada dos preços desorganizaria os negócios. Esse ambiente de pessimismo e refluxo no ciclo de negócios afugentaria os investidores no mercado acionário. A inflação corroeria os rendimentos dos investimentos financeiros. Daí, a entronização da política de obsessão anti-inflacionária. Nessa economia desconexa, Wall Street reanima-se e comemora quando há demissões.

A moeda americana é usada em 70% das operações financeiras e em 50% das transações comerciais, embora o comércio norte-americano constitua 18% do comércio mundial.

O volume das transações financeiras é maior do que o PIB dos países da OCDE, nos últimos 20 anos. A riqueza financeira cresceu mais velozmente do que a produção de bens e serviços. O volume bruto das transações transfronteiras com bônus e ações nos Estados Unidos representava 9% , em 1980, e atingiu 164%, em 1996, em relação ao PIB americano. Os *swaps* (derivativos de

câmbio e juros) nos mercados globais registravam um montante de US\$ 4,5 trilhões, em 1991, enquanto, em 1996, passou a US\$ 24,3 trilhões, nos mercados globais. Nos mercados cambiais giram US\$ 1,5 trilhão por dia.

A magnitude dos mercados financeiros e a volatilidade dos fluxos de capitais criariam dificuldades para o exercício de uma gestão monetária e uma política econômica, em termos autônomos, por um país isoladamente, exceto os Estados Unidos, principal centro econômico, beneficiário direto da financeirização e do papel dominante do dólar. Haveria um grau tão elevado de globalização que não sobraria espaço para um país sozinho praticar políticas diferenciadas dos outros países. Existiria uma agenda única, homogênea, e a função do governo seria sanear e estabilizar, abrir e desregular a economia para atrair os capitais externos. Os mercados financeiros sentenciam o veredicto sobre as políticas públicas.

Mas, essa é uma visão passiva e submissa, condenando principalmente os países periféricos à situação de reféns inermes da oligarquia financeira.

O premiê da Malásia, Mahathir Mohamad, denunciou o caráter meramente especulativo dos grandes fluxos financeiros (só seriam legítimos e necessários os recursos exigidos pelo comércio internacional) e acusou o mega-investidor americano George Soros de participação na deflagração da crise asiática. Soros teria apostado na desvalorização das moedas dos países do Sudeste da Ásia, provocando a fuga de capitais. Cumpre

notar a enérgica e pronta reação de Washington, com a presença da titular do Departamento de Estado, Madeleine Albright, defendendo Soros. É sintomático que agora George Soros sai de vilão a herói, posando como conselheiro informal do novo presidente eleito da Coreia do Sul, pontificando que "a Coreia não pode sair de suas atuais dificuldades endividando-se. A solução deve ser obter fundos próprios"(5).

As agências de qualificação de risco de crédito classificam países, empresas e instituições financeiras. Essas agências estão sediadas nos

A dominação financeira renova a dependência externa dos países pobres. Aquelas nações que ficaram conhecidas como tigres de desenvolvimento saem do caminho da "prosperidade" e afundam na crise

centros financeiros, sobretudo em Nova Iorque. À revelia dos países, notas são atribuídas, atestando o risco de cada economia. É um procedimento unilateral dessas agências. O critério principal é o nível de confiança que mereceria cada país, no sentido de salvaguardar os investimentos financeiros e pagar suas dívidas. A avaliação de crédito é uma espécie de guia para as operações dos financistas. Rendimento, liquidez e risco são três importantes aspectos para a definição dos investimentos financeiros.

A turbulência financeira, nos chamados mercados emergentes, beneficia enormemente os Estados Unidos que atraem capitais externos, em razão do critério de segurança, valorizando os títulos públicos nor-

te-americanos, sob juros baixos, enquanto, inversamente, são depreciados os ativos dos países periféricos.

A Coreia do Sul recorreu ao FMI em dezembro passado, então a Moody's Investors Service e a Standard & Poor's rebaixaram as notas desse país, piorando a crise de confiança por parte dos investidores. Autoridades americanas declararam-se otimistas com o encaminhamento das chamadas reformas econômicas, segundo compromisso assumido pelo novo presidente da Coreia, então as agências de avaliação de risco anunciam a disposição de aumentar a qualificação

coreana, caso as reformas sejam efetivadas. Essa classificação de risco coreana funciona como uma forma de pressão adicional para o país se submeter às reformas desnacionalizantes e recessivas.

Confiança e credibilidade, aos olhos de Wall Street, passou a

ser uma meta a ser atingida, missão fundamental de presidentes de países periféricos como é o caso do presidente do Brasil, o subserviente Fernando Henrique Cardoso. Assim, o certo seria aproveitar a suposta abundância permanente de capitais externos, sem se preocupar com endividamento.

Há ilusões de que todos os países desenvolvidos poderiam evoluir para uma coordenação macroeconômica geral, sobretudo dos bancos centrais, formulando e implementando uma estratégia de monitoramento e supervisão dos mercados financeiros e de retomada do crescimento econômico e do nível de emprego. Porém, a ortodoxia liberal, a diferenciação temporal dos ciclos econômicos entre es-

ses países, as disputas comerciais e os interesses da oligarquia financeira são alguns muros de pedra diante dessa ilusória cooperação e solidariedade econômica internacional. Há uma descoordenação efetiva entre as três regiões geomonetárias (EUA, União Européia e Japão) sob as condições de variação das taxas de câmbio e de juros, alimentando a especulação financeira global.

Impasse global

A estabilidade, crescimento e certa cooperação internacional do pós-guerra até 1970, no âmbito capitalista, foram substituídos, a partir da derrocada do sistema de Bretton Woods e do declínio relativo dos Estados Unidos, por instabilidade, medíocre ritmo produtivo e crescente disputa interimperialista. O Japão, beneficiado por forte ajuda econômica norte-americana, realizou sua recuperação nos anos 50. A economia nipônica experimentou excepcional decolagem nos sessenta. Sobretudo agora, nos anos noventa, após o fim da bi-polarização mundial. Os EUA, apoiando-se na oligarquia financeira, tratam de disputar espaços no enfrentamento econômico direto com países como o Japão, segunda economia do planeta.

As economias da Ásia eram responsáveis por metade do aumento do produto internacional. A própria região asiática é o escoadouro de 40% das exportações nipônicas. Mas o quadro mudou. Soma-se a perspectiva recessiva mundial. Cresce o temor da possibilidade da deflação, a partir da Ásia. Além das tendências estagnacionistas no Japão, a Europa continua submetida a índices superiores a 10% de desemprego. Este é o último ano que antecede a entrada em vigor da

moeda única na União Européia. Estima-se em US\$ 100 bilhões o déficit orçamentário alemão. Os critérios de convergência do Tratado de Maastricht traduzem-se em deradeiro aperto monetário e fiscal, sacrificando o nível da atividade econômica. A atual capacidade produtiva redundante mundial, ao lado de uma demanda efetiva contida, defronta-se no momento com a aplicação de políticas contracionistas, como as prescrições do FMI na Ásia.

A economia americana, desde os anos 70, já não tem o dinamismo e o tamanho que seriam requeridos para cumprir o papel de locomotiva do crescimento internacional. A financeirização, a absorção de grandes fluxos de recursos externos, a conversão dos monopólios em

Em outubro de 1996, os países não-alinhados repudiaram o pagamento da dívida externa indicando o caminho para rejeitar a adaptação ao imperialismo

mega-corporações, a redução dos impostos para as grandes empresas e os ataques aos salários e direitos dos trabalhadores contribuíram para a atual fase cíclica de crescimento dos Estados Unidos. Essa taxa de 2 a 3% de crescimento do PIB não é algo espetacular, como pretende a propaganda americana. O presente desemprego nos EUA com taxas de 5 a 6% é alto, comparativamente ao pleno emprego europeu dos anos 50 e 60.

Neste momentâneo do quadro americano, surgem os gritos de entusiasmo, proclamando o fim dos ciclos econômicos, a "nova economia". Daqui do Brasil, o deputado

Roberto Campos, exultante, referindo-se aos Estados Unidos, festejou: "Hip, hip, hurra!... para o capitalismo liberal". Também, recentemente, os EUA tiveram um momento de crescimento, a partir de 1983, mas em 1987 houve o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque e a produção entrou em recessão em 1990-91. A queda da Bolsa de Nova Iorque em 1987 foi duas vezes pior do que o *crash* de 1929, com as ações perdendo 22,6% do seu valor, mas houve uma reação flexível de política monetária, baixas taxas de juros, condições creditícias favoráveis e garantia da liquidez, resultando numa situação que evitou o colapso da produção imediatamente em 1987 e 1988. O fato é que no capitalismo não há crescimento intemporal, em equilíbrio, auto-sustentado, prevalecendo as sucessivas e inerentes fases de ascenso e recessão, onde as recuperações são cada vez mais precárias.

A economia norte-americana do passado período de centralização comercial e taxa de câmbio estável, o motor econômico internacional, não voltará. Entretanto, as atuais recuperações financeira, tecnológica e produtiva dos EUA e sua continuada predominância diplomática e militar colocam os americanos em posição favorável para, por exemplo, submeter importante parcela da economia regional asiática aos interesses estadunidenses. Neste momento, na crise da Ásia, os EUA buscam resgatar seus investimentos financeiros, salvaguardar o pagamento das dívidas para com os bancos ianques, conter as exportações asiáticas, assegurar liberdade para a presença direta de bancos e empresas americanos e, sobretudo, abrir as contas de comércio e de capital desses países.

A crise financeira e, em seguida, a adoção do programa recessivo

do FMI são instrumentos aproveitados pelos EUA para conseguirem seus intentos. O FMI funciona como uma agência a serviço dos Estados Unidos, que, além disso, ainda exercem intervenção direta na crise asiática com a reiterada presença de altas autoridades econômicas do governo americano em negociações com Malásia, Indonésia, Cingapura, Hong Kong e Coréia do Sul.

Porém, os EUA, maior devedor do mundo, não saem ilesos da crise asiática. Esta turbulência financeira repercute inevitavelmente sobre o próprio centro da financeirização global, Wall Street. A própria Bolsa de Nova Iorque também está submetida a uma bolha especulativa, oferecendo, assim, condições propícias para choques financeiros, como ocorreu nos seus *crashes* de outubro do ano passado e agora em janeiro de 1998. Nesse sentido, vale lembrar que, desde 1996, Alan Greenspan, presidente do *Fed* critica a "exuberância irracional" do mercado acionário norte-americano, cuja supervalorização não reflete o desempenho das empresas com ações em Bolsa. Expedientes como aqueles empregados pela Microsoft e GE que, em momentos de baixa, têm comprado suas próprias ações, não têm fôlego para bloquear a queda do mercado bursátil americano. Essa queda é certa, mais cedo ou mais tarde.

Há uma grande participação dos investidores asiáticos nos mercados financeiros, inclusive de títulos públicos, nos Estados Unidos. O atual abalo financeiro nipônico pode criar sérias restrições à permanência dos US\$ 1,3 trilhão de investidores japoneses no exterior em títulos públicos e ações, principalmente nos EUA.

A perspectiva é de redução das exportações americanas para a Ásia

e dos lucros das empresas ianques localizadas naquela região, gerando repercussões declinantes na Bolsa de Nova Iorque. Os países do Pacífico recebem cerca de 30% do total de vendas externas dos EUA. A alta do dólar representa maior poder de compra e torna mais baixos os preços dos bens importados asiáticos, mas o efeito geral será o agravamento do importante déficit comercial americano.

Autoridades norte-americanas apontam a responsabilidade do Japão, acusando a queda do iene como uma das principais causas da crise asiática. Mas, na verdade, não é o superávit comercial japonês em relação aos países do sudeste asiático que motiva esse protesto do governo americano, e sim o volumoso déficit comercial dos EUA na relação com o Japão. Daí a insistência renovada de pressões para abertura do mercado nipônico.

A Ásia tem grande participação comercial, contando com 26% das exportações mundiais. Essa forte característica exportadora será favorecida pelas desvalorizações das moedas locais. Em tom alarmista, dirigentes da indústria automobilística Ford declaram que o reforço das exportações asiáticas seria uma ameaça à indústria ocidental. As economias asiáticas pressionarão para baixo os preços internacionais dos automóveis, componentes eletrônicos, aço, petroquímicos etc.

George Soros avalia que os eventos asiáticos têm potencial para destruir o sistema comercial mundial. A desregulação, a abertura comercial, a liberalização da conta de capital e o processo de financeirização, em escala internacional cada vez mais ampla, reforçam a anarquia do sistema. As crises financeiras tornam-se mais frequentes: Bolsa de Nova Iorque em 1987, Bolsa de Tó-

quio em 1990, sistema cambial europeu em 1992 e 1993, México em 1994 e 1995 e, agora, Sudeste e Leste da Ásia, em 1997 e neste ano.

A recomposição do capitalismo objetiva a elevação da taxa média de lucro. Essa elevação do lucro depende cada vez mais decisivamente da expansão do capital no mercado internacional. Um arranjo multipolar, baseado na tríade EUA, Japão e Alemanha (União Européia), renova as contradições interimperialistas, fomenta as tensões e instabilidade do sistema capitalista. Apesar de suas disputas internas, o bloco imperialista, representado pelo G-7, reunindo EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Canadá, tenta articular-se em torno de interesses comuns, como no caso da reunião de 21 de fevereiro para discutir as consequências da crise asiática.

Nova dependência

A crise e seus efeitos serão prolongados. Problemas estruturais e o processo de financeirização refletem-se nessa crise. A calamidade coreana é profunda. As autoridades tailandesas já estimam o recrudescimento das dificuldades na Tailândia em meados do ano em curso. Alguns países asiáticos podem ser tragados por um demorado processo regressivo. Concretizam-se as repercussões na vulnerável América Latina, afetando seu sistema de crédito e sua economia. Paira a ameaça de uma nova seca financeira internacional para algumas economias periféricas. A perspectiva de piora econômica, continua sustentando a fuga de capitais dos países asiáticos. As consequências sociais dos programas recessivos serão traduzidas em mais desemprego e agravamento da pobreza. Aumentará, ainda mais, a polarização entre países ricos e pobres.

As gigantescas e recorrentes desvalorizações das moedas locais reduzem riqueza. Os ativos da Ásia ficam mais baratos e provocam insuportável elevação da dívida externa, tomada em moeda estrangeira, prorrogando o processo de quebra das empresas e bancos locais devedores. Por exemplo, mais de 1.500 empresas (principalmente 50 grandes empresas e bancos) indonésias, em dezembro do ano passado, acumulavam uma dívida externa de US\$ 80 bilhões, mas com a maior queda da história da rupia, em janeiro de 1998, essa dívida elevou-se explosivamente. Algumas empresas indonésias já estariam tecnicamente quebradas. O governo da Indonésia anunciou a moratória dos débitos das empresas e ofereceu garantias aos depósitos e dívidas dos bancos. A continuidade da queda nas bolsas mostra que não há lugar para prognósticos otimistas sobre o desenlace imediato da presente crise financeira. Do final de junho de 1997 até 9 de janeiro deste ano, a queda acumulada nas bolsas apresenta os seguintes índices: Hong-Kong, 41,47%; São Paulo, 27,44%; Tóquio, 27,23%; Buenos Aires, 27,18%; e Nova Iorque, 1,20%. Albert Fishlow, economista norte-americano, alerta sobre novo ataque à moeda brasileira em curtíssimo prazo.

A nova dívida externa e os persistentes desequilíbrios do balanço de pagamentos realimentam a espiral de necessidade de capitais externos. Os países periféricos ficam a mercê de ataques especulativos e interrupção dos fluxos de capitais e tornam-se ainda mais dependentes estruturalmente. Frações importantes do aparato industrial dos países semi-periféricos são inviabilizadas e perdem competitividade. O endividamento externo, a política de altas taxas de juros internas, as restrições creditícias e a recessão conduzem à quebra de empresas e ao

desemprego. A crise financeira bloqueia o crescimento econômico. Bancos e empresas estrangeiras ocupam e dominam parcelas fundamentais dos mercados nacionais. A periferia capitalista não participaria do controle da fundamental corrente formada pelas novas tecnologias, telecomunicações e serviços financeiros no âmbito do comércio do século XXI. Constituiu-se uma transferência de riqueza para os países imperialistas, sobretudo para os Estados Unidos. FMI, Banco Mundial e OMC são instrumentos do novo colonialismo.

Em suma, esse atual processo financeiro renova, em geral, a dependência externa dos países do Terceiro Mundo. Aquelas nações que ficaram conhecidas como tigres de desenvolvimento econômico são convocadas a retroceder da semi-periferia para a extensa periferia do capitalismo contemporâneo.

Um outro lado pode ser observado nessa crise. O abalo financeiro asiático também tem começado a suscitar manifestações políticas e sociais relativamente ao desemprego, à recessão e à desnacionalização, em países como Coreia, Tailândia, Filipinas e Indonésia. Surge a possibilidade de desdobramento político como a crescente contestação ao governo Suharto. É preciso rejeitar a postura de adaptação aos ditames imperialistas e assumir uma posição de resistência. Taticamente, há que se reanimar as articulações internacionais como o movimento dos não-alinhados, que em outubro de 1996, repudiou a imposição do pagamento da dívida externa. Ou como a ASEAN, que mantém o debate sobre o problema do desenvolvimento econômico, ou outras organizações que possam surgir, unindo países do Terceiro Mundo, para fazer face à ofensiva e dominação da oligarquia financeira. No plano político mais imedia-

to, para o enfrentamento do neoliberalismo, há temas que precisam voltar à agenda dos países periféricos, a saber: projeto nacional, poupança doméstica, distribuição de renda, participação estatal em setores econômicos fundamentais, estratégia de desenvolvimento e inserção soberana na economia internacional.

RENILDO DE SOUZA é economista e presidente do diretório estadual do PCdoB da Bahia.

Notas:

- (1) Tailândia pede para renegociar dívida. *Folha de S. Paulo*, 07/01/98, c. 2, p.10.
- (2) Crise coreana preocupa Rubin. *Folha de S. Paulo*, 06/01/98, c. 2, p.10.
- (3) O pesadelo que nunca acaba. *Isto É Dinheiro*, nº 16, 17/12/97, p.75.
- (4) LÊNIN, Vladimir I. *Prefácio*. In: Bukharin, N. *O Imperialismo e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Melso. p.15.
- (5) Coreia quer lançar bônus de US\$ 35 bi. *Folha de S. Paulo*. 06/01/98, c. 2, p.10.

Bibliografia:

- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DAVIS-FFRENCH, Ricardo e GRIFFITH-JONES, Stephany. *Os fluxos financeiros na América Latina: um desafio ao progresso*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Maquiladoras no México: um retrato do capitalismo global

As indústrias americanas encontraram um jeito de importar trabalho mexicano sem importar o trabalhador, empregando-o de acordo com os salários e leis trabalhistas vigentes no México

FOTOS E REPORTAGEM
CARLOS AZEVEDO



Preste atenção na fronteira entre os Estados Unidos e o México. Um lugar por onde circulam 280 milhões de pessoas por ano; em que milhares de fábricas americanas se instalam do outro lado da divisa para ter mais lucros. É, ao mesmo tempo, o lugar onde se levanta um muro para bloquear a onda de imigrantes que se desloca do Terceiro Mundo para os Estados Unidos. Essa fronteira virou metáfora do capitalismo global contemporâneo, que se contradiz quando propõe a completa liberdade para capitais e mercadorias e a proibição da livre circulação dos trabalhadores. É onde se pode surpreender o neoliberalismo à von-

tade, expondo abertamente tanto o seu sucesso em acumular riquezas como sua negação em distribuí-la.

Se você olhar o mapa da fronteira entre os Estados Unidos e o México vai reparar que ela é imensa – 3.140 km – desde o litoral do Oceano Pacífico, na Califórnia, até o Golfo do México, Oceano Atlântico. Atravessa a América do Norte em diagonal, de Oeste para Sudeste. Ao longo da linha fronteira localizam-se várias cidades, dos dois lados, como irmãs siamesas – San Diego (EUA) e Tijuana (México); Calexico e Mexicali; Nogales, Arizona e Nogales, Sonora; El Paso e Ciudad Juárez; Del Rio e Ciudad Acuña; Eagle Pass e Piedras Negras; Laredo

e Nuevo Laredo; Mc Allen e Reynosa; Brownsville e Matamoros...

Deve ser a fronteira mais movimentada do mundo. E se você quer ver como funciona o capitalismo global, ali é o lugar. Cerca de 3.650 empresas estrangeiras – as maquiladoras – se implantaram nas cidades mexicanas da fronteira e “extraem” diariamente a força de trabalho de 1 milhão de trabalhadores.

Maquiladora é o nome muito apropriado dado pelo povo mexicano a essas empresas porque elas recebem as peças, componentes, matérias-primas de fora e apenas fazem sua montagem, transformando-as em produtos terminados. O detalhe é que 98% das partes não são produzidas



no México. Vêm dos Estados Unidos e da Ásia para serem montadas ali. Os produtos terminados atravessam a fronteira, recebem o selo *Made in USA*, e ganham o mundo. Por exemplo, aquela impressora *Hewlett Packard - desk jet 820 Cxi* que você comprou com o selo *Made in USA*, tem peças de Taiwan, de Hong Kong ou Coréia do Sul e foi montada em Tijuana, numa maquiladora vizinha da fábrica da conhecida cerveja mexicana *Tecate*.

Corrida por salário baixo

Por que as empresas americanas se dão ao trabalho de mandar as peças para algumas centenas de metros além de seu território e depois trazer os produtos prontos de volta? Por que toda essa operação? Para se beneficiar dos salários dos trabalhadores mexicanos, um dos mais baixos do mundo. Um operário mexicano ganha 1 dólar e 47 centavos por hora. Um operário americano recebe 16,91 dólares. As indústrias americanas encontraram um jeito de importar trabalho mexicano, sem importar o trabalhador, empregando-o de acordo com os salários e leis trabalhistas vigentes no México.

Vantagens adicionais, mas não desprezíveis: é que assim fazendo escapam da forte pressão dos sindicatos de trabalhadores americanos e também evitam as exigências da legislação de defesa do meio ambiente dos Estados Unidos quanto ao tratamento ao lixo e rejeitos industriais, que aumentam os custos das indústrias. No México, os sindicatos são pelegos e controlados pelo governo. E a lei de meio ambiente fica mais frouxa a cada pressão americana. E tem mais: no programa "maquiladora" os empresários estrangeiros não pagam qualquer taxa alfandegária nem quando "exportam" as peças nem quando "importam" os produtos acabados.

É uma industrialização de enclave. Não tem nada a ver com a economia do México, não criou laços de complementaridade com a indústria mexicana propriamente dita, que está concentrada no interior do país, na região da capital e de Guadalajara. O setor maquiladora, embora localizado no México, é largamente dependente de decisões tomadas pelos executivos, consumidores e políticos nos Estados Unidos. E gera poucos benefícios para a parte da sociedade que está fora do enclave. Não era isso o que o governo mexicano esperava. E também não foi isso que o governo e as empresas americanas se comprometeram a fazer.

A industrialização da fronteira

No início dos anos 80, abalado por uma crise, o governo do México abandonou a política de desenvolvimento autônomo e de substituição de importações que vinha adotando até então, e aceitou a idéia de incorporar-se ao mer-

cado global na condição de ator coadjuvante, de sócio menor dos Estados Unidos. Realizou, assim, no geral, o que no particular a necessidade já obrigava a muitos: os mexicanos face aos americanos têm sido há um século os trabalhadores subalternos, os que limpam a sujeira da festa da qual não participam, os que fazem o trabalho pesado e mal pago.

De acordo com essa nova política, o México passou a considerar estratégico o Programa de Industrialização da Fronteira Norte, um programa existente desde 1965, mas que até então se expandia lentamente. O acordo com os Estados Unidos previa que as empresas instaladas na fronteira com isenção de tarifas aduaneiras iriam usar matérias-primas, peças e componentes produzidos pelos mexicanos, e a esperança, portanto, era que estimularia a industrialização na região. Desde o início, sob a alegação de que a indústria do México não conseguia produzir com a qualidade e prazo adequados, os americanos tornaram essa parte do acordo letra morta.

Os operários mexicanos, entretanto, são capazes de operar a montagem de produtos da mais alta tecnologia. Começaram com trabalhos simples como o de montar brinquedos de plástico e lingerie de poliéster, procedimentos com madeira compensada, ou ainda, cortar peixe para processamento de sushi. E foram adiante: em Nuevo Laredo, os trabalhadores mexicanos da Allen Coach cortam Cadillacs e Lincoln Continental pelo meio e os transformam em luxuosas limusines. Atualmente, Ciudad Juárez e Mexicali se tornaram centros de montagem de materiais de alta tecnologia para a indústria militar e aeronáutica. Ali estão instaladas filiais da Hughes Aircraft, TRW, Rockwell, McDonnell, Douglas, Bell e Howell. Auditores e fiscais de controle de qualidade do Serviço de Administração de Contratos de Defesa do governo dos



Mais um entre os 8 mil imigrantes que todo o dia tentam cruzar a fronteira com os Estados Unidos.



Os jovens mexicanos se deslocam de todo o país para a área das maquiladoras.

Estados Unidos cruzam a fronteira regularmente para vistoriar o material militar em montagem nas maquiladoras.(1)

Para executar esses trabalhos os operários têm de absorver processos que envolvem alta tecnologia e operar sofisticados equipamentos. Na indústria de semicondutores trabalham em ambientes climatizados e esterilizados. E usam robôs para montar delicadas máquinas. O valor adicionado por trabalhador ao produto passou de 5,8 dólares em 1983 para 7,8 dólares em 1989, uma indicação da elevação do nível tecnológico do processo.

A FORD mudou para Hermosillo

Um exemplo: desde a década de 70 a Ford estava acumulando enormes prejuízos, acoçada pela concorrência de carros japoneses, que ofereciam preço baixo e alta qualidade, e pelo encolhimento do mercado. Precisava cortar custos. Mudar em busca de salários mais baixos foi parte

da solução. A outra, foi fazer aplicações de tecnologia e usar novos meios de organizar o trabalho sem enfrentar exigências dos sindicatos de trabalhadores.

Em meados da década dos 80, a Ford deixou dezenas de milhares de operários americanos desempregados em Michigan e foi para Hermosillo, uma cidade mexicana do estado de Sonora, a 250 quilômetros ao sul da fronteira, um lugar onde nenhuma indústria se instalara até então. Nessa altura, o governo do México já havia alterado a lei das maquiladoras, permitindo que se instalassem não só na fronteira, mas em qualquer parte do seu território. Em Hermosillo a Ford investiu 500 milhões de dólares numa moderna linha de estamparia e montagem para o acabamento de sua nova geração de carro compacto.

Ali ninguém havia trabalhado em indústria antes. Mas a Ford levou uma equipe de técnicos para treinar o pessoal. O grande atrativo era que podia pagar salário inicial de 1,10 dólar por hora. A empresa impôs condições que os sindicatos ameri-

canos jamais aceitariam. Estabeleceu um contrato de trabalho sem distinção entre especializados e simples montadores. Tirando vantagem dessa flexibilidade organizou os trabalhadores em células, o método japonês. Copiou o sistema usado pela empresa japonesa *Mazda* e foi além dela nas exigências de intensidade do ritmo de trabalho. O sucesso veio acima da expectativa. Em três anos estava produzindo ali o carro *top line* em qualidade, o *Mercury Tracer*. Esse carro derrubou o Honda Civic e foi considerado o subcompacto de mais alta qualidade vendido nos Estados Unidos em 1989. A Ford recuperou espaço no mercado e os altos lucros.(2)

O boi migrante

Mais exemplos: em Torreón, estado de Coahuila, os empregados da Tyson Foods picam pernas de galinha vindas de Arkansas, empacotam-nas e enviam para os Estados Unidos de volta, de onde são mandadas ao Japão para serem vendidas como yakitori congelado. No Texas, o gado chega a cruzar a fronteira três vezes antes de ser consumido. Os bezerras nascem nos ranchos do México, são levados para crescer e engordar nos Estados Unidos, voltam ao México para serem abatidos e embalados. E são mandados outra vez para os Estados Unidos, agora para o consumo. Para justificar toda essa série de operações o negócio tem de ser lucrativo. A sua existência evidencia quanto os empresários americanos valorizam a diferença do valor da força de trabalho para o resultado final de seus negócios.

Vendo as maquiladoras de perto

Mesa Atay, em Tijuana

Em dez minutos de táxi se vai do centro de Tijuana, cidade fronteiriça

mexicana da Baixa Califórnia, até Mesa Atay, um distrito industrial que fica no alto de um platô na periferia. Avenidas asfaltadas, quadras e quadras em que fábricas estão instaladas umas ao lado das outras, em tediosa seqüência. Ali estão os gigantes da eletrônica: Sanyo, Sony, Panasonic, Zenith, Matsushita, Hewlett Packard etc. em prédios fechados, isolados do forte calor e da poeira fina como talco. Essa zona industrial foi construída há poucos anos para a instalação das empresas maquiladoras. Só em Tijuana há 580 maquiladoras, empregando 110 mil trabalhadores. Além das fachadas dos prédios não há mais nada nessas avenidas planas que se cruzam. Nem árvores, nem bares. De vez em quando uma barraquinha de ambulantes, vendendo comida com muita pimenta. Exceto pelos caminhões e carros que passam, as ruas estão vazias. É hora de trabalho.

Dali se pode avistar San Isidro, um bairro da cidade de San Diego, Califórnia, Estados Unidos, a menos de 3 quilômetros de distância. Ao norte de Mesa Atay há um grande portão da Alfândega por onde passam incessantemente grandes caminhões — os *trucks* — indo e vindo dos Estados Unidos. O movimento não cessa nem pela noite. Tijuana se gaba de ser a maior montadora de aparelhos de TV do mundo. Mesa Atay também é vizinha do

aeroporto internacional de Tijuana, de grande movimento de cargas.

Bermudez, em Ciudad Juárez

O Parque Industrial Bermudez em Ciudad Juárez, no estado de Chihuahua, distante 1.500 quilômetros de Tijuana, é semelhante a Mesa Atay. O mesmo estilo de avenida larga, a seqüência de fachadas de indústrias, nomes famosos internacionalmente, as faixas e placas oferecendo trabalho: *Quieres trabajar?* Aqui se concentram 350 maquiladoras, mais de 100 mil trabalhadores. Três anos atrás o lugar era deserto, só mato rasteiro e cascalho. Dessa avenida até El Paso, Texas, Estados Unidos, são poucos quilômetros. Nas vizinhanças também há portões e pontes sobre o Rio Grande por onde cruzam caminhões e trens. Às três e meia da tarde, quando termina o turno do dia, as ruas inundam de ônibus e pessoas, saindo e chegando para o trabalho.

Há parques industriais semelhantes, ainda que menores, em Nogales, Sonora; Nuevo Laredo, em Nuevo Leon; Ciudad Acuña e Piedras Negras, em Coahuila; Reynosa, Rio Bravo e Matamoros em Tamaulipas. E não é só isso. Embora 80% das maquiladoras estejam nas vizinhanças da fronteira, atualmente espalham-se também pelo interior do

México, onde podem pagar salários ainda mais baixos. Já chegaram a estados distantes como Durango, Jalisco e Yucatan.

As cidades explodem

Atraídos pela oferta de empregos jovens mexicanos vêm de todo o país para a região de fronteira. A população de Tijuana, que é de 1 milhão hoje, dobrou em dez anos. Ciudad Juárez virou um enorme aglomerado de cabanas de barro e as estimativas variam entre 1,5 e 2 milhões de habitantes. E assim por diante, como em Reynosa onde o número oficial de 450 mil habitantes é contestado, havendo quem fale até em 700 mil. É que chegam novas famílias todo dia, num clima de caos, de impotência dos governos para atender à demanda de serviços públicos. Para trás ficam as aldeias camponesas do interior, vilas fantasmas, e a agricultura abandonada. É como se uma parte do México estivesse em movimento rumo ao Norte, para a fronteira, para mais perto do sonho americano.

Sábado é uma festa

Sábado de manhã, estou no centro comercial de Laredo, no Texas, em frente à ponte internacional sobre o Rio Grande, que separa a cidade de sua irmã gêmea, Nuevo Laredo, no México. Uma multidão



As maquiladoras atraem mão-de-obra barata.



Alex e Verônica formam um casal típico de trabalhadores de maquiladoras. Juntos ganham menos de 400 dólares por mês. Depois de trabalhar por mais de dez anos nas "maquilas" eles não têm nada.

está cruzando a ponte, a pé e de automóvel vindo para o lado americano. Outra massa de gente está voltando, carregando pacotes, os automóveis retornam com os bagageiros lotados. As lojas do lado americano estão repletas de produtos baratos e de consumidores ansiosos. Os mexicanos curtem seu melhor momento em lojas do tipo da Wal Mart e comendo hambúrgueres, galinha frita, tomando Coca e Pepsy nas casas de *fast food*. Em todas as cidades da fronteira está acontecendo a mesma coisa. É que na sexta-feira as maquiladoras pagam os salários. E no sábado, os trabalhadores mexicanos vêm gastá-los nos Estados Unidos. Fecha-se o círculo do capital. O dinheiro está de novo em caixa.

Condições de trabalho "negreras"

Num aspecto o programa das maquiladoras obteve sucesso, na criação de 1 milhão de empregos,

números de 1997. Os salários, porém, são muito baixos e não permitem senão uma vida miserável. O ritmo de trabalho, as funções repetitivas e exaustivas, a pressão e perseguição dos supervisores, criam condições "negreras", como dizem os operários querendo significar que equivalem a trabalho escravo. O resultado é a insatisfação, a alta rotatividade. Os trabalhadores não param nos empregos, ou porque são facilmente demitidos ou porque não suportam a pressão. É comum o trabalhador já haver passado por diversas "maquilas", o popular diminutivo de maquiladoras. Desestimulados, diariamente milhares de jovens procuram imigrar para os Estados Unidos, tentando cruzar a fronteira, mesmo ilegalmente, em busca de salários melhores.

Enquanto isso, os empresários só pensam em aumentar o ritmo da produção. Recentemente, na inauguração da terceira fábrica da Sony em Tijuana, Katsumi Ihara, alto executivo da multinacional japonesa, anunciou com orgulho que nes-

sa nova unidade se havia introduzido o conceito de administração por velocidade, "o que significará maiores prioridades em todas as operações que requeiram entregar a tempo seus produtos aos mercados". Sobre pagar horas extras nem uma palavra.

Em Ciudad Juárez, entrevisto Beatriz Lujan, coordenadora do escritório local da Frente Auténtico del Trabajo, uma entidade católica de organização dos trabalhadores na linha da Teologia da Libertação. A seguir, resumo o que me contou:

Os trabalhadores enfrentam muita dificuldade para se defender. Há uma íntima parceria entre a burocracia estatal mexicana, a elite econômica local e as empresas multinacionais. Uma das consequências é o controle pelo Estado do movimento sindical, dando força a sindicatos pelegos e impedindo a organização de entidades sindicais independentes. Tanto é assim que somente dez sindicatos não-pelegos conseguiram se formar em vários anos. Há sindicatos pelegos que atuam dentro das fábricas ajudando o empresário a controlar as manifestações dos trabalhadores.

Quando os trabalhadores conseguem um mínimo de organização, fazem uma greve ou encaminham uma reclamação coletiva à empresa ou à justiça do trabalho, a resposta é a demissão sumária de boa parte deles. Isso é fácil para as empresas, porque há sempre gente procurando emprego e porque a maioria das tarefas de montagem não exigem especialização.

Abuso contra as mulheres

Os jornais e panfletos dos trabalhadores estão coalhados de denúncias. O jornal *Voces de la Frontera*,

de agosto de 1997, conta que “houve uma greve na RCA de Ciudad Juárez, para afastar sindicalistas pelegos. Foram afastados, mas outros iguais assumiram em seu lugar. E os líderes da greve acabaram demitidos”. São muitas as manifestações contra o excesso de trabalho, a pressão, perseguição, maus tratos.

As maquiladoras preferem trabalhar com mulheres para poder pagar salários menores e porque supostamente reclamam menos. Por isso, 66% dos trabalhadores são mulheres, na maioria jovens. As denúncias de assédio sexual e de discriminação contra mulheres grávidas estão entre as mais comuns. O PRD, Partido da Revolução Democrática, uma força de oposição em ascensão no México, organizou em Tijuana uma *Casa de la Mujer*, para defesa dos interesses das trabalhadoras das maquiladoras. Também a entidade internacional *Human Rights Watch* fez uma investigação em várias cidades: Tijuana, Chihuahua, Reynosa, Rio Bravo e Matamoros e identificou os abusos, discriminação contra grávidas e assédio sexual. Enviou denúncias às matrizes de numerosas empresas multinacionais como Zenith, American Zettler, W.R. Grace, Carlisle Plastic, Pacific Electric e Sanyo. Algumas responderam, em geral negando essas práticas e prometendo tomar providências, “caso tal coisa viesse a acontecer”. E tudo ficou por isso mesmo.

Em *Voces de La Frontera* se lê: “na companhia Favesa, de Ciudad Juárez, exigem que as mulheres tragam seus absorventes íntimos todo mês para demonstrar que não estão grávidas. Outras operárias contam que são vigiadas com a porta do banheiro aberta enquanto retiram amostras de urina...”

Outra notícia: “Na filial da Dae Woo de San Luis Coronado as trabalhadoras foram assediadas se-

xualmente pelo presidente da companhia e por diretores, que as ameaçaram de demissão, tocaram-nas e ofereceram dinheiro”.

Prejuízos ao meio ambiente

A empresa Alco Pacifico abandonou 30 mil toneladas de escória de chumbo contaminando gravemente o solo. Essa empresa se encontra em uma bacia leiteira. A empresa nada fez até que diversas vacas que bebiam água de um rio vizinho morreram. Um rio em que a população lava roupa e toma banho. Intimada a retirar o chumbo do solo a empresa só o fez parcialmente. Este é apenas um exemplo de contaminação do meio ambiente pelas maquiladoras. Muitas empresas americanas têm trazido para o México a parte mais poluidora da sua produção e vão deixando montanhas de resíduos espalhadas pela região, contaminando o solo e os rios. O governo americano pressiona as autoridades mexicanas para que dêem a mais ampla liberdade para suas empresas se instalarem no país vizinho. Pressionado, o México vai relaxando a legislação de defesa do meio ambiente. Uma das consequências mais graves é a contaminação dos dois rios mais importantes da região, que é desértica e tem pouca água – os rios Grande e Colorado.

México, o grande exportador de suor

O resultado desse processo é que o México tornou-se um grande “exportador” industrial. Em 1997 sua exportação alcançou 110 bilhões de dólares, o dobro da brasileira. A “produção” das maquiladoras, que o governo mexicano inclui em seus

cálculos, contribuiu com cerca de 50% desse total. Com base nesses números, a economia cresceu 7% no ano passado.

Efetivamente, que riqueza se agregou ao patrimônio mexicano, além dos salários pagos aos um milhão de trabalhadores contratados pelas maquiladoras? Melhores estradas, modernização dos sistemas de comunicação, treinamento de mão-de-obra, dizem seus defensores. Para a população, pouca coisa, segundo indica estudo divulgado recentemente pelo professor Júlio Bolbinick, da Universidade do México: dos seus 96 milhões de habitantes, 60% continuam na pobreza. Destes, 27 milhões são tão pobres que quase não têm o que comer. A riqueza se concentra em favor de uma minoria. Apenas 1 em 6 mexicanos teve melhora de vida nos últimos anos.

A partir de 1993, com a assinatura do NAFTA, o Tratado de Livre Comércio, do México com os EUA e Canadá, a liberdade de ação das empresas americanas ampliou-se ainda mais. Esse, porém, não é um fenômeno puramente mexicano. O México é o exemplo, talvez o mais evidente, de um processo em escala mundial. A continuada queda de produtividade na indústria dos Estados Unidos tem levado suas empresas a se espalharem pelo mundo em busca de redução de custos. E a forma aparentemente mais bem sucedida de alcançar esse objetivo tem sido desfrutar dos baixos salários da força de trabalho dos países do Terceiro Mundo. Não é a toa que o governo americano insiste tanto na criação do ALCA, um acordo de livre comércio para todo o continente americano, em que suas empresas poderão se beneficiar mais amplamente desse tipo de negócio. Repisar essa proposta foi o principal objetivo do presidente Clinton em sua recente viagem ao Brasil, à

Venezuela e Argentina. Quer nos convencer de que é um grande negócio. Para quem, cara pálida?

Marx dá risada

Essa corrida desesperada em busca da força de trabalho de baixo custo, do trabalhador não qualificado, semi-analfabetizado, ao mesmo tempo que a tecnologia se desenvolve num ritmo alucinado, com pesado investimento em métodos de produção e equipamentos, como automação, robótica, parecem um contra-senso. Encerra uma contradição cuja explicação desafia os teóricos.

A todo instante se ouve dizer que já não há lugar para os trabalhadores não-qualificados. E em todo o mundo o capital procura esse tipo de trabalhador. No México, por exemplo, robôs de milhões de dólares são operados por rapazes que outro dia estavam tirando leite de vaca na sua aldeia camponesa. O que significa isso?

Será porque os enormes investimentos e novas tecnologias resultam no encarecimento do produto, numa tendência persistente de queda da produtividade na indústria, caso em que se encontra a própria indústria americana? E a saída seria então buscar a redução do valor da força de trabalho - daí as maquiladoras espalhadas pelo mundo, a eliminação ("desregulamentação") dos direitos e conquistas trabalhistas e tantas outras medidas ditas em favor da "liberdade" do mercado.

Ou será que, apesar desses pesados investimentos em equipamentos e técnicas, eles não gerem riqueza nova, como todo capital constante? Marx dizia que os equipamentos e matérias primas não incorporam ao produto um novo va-

lor, apenas transferem a ele parte do seu valor acumulado por trabalho anterior (o trabalho morto). E que nova riqueza, novo valor, só é criado a partir do uso de nova força de trabalho, o capital variável (o trabalho vivo). Seria por isso que, apesar dos equipamentos de alta tecnologia, a indústria precisa também do peão? Alguém pode contestar: na verdade, a indústria está cada vez reduzindo sua força de trabalho, demitindo grande número de trabalhadores. Sim, de acordo. Mas isso ocorre porque ela introduz novos equipamentos, mais tecnologia, na produção. Precisa de menos trabalhadores para realizar a produção. Mas estes são absolutamente necessários para que ela se realize, para que um novo valor seja acrescido ao produto. No caso das maquiladoras esse processo se realiza em etapas: um novo valor já terá sido incorporado às peças, aos componentes, aos materiais que chegam até o México para serem montados. E ali incorporam um pouco mais de valor novo com o suor dos trabalhadores mexicanos.

Mas há um outro lado nesse processo: os baixos salários obtidos pelos trabalhadores impede-os de adquirir muitos dos produtos que precisariam adquirir. Entretanto, a indústria produz cada vez maiores quantidades de produtos. Ela atua sob o imperativo de produzir com preços baixos, preços sempre mais baixos para que os trabalhadores (agora vestidos de consumidores) possam comprar. Para isso, precisa forçar a redução de salários. Mas, com a redução de seus salários, os trabalhadores vão poder comprar menos...

Como sempre, produzir não é o problema. O problema é alguém comprar a mercadoria. Enquanto o gigantesco mercado dos Estados

Unidos estiver absorvendo as exportações dos tigres, gatos e lebres maquiladoras, enquanto se mantiverem ali o pleno emprego e a atual euforia do consumidor americano, e enquanto as exportações americanas, por sua vez, encontrarem guarida nos outros países, essa bicicleta vai continuar rodando. Mas alguns parceiros da jogatina cambaleiam. As pedaladas parecem cada vez mais históricas. Marx ri.

CARLOS AZEVEDO é jornalista e recentemente fez uma viagem ao longo da fronteira entre México e Estados Unidos a serviço da "Oficina de Informações" para realizar uma reportagem. Esse trabalho foi impresso no formato de uma revista chamada "Manifesto" e está circulando como número zero do que será um dos veículos de informação da Oficina. A matéria - texto de 50 laudas e cerca de 60 fotos - está na Internet no site: (<http://www.hobbylink.com.br/oficina/index.htm>).

Para outras informações e para obter a revista impressa, entrar em contato com Oficina de Informações - fone-fax (011) 706-7166. Endereço: Av. São José, 1021 - Osasco - SP - Cep 06283-125.

Notas:

(1) *The Great Divide* - O Desafio das Relações EUA-México nos anos 90. De Tom Barry e outros. 1994. Grove Press - 841 Broadway - New York, NY 10003.

(2) *Runaway America* - Empregos e Fábricas dos Estados Unidos em Mudança. De Harry Browne e Beth Sims. 1993. Resource Center Press. Box 4056 - Albuquerque - New Mexico 87196.

A revisão estratégica do Papa e sua visita a Cuba

O pensamento político do Papa não mudou, no que diz respeito à ideologia. Mas como o mundo é outro, as formas de atuação do chefe da Igreja também se alteraram

MIGUEL URBANO RODRIGUES (DE HAVANA, CUBA)

A visita do Papa a Cuba foi, na opinião dos próprios adversários da Revolução, um acontecimento cujo balanço favoreceu amplamente o regime socialista.

Nas vésperas da chegada de João Paulo II havia otimismo em Havana, mas as apreensões eram muitas.

O próprio fato de Fidel Castro, em uma conferência de imprensa, ter sublinhado que assumia pessoalmente a responsabilidade pelo empenho do Estado e do Partido na mobilização do povo, contribuiu para criar em torno da visita uma atmosfera de desafio — um desafio não isento de riscos.

Muitos cubanos de firmes convicções revolucionárias consideraram excessivos os elogios então feitos por Fidel a João Paulo II e a sua personalidade porque traduziam uma confiança que não encontrava fundamento nas ações e palavras do bispo de Roma ao longo dos vinte anos do seu polêmico Pontificado.

Torna-se hoje secundário proceder à exegese da opinião de Fidel sobre o Papa. Parece mais importante, na perspectiva da história, compreender a certeza que ele tinha quanto ao resultado, uma certeza inabalável, expressa no apelo insistente para que todos os cubanos, incluindo os não-católicos — a maioria do povo — fossem às missas papais, fazendo dialeticamente da sua presença um ato de defesa do socialismo alheio a quaisquer sentimentos religiosos.

As extensas citações que na referida conferência de imprensa Fidel fez de homilias e encíclicas do Papa, refletem todas elas posições progressistas de João Paulo II. Comentando o que ocorrera em Roma em dezembro de 1996 durante a reunião da FAO, não hesitou em afirmar: “quase se poderia dizer que os dois discursos mais parecidos que foram pronunciados nessa conferência sobre a alimentação foram o do Papa e o meu.”

Os balanços iniciais do grande acontecimento político que foi a visita de João Paulo II a um país cujos dirigentes proclamam a sua fidelidade ao marxismo-leninismo, portanto a uma concepção materialista da história, confirmam que Fidel conhecia muito bem a evolução do posicionamento estratégico do Papa Karol Wojtyła. E essas, na transição do milênio, distanciaram-se muito das que orientaram sua ação no início do seu Pontificado. O pensamento político do Papa, no tocante à ideologia, não mudou. Mas como o mundo é outro, porque não caminhou na direção que ele esperava, as formas de atuar e os objetivos do chefe da Igreja Católica também mudaram.

Bernstein e Politi reconstruíram com paciência os vínculos que, a partir da primeira viagem papal à Polônia, se desenvolveram entre João Paulo II e a Casa Branca.

O presidente Carter incumbiu então o seu conselheiro Zbigniew

Brzezinski, de origem polaca, de estabelecer com o Vaticano as bases de uma aliança tática que veio a atingir a sua máxima expressão durante os mandatos de Ronald Reagan.

William Casey, o diretor da CIA, e o general Vernon Walters, dirigente destacado da organização, ambos católicos, cumpriram então missões delicadas e de grande importância. Tal como Reagan, Walters acreditava que “o verdadeiro poder na Polônia era Wojtyła, mesmo sentado no seu gabinete, atrás das paredes do Vaticano”.(1) Tad Szulc vai mais longe: “a forma direta, mas muitíssimo eficaz como o Papa dirigiu de modo pessoal a crise polaca, foi a pedra de toque no processo que estava provocando a desintegração do comunismo”.(2) A opinião pode chocar por demasiado categórica, mas o autor fundamenta-a em tomadas de posição do Papa.

Bernstein-Politi afirmam que os chefes da Igreja, ao reunirem-se no Vaticano em 1982, decidiram utilizar o enorme poder de que dispunham para promoverem uma mudança fundamental no mundo, a qual, para ambos, era inspirada por Deus: o eclipse do comunismo pelos ideais cristãos”.

Os mesmos autores salientam que o Papa nunca levou muito a sério Gorbachev. Falando a respeito dele, atribuem-lhe o seguinte comentário: “é um bom homem, mas fracassará porque quer realizar algo impossível. O

comunismo não pode ser reformado”.

O Papa tinha, porém, uma grande confiança na contribuição das lutas sociais na Polônia para a derrocada do socialismo na União Soviética. Segundo Bernstein-Politi, teria dito: “A Perestroika é uma avalanche que nós desencadeamos e seguirá o seu caminho. A Perestroika é um prolongamento do Solidariedade; sem o Solidariedade não teria existido a Perestroika. Reagan, no entender dos biógrafos do Papa, nunca conseguiu compreender bem as suas motivações. Temia as reações imprevisíveis do Sumo Pontífice romano. Em 1983 receava que João Paulo II, ao visitar a Nicarágua, assumisse atitudes prejudiciais ao desenvolvimento da política norte-americana na Região, embora ambos coincidissem na condenação da Teologia da Libertação. O Presidente dos Estados Unidos pediu por isso a monsenhor Pio Laghi (hoje cardeal) que persuadisse João Paulo II a apoiar o arcebispo Obando y Bravo contra a igreja popular nicaragüense. E que lhe pedisse também que não condenasse os contra somozistas, definidos, por Reagan, como “combatentes da liberdade” e “novos Bolíviares” ...

A visita, como se sabe, foi desastrosa para o sandinismo. João Paulo II intimou os padres Ernesto e Fernando Cardenal e D’ Escoto a deixar o Governo.

Obviamente, João Paulo II nunca alinhou de maneira incondicional com os Estados Unidos. A sua aliança foi sempre tática. Tinha consciência das contradições que opunham os interesses da Igreja a estratégia de domínio planetário do imperialismo norte-americano. Muito antes da sacralização do mercado e dos atuais delírios do neoliberalismo ortodoxo, o Papa desconfiava já das metas do capitalismo e as temia. Sabia que o fosso crescente entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido, e o distanciamento entre minorias cada vez mais ricas e egoístas e a massa dos trabalhadores e excluídos, cada vez mais pobres, implicavam para a Igreja a obrigação de condenar os efeitos do capitalismo e a loucura consumista. Se o não fizesse, as massas afastar-se-iam mais e mais dela. Não obstante o seu

fortíssimo sentimento anticomunista, sabia também, como sublinham Bernstein-Politi, “que se fosse destruída a ordem mundial consagrada em Ialta, haveria um regresso à ordem mundial consagrada em Versalhes. E essa não fora uma ordem mundial muito boa”. A partir da desagregação da União Soviética e do fim do socialismo na Europa, João Paulo II percebeu de que o fim da guerra fria, ao alterar radicalmente a correlação de forças preexistente, exigia, do Vaticano, uma mudança da sua política externa.

A sua visita à Polónia, em 1991, terá sido determinante para a revisão estratégica. Regressou a Roma decepcionado. O seu próprio povo o recebeu quase com indiferença. O Solidariedade perdera a motivação e principiava a perder o prestígio; transformara-se num grupo de interesses no qual a corrupção alastrava.

O grande sonho papal de “uma luz vinda”, que ajudaria a Igreja a recuperar força e influência, desfez-se no duro contato com as realidades. O capitalismo não trouxe a democracia nem a felicidade às sociedades ex-socialistas. Em vez do prometido bem-estar, apareceram flagelos sociais num contexto de anarquia: desemprego, miséria, desigualdades chocantes, máfias e corrupção generalizada.

O comunismo, com o desaparecimento da União Soviética, deixou de ser olhado por João Paulo II como o inimigo principal. As conseqüências da sacralização do mercado aparecem-lhe como perigos bem maiores. Na febre consumista identificou um inimigo da Igreja. Está se abrindo um caminho – declarou numa das suas homilias – para o triunfo do lupen-capitalismo, um tipo de capitalismo selvagem e desprezível.

Essa linguagem somente podia afastá-lo de Washington, não obstante a cautela posta na crítica a aspectos do capitalismo, a qual deixa entrever a possibilidade de um capitalismo bom, aprovado pela Igreja.

A primeira condenação do bloqueio a Cuba – agora renovada na missa de Camaguey – foi devidamente analisada e interpretada na Casa Branca.

No que se refere à política interna

da Igreja não houve, entretanto, alterações. João Paulo II não se afastou da sua estratégia de condenação das tendências progressistas que se manifestam na instituição. Continuou a combater a Teologia da Libertação, contrariou o rumo da Companhia de Jesus enquanto promovia a Opus Dei, manteve-se intransigente na condenação do aborto e dos anticoncepcionais, opôs-se ao debate sobre o celibato dos padres e à ascensão ao sacerdócio de mulheres e não hesitou em afastar bispos e padres que na sua opinião estavam a levar longe demais o espírito do Concílio Vaticano II.

O êxito da visita papal a Cuba foi, em grande parte, como salientei antes, uma vitória pessoal de Fidel Castro. Muitos latino-americanos progressistas recordavam com apreensão o que se havia passado na Nicarágua, em março de 1983. Eu estava em Manágua nesses dias e não esqueço o que então se passou. O seu discurso foi ali, de começo ao fim, hostil à Revolução Sandinista.

Em 15 anos o mundo deu muitas voltas. Fidel terá sido o primeiro estadista a avaliar as imensas implicações da revisão estratégica a que o atual papa se viu forçado pelos acontecimentos da história. Percebeu que o seu povo poderia tirar grandes benefícios da nova política – sempre sinuosa – mas muito diferente, do Vaticano. Decidiu correr o risco, com o apoio do Partido e do Governo, e os fatos confirmaram a correção da sua análise.

MIGUEL URBANO RODRIGUES é jornalista.

Notas:

(1) *Su Santidad Juan Pablo II y la historia oculta de nuestro tiempo*, de Carl Bernstein e Marco Politi, Ed. Norma, Bogotá, 1996.

(2) *El Papa Juan Pablo II*, Tad Szulc, Ed. Martinez Roca, Barcelona, 1995.

Obs.: O sociólogo cubano Aurelio Alonso Tejada publicou no número 10 da revista *Temas*, de Havana, lançado dias antes da visita papal, um interessante artigo intitulado “Wojtyla, el papa del fin de siglo”.

ASSINE AS PUBLICAÇÕES DE CUBA!



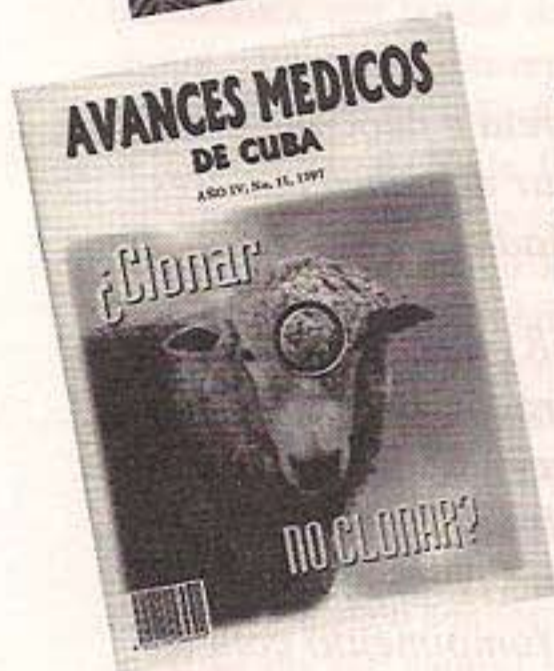
TRicontinental é uma publicação trimestral editada pela Organização de Solidareidade dos Povos da África, Asia e América Latina (OSPAAAL). Último nº dedicado a Che Guevara.

() Assinatura anual (4 números): R\$ 22,00

CUBA INTERNACIONAL

A cores: a ilha, sua vida, costumes e realidade pelas suas próprias palavras.

() Assinatura anual (6 números): R\$ 20,00



AVANCES MÉDICOS

Informa sobre a medicina avançada que está sendo praticada em Cuba. Ilustrada a cores.

() Assinatura anual (4 números): R\$ 30,00

PRISMA

O turismo em Cuba. Amplamente ilustrada com artigos sobre os mais belos locais da ilha.

() Assinatura anual (6 números): R\$ 20,00



Assinale a opção e envie-nos o cupom, junto de cheque nominal à: **EBRADIL**.
SOLICITE NOSSO CATÁLOGO.

Nome: _____ Telefone: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

DISTRIBUIDOR NO BRASIL: Livraria Portugal Ltda.
Rua Genebra, 165 - Tels.: (011) 606-0877, 604-1748 e 232-2071
CEP 01316-010 - São Paulo - SP



BOITEMPO EDITORIAL

CONHEÇA NOSSOS TÍTULOS

A Sociologia no Horizonte do Século XXI

Leila da Costa Ferreira (org.), Octavio Ianni, Renato Ortiz, Ricardo Antunes e outros
O debate da sociologia contemporânea: a globalização da produção, a mundialização da cultura, a centralidade do trabalho, os novos movimentos sociais, a cidadania.

R\$ 22,00

Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos

Ricardo Antunes, Huw Beynon, John McIlroy, José R. Ramalho e Iram Rodrigues
As metamorfoses em curso no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva e das transformações neoliberais que vêm afetando a classe trabalhadora tanto no Reino Unido quanto no Brasil.

R\$ 20,00

SOLICITE NOSSO CATÁLOGO!

Ideologia	Terry Eagleton	R\$ 25,00	A alternativa transformadora	Roberto Mangabeira Unger	R\$ 18,00
O poder, codê o poder	Emir Sader	R\$ 22,00	Praga - revista de estudos marxistas nº 1		R\$ 16,00
Brasil em tempo de TV	Eugênio Bucci	R\$ 24,00	Praga - revista de estudos marxistas nº 2		R\$ 17,00
Napoleão	Stendhal	R\$ 24,00	A política salarial no Brasil	Edmilson Costa	R\$ 26,00
Lukács - Um Galileu no Séc XX	Carlos N. Coutinho, L. Konder e outros ..	R\$ 22,00	O marxismo tardio	Fredric Jameson	R\$ 32,00
O mister de fazer dinheiro	Nise Jinkings	R\$ 18,00			

FAÇA JÁ SEU PEDIDO! Envie seus dados (nome, end., fone para contato), juntamente com cheque nominal à Boitempo; se preferir, deposite em conta nº 50.430-2 agência 0196 Banco Itaú.

Boitempo Editorial - R Min. Sinésio Rocha, 785 - São Paulo/SP
CEP 05030-000 Telefax: 3865 6947
E-mail: boitempo@ensino.net

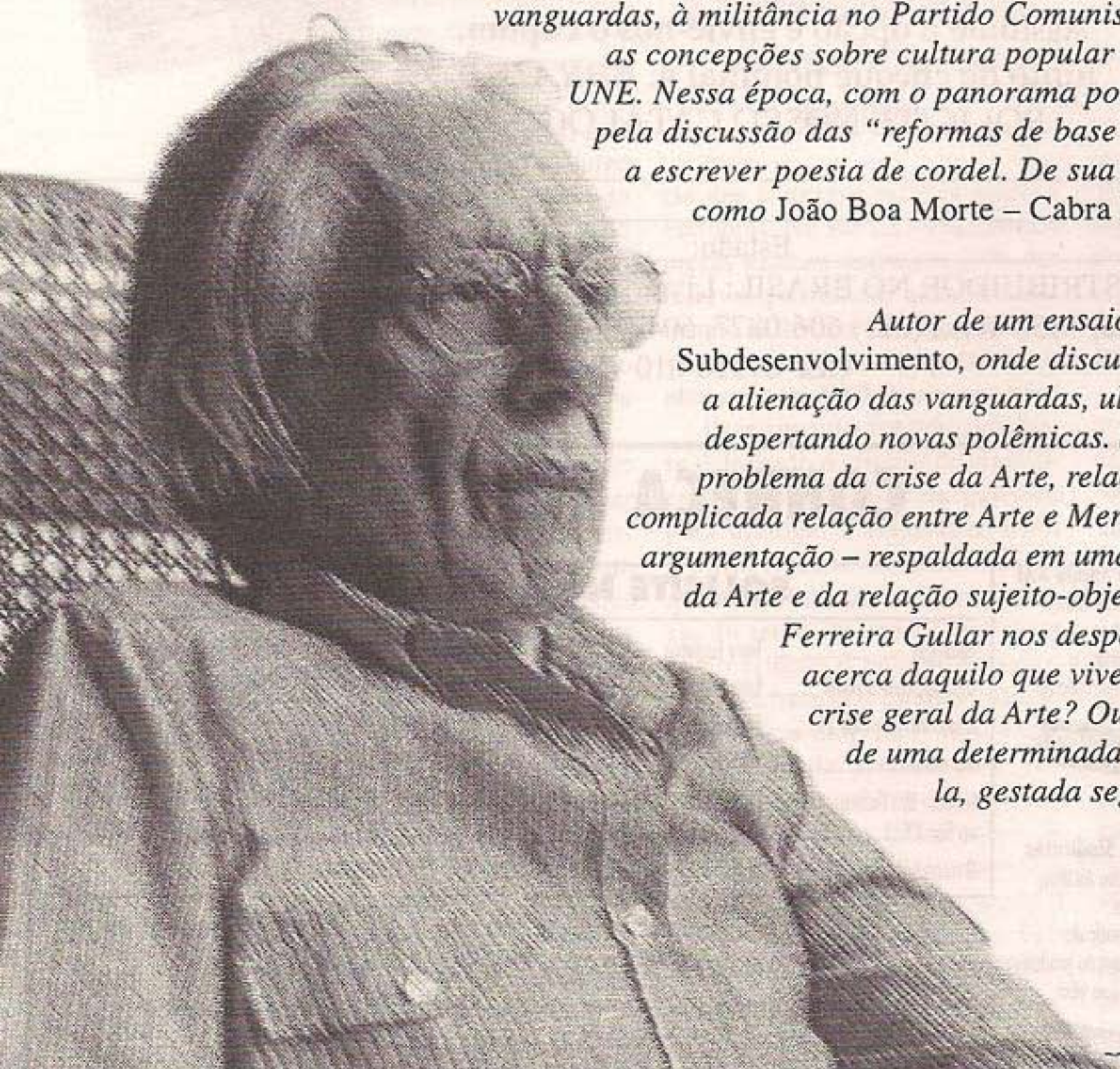
A desintegração dos valores da arte

POR FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO

Ex-presidente da FUNARTE, fundador das vanguardas poéticas concreta e neoconcreta e autor de diversas obras de poesia, ensaios e ficção, Ferreira Gullar dispensa maiores apresentações: é um dos intelectuais brasileiros mais prestigiados da atualidade.

A trajetória singular e até certo ponto ambígua deste maranhense de 68 anos é prova viva da complicada relação entre vanguardas latino-americanas de inspiração européia e as condições estruturais dos países subdesenvolvidos. Sua obra compreende duas fases: a primeira marcada pelo desmonte da sintaxe poética – operada pela idéia de exploração da dimensão material dos signos e de construção de uma poesia visual –, base das vanguardas concreta e neoconcreta; a segunda, relacionada ao rompimento com as vanguardas, à militância no Partido Comunista e ao alinhamento com as concepções sobre cultura popular elaboradas nos CPCs da UNE. Nessa época, com o panorama político nacional dominado pela discussão das “reformas de base” de Jango, Gullar passa a escrever poesia de cordel. De sua pena nasceram clássicos como João Boa Morte – Cabra Marcado para Morrer e o Poema Sujo.

Autor de um ensaio já clássico, Vanguarda e Subdesenvolvimento, onde discute a dominação cultural e a alienação das vanguardas, ultimamente o poeta andou despertando novas polêmicas. Sua última obra aborda o problema da crise da Arte, relacionando-o com a sempre complicada relação entre Arte e Mercado. A partir de sua fina argumentação – respaldada em uma visão ampla da História da Arte e da relação sujeito-objeto no processo artístico – Ferreira Gullar nos desperta uma saudável dúvida acerca daquilo que vivenciamos na atualidade: a crise geral da Arte? Ou, para além disso, a crise de uma determinada forma de assim concebê-la, gestada segundo as necessidades do merchandising cultural?



Princípios: *De que forma o senhor caracteriza a crise da arte contemporânea?*

Gullar: Trata-se de um processo real, não de uma empulhação. É um processo longo, que começa com o cubismo, quando Picasso pinta a *Les Femmes d'Alger*, quadro que rompe com a sintaxe da pintura tradicional. Ali começa esse processo.

Surge o cubismo, que é uma cubificação da natureza, e depois o cubismo analítico, que é uma desintegração dessas formas geométricas de planos abstratos. Então surgem dois caminhos na arte: de um lado, o desenvolvimento dessa arte abstrata que nasce da cubificação, desemboca no neoplasticismo de Mondrian e vai se desenvolver criando uma linguagem geométrica abstrata, esse é um caminho; o outro é o que vai dar no dadaísmo, que tem início quando Picasso e Braque começam a pregar nos quadros pedaços de jornal, envelopes de carta, etc. Ao invés de desenharem um envelope de carta, eles pegavam um envelope, recortavam e colavam na tela. Essa colagem, utilizando um material de fora da pintura, um material já existente, criou uma revolução que foi o gênero chamado colagem, em seguida muito utilizado pelo dadaísmo. E, por insignificante que pareça, a partir daí a pintura vai se desintegrando. De um lado, ela elimina a figura, que torna-se abstrata, geométrica; de outro, elimina o pincel, o desenho, o trabalho do artista como tal. Então vem Marcel Duchamp, pega um urinol, desses de boteco, assina um pseudônimo e manda para uma exposição de arte. O que ele está dizendo com isto? Primeiro: o artista não precisa esculpir nem pintar para fazer Arte; qualquer objeto retirado de sua função normal, isolado como forma, é arte. Isso vai desintegrando os princípios, as noções, os valores da arte. São coisas importantes, do ponto de vista da experiência vi-

sual e cultural, mas que na verdade são altamente destrutivas.

No Brasil, o neoconcretismo leva essas experiências a um radicalismo extremo. Por isso ele é antecipador. Na pintura, a Lígia Clark leva o quadro a ficar totalmente branco; quando o quadro fica totalmente branco ela deixa de usar a tela e passa a usar formioplac; quando ela está usando formioplac passa a ser uma coisa estritamente material; aí ela começa a cortar o formioplac, o quadro estufa, deixa de ser uma superfície plana e daí a pouco está no chão, virou uma escultura. Não é mais pintura, virou uma forma no espaço. Esse processo vai desintegrando a linguagem.

Em resumo, o principal problema da arte contemporânea é que se confundiu expressão com arte. Perdeu-se a noção de que uma coisa pode ser expressiva sem ser arte. Por exemplo: se eu dou um grito, isso é expressão, mas não é arte. Para que esse grito se torne arte, é preciso que eu o transforme num poema, ou que um pintor como E. Munch faça um quadro como "O Grito", em que aquilo vira uma obra plástica. Se eu me sentar no chão em cima de terra, mesmo que seja no museu, não é obra de arte. Pode ser uma atitude, uma performance adotada como protesto, como manifestação, mas não é obra de arte.

Princípios: *Qual é exatamente a diferença entre expressão e obra de arte?*

Gullar: A obra de arte, ao contrário da expressão pura, necessita da elaboração de uma linguagem. É o que eu digo: tudo isso chega a um ponto tal que um pintor como Joseph Beuys - que levou suas experiências

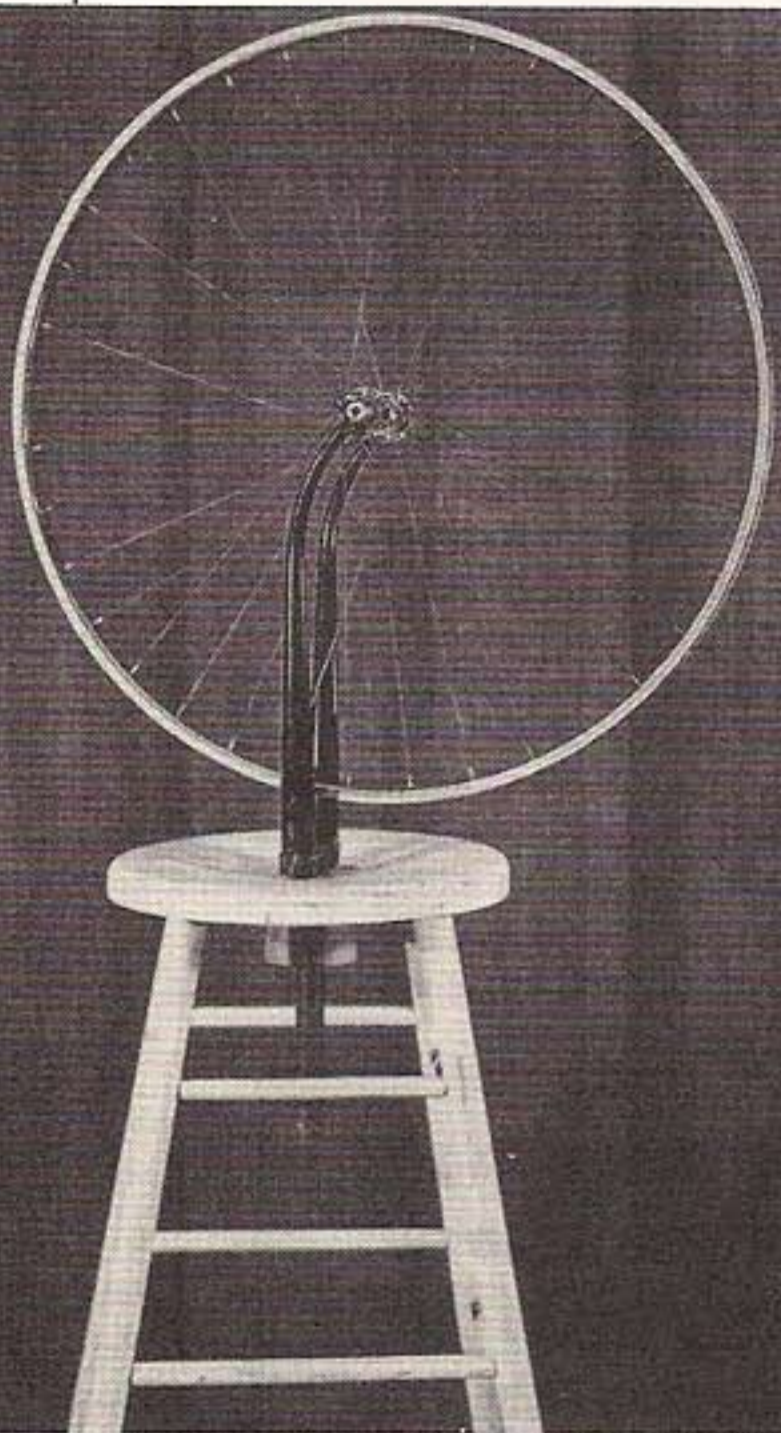
a um radicalismo extremo - afirma que todo mundo pode fazer arte. Claro! Se arte é pegar, como ele faz, um pedaço de trilho, cortar e pendurar na parede, qualquer pessoa pode fazer. Mas eu duvido que qualquer pessoa escreva uma sinfonia como Stravinsky, ou pinte uma Guernica como Picasso. Por isso eu afirmo: não é uma empulhação, mas uma confusão que vai surgindo de um processo de desintegração da linguagem.

De modo que, para mim, a crise baseia-se, por um lado, na confusão entre expressão e arte, que são coisas diferentes; por outro lado, há também o problema da busca obsessiva do novo. Buscar o novo, do ponto de vista da arte, é uma futili-

O principal problema da arte contemporânea é que se confundiu expressão com arte. Perdeu-se a noção de que uma coisa pode ser expressiva sem ser arte

dade. Você faz o novo - e não existe arte que não implique no novo. Eu não vou escrever um poema que já foi escrito, nem vou repetir o meu próprio poema. Qualquer poema que eu escreva, para ser poema, deve ter algo de novo dentro dele. Mas não precisa ser um paletó de três mangas. Isso é um outro dado.

Antigamente, Leonardo da Vinci sentia-se orgulhoso por ter mestres, e quando, em Milão, encomendaram a escultura de um cavalo, ele saiu atrás de cada obra dos escultores anteriores a ele, para aprender e só então se aventurar a fazer a sua escultura. Na época moderna, ao contrário, ninguém quer ter mestres, todo mundo quer



Marcel Duchamp: Roda de bicicleta (1913).

inventar a arte por si mesmo, todo mundo quer ser pai e mãe de si mesmo. Hoje, se você disser para qualquer pessoa que ela aprendeu alguma coisa com alguém, ela te dá um tiro, ela não aprendeu nada com ninguém, ela inventou tudo. Quer dizer: isso é o que essa pessoa pensa.

Princípios: Podemos dizer então que a crise da arte é uma crise de pressupostos, de princípios, de concepções do que seja a arte?

Gullar: Basicamente é isso. A origem, como eu falei, está em um processo verdadeiro, que não é embromação mas resultou nisso: na desintegração desses valores, desses princípios. Então hoje não há valor algum.

Mas, ao dizer isso, eu me refiro apenas ao setor radical, porque os



Marcel Duchamp: Fonte (1917).

"Então vem Marcel Duchamp, pega um urinol, desses de boteco, assina um pseudônimo e manda para uma exposição de arte."

verdadeiros artistas continuam fazendo arte. Há muitos bons pintores, no Brasil e lá fora, que têm noção do que estão fazendo e que não embarcaram nessa canoa furada. Mas o grande problema é que a crítica e as instituições – Bienal de São Paulo, museus de arte – todas embarcaram nessa loucura.

Princípios: Isso atinge mais o setor das artes plásticas do que outros setores?

Gullar: Sim. Isso tem uma raiz econômica, o que prova que é falsa a crise. Porque vanguarda houve no teatro, no cinema, na música, na poesia. Mas todos foram lá, absorveram a inovação e retornaram para o caminho largo da criação. Nas artes plásticas não. Até hoje continua a mesma coisa.

Princípios: Verifica-se hoje uma profunda vinculação entre artes plásticas e desenho industrial. Os artistas parecem só estar preocupados com a busca de novos materiais que causem espanto e rompam com a indiferença da mídia. Isso é Arte?

Gullar: Não é não. Isso é pró-

prio da produção comercial. A indústria de eletrodomésticos tem sempre que inventar uma geladeira meio torta, com uma cor diferente, com uma forma diferente de abrir. Isso faz parte do marketing comercial. A Arte não tem nada a ver com isso, mas foi contaminada por esse espírito. Na Arte, de fato, essa busca do novo é um reflexo da busca da novidade que você encontra no design.

Princípios: Hoje em dia – como o senhor próprio afirma – existe uma forte tendência a se pensar que tudo é arte, que qualquer um é artista. Esse tipo de pressuposto não contribuiria para um esvaziamento da reflexão do papel do sujeito e do trabalho no ato estético?

Gullar: Evidente, evidente. Essa afirmação a que eu me referi, segundo a qual arte todo mundo pode fazer, isso é uma mentira e desvaloriza o artista. É um democratismo, uma falsa liberalidade que não tem valor algum, porque é mentirosa. De fato, se você admite que qualquer um pode fazer arte, pode parecer que sua visão é igualitária. Mas as pessoas não são iguais, elas têm direitos iguais. Nem todo mundo é Zico. Qualquer um pode jogar futebol como Zico? Isso é uma mentira, o que não quer dizer que o Zico seja superior a ninguém. Mas no futebol ele é melhor do que a maioria das pessoas, incluindo as que também jogam futebol. Qualquer um pode sentar no piano e tocar o Noturno n. 2 de Chopin? Não é verdade. Mas hoje se afirma isso e todos aplaudem. Agora, a consagração disso só continua nas artes plásticas. Porque nas artes plásticas amarram-se três pedras num arame e aquilo é "arte". Como qualquer um pode fazer isso, tem até sentido dizer que qualquer um faz arte – essa arte que não é arte. Mas, saindo do terreno das artes plásticas, qualquer um faz cinema? Qualquer

um compõe as tocatas e fugas de Bach? Evidente que não.

Princípios: *Em seu livro Argumentação contra a Morte da Arte o Sr. afirma que "a transmutação do material em espiritual no ato poético não se faz por milagre. Cria-se com trabalho, domínio dos meios de expressão, acumulação gradativa da experiência". A arte contemporânea não estaria profundamente influenciada por uma visão negativa do trabalho como fardo, sacrifício?*

Gullar: Sim, claro. Totalmente negativa. Quando você adota essa atitude de que basta pendurar uma quantidade de corda no teto de uma galeria para ter uma expressão artística, então isso está implícito. Primeiro, porque não é ele (o artista) quem sobe no teto; ele não fez as cordas; ele não amarrou as cordas. Um artista, há alguns anos atrás, expôs em uma galeria no Rio uma grande quantidade de bronze desfiado, isto é, uma massaroca de fios de bronze que pesava duas toneladas e ocupava toda a galeria. Quando eu vi aquilo fiquei me perguntando por que ele fez aquilo e por que a galeria expôs. Ninguém vai comprar duas toneladas de fios de bronze, porque é uma coisa feia, pesada, cara e também uma bobagem. Então por que a galeria estava expondo aquilo? A galeria é uma casa comercial. Vai expor o que não vende? Qual a razão disso? Eu me perguntei e fui lá. E, como quem não quer nada, encostei em uma mocinha e falei assim: vem cá, eu estou achando estranho isto aqui. Ninguém compra... o artista está vendendo o quê? Aí ela abriu uma gaveta que estava cheia de desenhos do artista: guaches, aquarelas, etc. Ele vendia desenhos. Veja bem: no fundo, ele fazia desenhos iguais aos de qualquer outro artista, mas sucede que aquela obra ali, supostamente de vanguarda, era simplesmente marketing para chamar a atenção das pessoas. Então o artista vive de se fazer famoso ficando nu no mu-

seu, colocando duas toneladas de bronze na galeria e o que ele vende é até ruim, de baixa qualidade, convencional, igual ao que um outro qualquer faria. Mas esse outro não tem a esperteza de colocar duas toneladas de bronze na galeria. É um jogo de natureza meramente comercial.

Princípios: *A arte está hoje submetida aos princípios que regem as relações de mercado, o que faz com que a maioria das obras artísticas se tornem mercadorias comuns, objetos industriais como outros quaisquer. Essa submissão não torna a arte muito vulnerável a determinações estranhas aos princípios da liberdade e da criatividade do artista?*

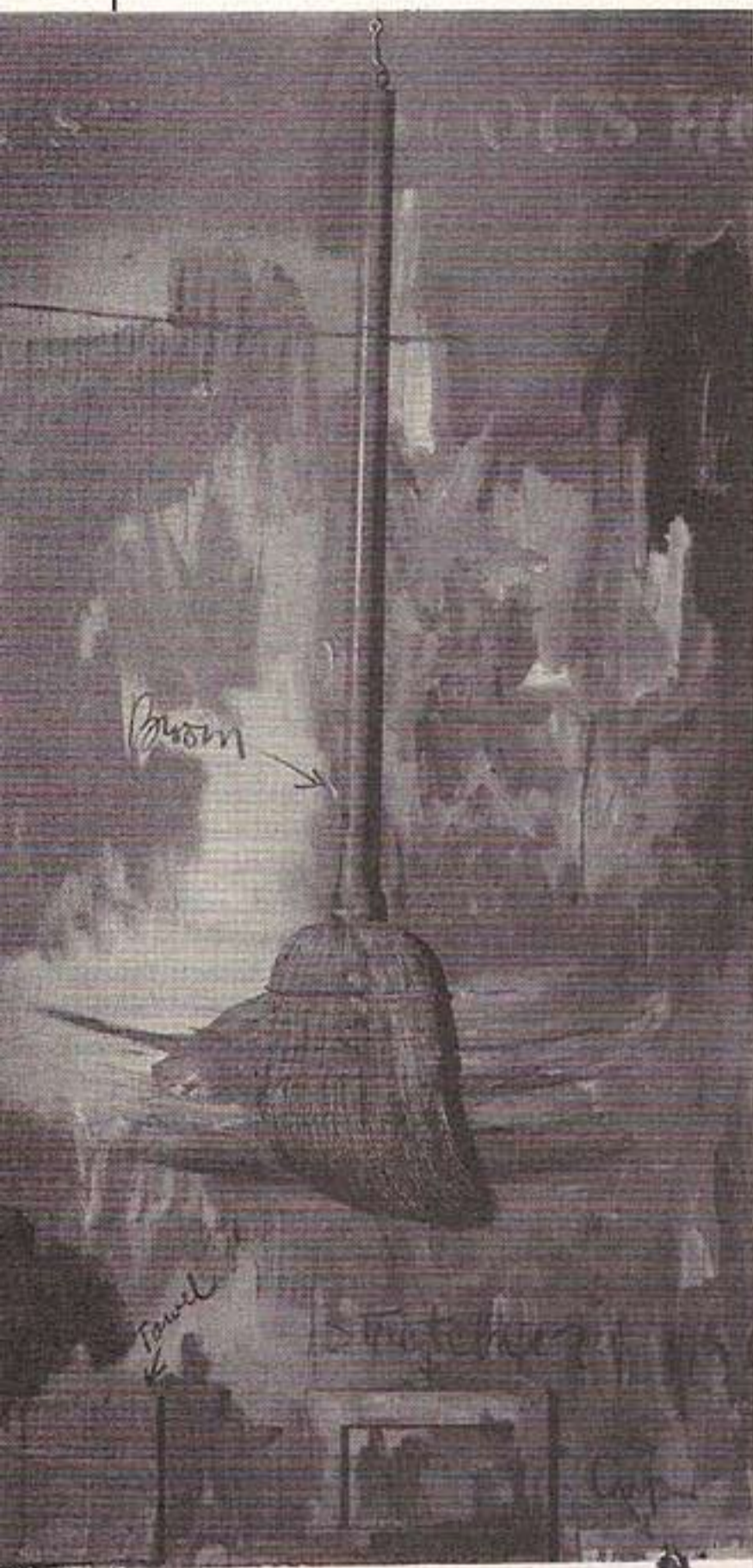
Gullar: Claro. Esse exemplo que eu dei é típico dessa visão comercial. O problema da comercialização nasce com a sociedade contemporânea, com o capitalismo nasce isso. Quando Manet, junto ao grupo impressionista, cria o Salão dos Recusados – que é o início da revolução moderna da Arte –, o que era aquilo? É que no Salão Oficial, na França – um grande Salão de Arte anual – havia um júri composto de professores da Escola de Belas Artes. Aquele júri era a bolsa que estabelecia o valor das obras de arte. Quem ganhava prêmios naquele salão imediatamente passava a ter clientes para comprar suas obras. Só que, em vez de ser o mercado que determinava o valor, era um grupo de professores, acadêmicos. Então quando Manet manda para o salão oficial um quadro que retratava uma mulher nua, sensual, aquilo causou um escândalo tal que o júri não aceitou o quadro. A obra não foi aceita nem para



"A crise da arte contemporânea tem início no cubismo, quando Picasso pinta a *Les Femmes d'Alger* (1907), quadro que rompe com a sintaxe da pintura tradicional".

ser exposta, conseqüentemente não poderia ser premiada. Daí criou-se o Salão dos Recusados, isto é, daqueles que não tinham sido sequer aceitos pelo júri. Mas, na verdade, tudo isso refletia a necessidade de que o valor da obra de arte não fosse mais determinado – no capitalismo, isso era um absurdo – por um júri. Tinha que ser determinado pelo mercado. De fato é isso. E eu não o digo para desmoralizar a experiência impressionista, porque, independente disso, é uma arte de grande valor, de grande qualidade e que merecia ter o seu lugar na sociedade, não podia ser discriminada por aquele grupo de professores. Mas também, junto com isso, estava essa necessidade de fazer com que o mercado determinasse o valor, e não um júri.

Esse é o processo. Inclusive essas performances e outras formas de Arte que não criam um objeto de arte



Jasper Johns: Fool's house (1962).

são, no fundo, também uma fuga ao capitalismo, uma rejeição do artista em criar objetos vendáveis. Quando o artista cria uma performance, aquilo não pode ser vendido. Só que o processo da sociedade capitalista é tão infernal que transforma aquilo em valor comercial. Quer dizer: o artista não pode vender o objeto mas ele vira espetáculo. Não tem saída. Ele não resolve o problema e ainda destrói a arte. Então é preferível tentar – já que vive dentro do sistema – impedir que o sistema determine a

tua expressão. É isso o que os grandes artistas fazem. Por exemplo: Samico, um importante gravador brasileiro radicado no Recife, faz apenas uma gravura por ano. É um exemplo de artista que resiste a esse processo. Um outro exemplo está na poesia. Como ela não vale nada, ela não entrou nessa paranóia. Ela se mantém, na literatura brasileira como na literatura mundial, muito mais independente, autônoma e criativa do que esse tipo de arte, em que o artista, querendo ou não, está envolvido com o mercado, e é arrastado por ele.

Princípios: *A indústria cultural está hoje cada vez mais concentrada. Alguns dados apontam que o setor farmacêutico e o cultural são os que passam pelo maior número de fusões e aquisições. Grandes conglomerados como a ABC-Disney, a Time-Warner, a Hearst Corp. e a Globo concentram cada vez fatias maiores do mercado cultural. Até que ponto isso pode contribuir para o processo de padronização e esterelização da produção cultural?*

Gullar: Eu distingo arte de verdade de entretenimento. Eu acho que televisão é entretenimento, não é arte. É evidente que, se você escreve uma novela e uma peça de teatro, tudo é dramaturgia. A novela de televisão também exige destreza, domínio, imaginação, etc. É uma diferença de grau. Na peça de teatro o ator também faz dramaturgia, ele também tem imaginação, etc.

Princípios: *E tem a indústria cinematográfica ...*

Gullar: Tem a indústria cinematográfica. Mas sucede que a diferença é a seguinte: o que define a arte é que ela é, primeiro, o trabalho sobre uma linguagem; segundo, ela não pode estar sujeita a uma urgência de tempo, a datas marcadas, a determinadas coisas que são contra a própria natureza da criação. É tão pouco

ela pode ser feita às carreiras, sem o amadurecimento e sem que haja tempo de o artista rever o que fez. É um processo complexo, eu vou exemplificar com um poema. Certa vez cheguei a São Luís, hospedei-me em um hotel onde havia uns bem-te-vis cantando lá atrás. Então eu comecei a ouvir aqueles bem-te-vis, primeiro como qualquer pessoa ouvia. Daí a pouco eu comecei a lembrar da minha infância e então aqueles bem-te-vis já não estavam cantando ali, mas há quarenta, cinquenta anos de distância. Comecei então a entrar no processo poético, a partir dessa mistura do tempo passado com o tempo presente, e comecei a escrever o poema. Anotei o poema. No dia seguinte, comecei a trabalhá-lo. E aí eu fui depositando, aos poucos, naquele engradado de palavras, cada vez mais significado, mais expressão, mais lembrança, mais sentimento, mais domínio verbal. Então o processo da poesia, tal como o da obra literária, é que você cria um espaço no qual você pode verter a tua vida, a tua experiência de ser humano com o trabalho que você domina.

Agora, compara isso com uma série para televisão. Eu tenho que escrever um capítulo por dia. E não dá tempo de rever, de reescrever, se estiver errado sai errado. Vai para a mão do diretor: ele tem tempo, como o diretor de teatro, de ler, refletir? Não. Ele não tem tempo de amadurecer a obra que ele próprio vai dirigir, não chega sequer a entender direito o que está ali. Aí entrega para o ator, que também não tem tempo de ensaiar. Tudo isso significa uma progressiva perda de qualidade. Por mais imaginativo que seja o autor do texto e por melhores que sejam o diretor e os atores, tudo vai sendo feito por baixo. Essa é a natureza do entretenimento e da cultura de massa. Não dá para você comparar isso com o trabalho de arte, que demanda tempo para a sua realização com perfeição, com alta qualidade, com o máximo que aquela obra possa render. A cultura de massa é um peri-

go para a sociedade: ela superficializa e iguala todos os valores, não leva em conta os conteúdos verdadeiros. Ela é realmente a comercialização do espírito, da alma, do comportamento humano.

Princípios: *Então, ao contrário do que muitos pensam, seria útil, ainda hoje, fazer uma distinção entre cultura de massa e cultura erudita, bem como entre cultura de massa e cultura popular?*

Gullar: Sim. Eu, por exemplo, não sou contra o entretenimento. Muitos autores de novela são pessoas que têm visão dos problemas, e através de algumas novelas conseguem até colocar algumas questões. Isso é verdade. Mas quando eu falo do problema da arte como realização da expressão criadora, há uma incompatibilidade. Quantas vezes eu olho o que escrevi para a televisão e fico furioso? Embora eu tenha escrito aquilo às pressas, eu procurei dar o máximo de mim, para aquilo ter alguma qualidade. Mas quando eu vejo... Não culpo o ator ou o diretor. É uma máquina. Ninguém tem tempo e está tudo justificado. A única coisa que vale ali é que tem que estar no ar porque o anúncio está lá.

Princípios: *Ainda em Argumentação contra a Morte da Arte o senhor afirma que "hoje, tendências radicais contemporâneas consideram que a arte não se afirma como obra, que ela repele qualquer juízo crítico e se separa de qualquer experiência da realidade, de qualquer finalidade social ou ideológica". Não seriam essas tendências contemporâneas excessivamente irrealistas? É possível separar a arte do social e do ideológico?*

Gullar: A arte tem autonomia. Em outras ocasiões, eu já defendi a tese de que a arte é prioritariamente ideológica. Hoje, não assino mais embaixo dessa afirmação que eu próprio fiz. Você tanto pode fazer arte tratando de

questões sociais, e fazer boa arte, de alta qualidade, como fez Brecht, por exemplo, como você pode fazer arte que não trate de nada disso. Romeu e Julieta não trata desse problema, certo? Mas é uma grande obra de arte. Então, não é o ideológico ou não-ideológico que define a arte. Evidentemente que seria uma simplificação dizer que todas as questões são ideológicas. Eu sei que há uma tendência – interpretação da qual eu próprio partilhava – que afirma que tudo é ideológico. Na verdade existem gradações e diferenças.

Princípios: *Qual a relação entre Arte e História? Podemos encontrar na História da Arte os determinantes do formato atual da experiência artística?*

Gullar: Não podemos compreender a arte de hoje sem conhecer a história da arte e a história da sociedade. É impossível compreender o que aconteceu, sem isso. Existe uma relação entre o processo histórico e o processo artístico e cultural. Mas a relação do artístico e do cultural com o econômico – que é a base, o processo fundamental da sociedade – é uma relação distante. O econômico não determina sempre, de uma mesma maneira e num mesmo grau, o cultural e o artístico.

Princípios: *Vamos falar um pouco de Cinema. Sabe-se que o Cinema é a mais industrial das artes, e que toda indústria, para crescer, deve ter apoio. O Brasil já foi detentor de grandes indústrias de cinema. Hoje o cinema nacional ensaia uma recuperação. Falta apoio do Governo?*

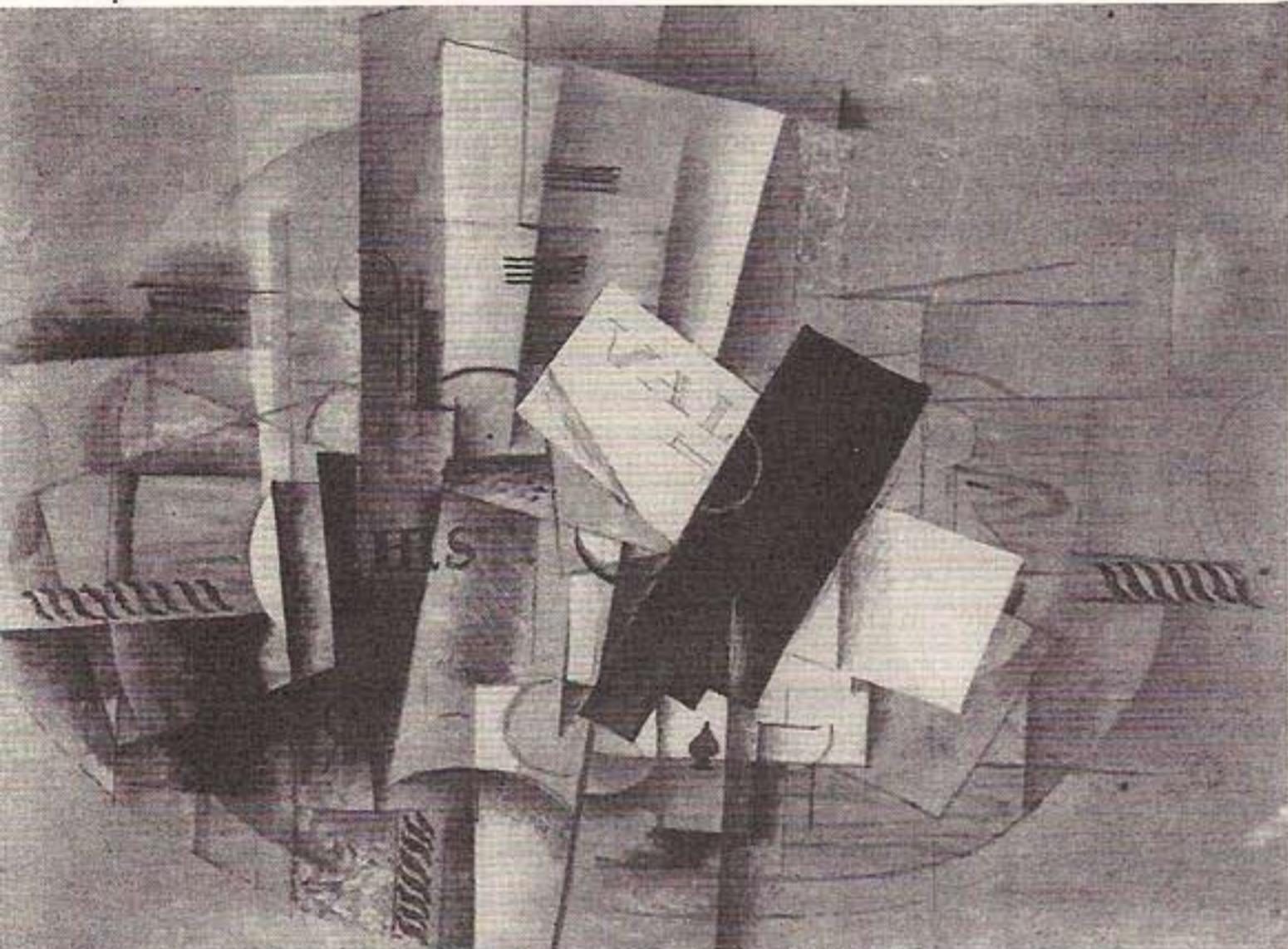
Gullar: O Governo Itamar até que deu início a uma retomada desse caminho de ajuda do Governo Federal ao cinema brasileiro. O Collor desmontou tudo. É verdade que, àquela altura, o cinema já vinha com muitos problemas. Mas aí

o Collor veio e, em vez de ajudar a solucionar a crise, desmontou todo o sistema oficial de ajuda, inclusive de subvenções, destruiu a Lei Sarney – que era uma grande fonte de recursos para o cinema –, criou depois a Lei Rouanet, cuja regulamentação tornou praticamente inviável a captação de recursos, com exigências de tudo quanto é ordem. Depois disso, na época em que eu trabalhava no Ministério da Cultura, o ministro Luiz Roberto Nascimento e Silva começou o trabalho de simplificação dessa lei, que já o Antônio Houaiss

O mercado nivela por baixo os valores da Arte

tinha também iniciado. Depois foi criada uma nova lei, que permite que a bolsa participe do financiamento do cinema. E os cineastas estão achando que a coisa está caminhando, alguns filmes estão sendo feitos.

O cinema brasileiro tinha enveredado por um caminho negativo. Isso é de responsabilidade dos cineastas, que começaram a fazer filmes de baixa qualidade, na suposição de que estavam sendo avançados. Pornochanchadas, filmes obscenos, sem nenhuma qualidade artística. Isso não é cinema, quer dizer, se o cinema fizer só isso, ele não é nada. Os cineastas ficaram achando – que nem os que fazem essas artes plásticas de araque – que o escândalo e a novidade é que são o negócio. E o resultado é que o filme brasileiro se desmoralizou. Por essas e, ainda, por outras coisas: filmes que ninguém entendia, coisa distanciada... Se há alguma coisa que não se pode fazer é cinema hermético. Cinema é arte de massa. É a grande arte da época moderna, da época das grandes cidades, dos grandes conglomerados urbanos, é a arte industrial por excelência. Fazer isso de forma her-



Georges Braque: A mesa do músico (1913).

mética é piada. O resultado: o cinema perde mercado. Eu lembro que quando o Joaquim Pedro fez "Macunaíma" – um dos primeiros filmes brasileiros, do Cinema Novo, a dar bilheteria – muita gente ficou contra ele, dizendo que ele estava fazendo concessões. Até tinha uma brincadeira: "ninguém gosta do filme do Joaquim Pedro, só o povo". Era um preconceito contra o povo gostar. Queria-se fazer um cinema deliberadamente de elite. Isso evidentemente não poderia dar certo. Então os cineastas também têm responsabilidade nessa crise, da qual, felizmente, estamos saindo. O cinema brasileiro é um fator importante da cultura nacional, tem uma contribuição muito grande à vida cultural brasileira e eu faço votos de que ele sobreviva e volte aos áureos tempos.

Princípios: Em entrevista à Folha de S. Paulo de 28/08/94, o senhor critica as noções de expressividade artística da Gestalt. Existe a forma pura, vazia de conteúdo e de significação?

Gullar: A Gestalt é uma teoria importante, que teve uma voga muito grande em determinada época. Desde a primeira vez em que eu a li – através de uma brilhante tese de Mário Pedrosa, apoiada na Gestalt – eu escrevi a ele uma carta demonstrando minha discordância. Porque é correto que a forma tem expressão em si mesma, isso é correto. A própria Gestalt dá o exemplo de desenhar duas formas, uma arredondada, a outra aguda como um raio, e colocar dois nomes – malumba e taqueta. Aí pergunta-se: a qual dessas formas correspondem uma e outra palavra? É claro que você vai colocar malumba na forma redonda e taqueta na forma aguda. Isso mostra que existe uma expressividade que está na própria forma, tudo bem. Mas a forma pura de laboratório, essa existe só no laboratório. A cruz gamada, por exemplo, é um símbolo que existia já no Antigo Egito. Não tinha o significado do nazismo. Se você isolar essa forma de tudo e olhá-la como tal, ela é uma forma

interessante, enquanto combinação de elementos visuais. Mas quem, na época moderna, pode dissociar aquela forma da sinistra aventura nazista? As formas adquirem significado historicamente, não podemos falar de forma pura, sem associação alguma.

Princípios: Que balanço o senhor faria hoje do Movimento Modernista de 22? Que papel jogou o Modernismo para a construção de nossa identidade nacional?

Gullar: Um papel importante. O Modernismo se valeu de valores que estavam sendo gestados pela vanguarda européia – pelos movimentos artísticos mais avançados das duas primeiras décadas do século XX – para redescobrir o Brasil. Uma das características desses movimentos que surgiram a partir da primeira década do século XX era o retorno à busca da pureza, da ingenuidade, do primitivismo e de valores subjetivos do inconsciente. Freud surgia e trazia a descoberta de um mundo inconsciente, primitivo, interior. E isso terminou favorecendo os artistas brasileiros na criação do antropofagismo e na busca das origens indígenas da cultura brasileira. Quer dizer: eles iam para um primitivismo que não era o primitivismo subjetivo de Freud, mas um primitivismo da cultura brasileira, da origem cultural do povo brasileiro. É uma coincidência interessante e uma forma de usar, de maneira criativa, a idéia importada, em vez de simplesmente aplicá-la tal como chegava. Isso valorizou a cultura brasileira na medida em que valorizou essas fontes. A partir daí temos obras de importância extraordinária, como a do Oswald de Andrade, e mais que essa a do Mário de Andrade, a ficção e as obras teóricas. Ocorre também a valorização da música brasileira. Temos Villa-Lobos, que é um gênio musical induzido por esses movimentos a ir às fontes da música brasileira, a conhecer as canções de roda, a viajar pelo interior do Brasil à caça da música indígena

e de todo esse universo brasileiro. Isso é uma coisa de enorme significação.

Princípios: *O senhor participou das Ligas Camponesas e foi militante do Partido Comunista. Qual é hoje sua relação com o marxismo?*

Gullar: No momento em que eu entrei para as Ligas, o Brasil fervia, reivindicando mudanças importantes na sociedade brasileira. A reforma agrária, como hoje, já era uma questão importante para mudar as relações de propriedade e de trabalho no país. Eu entrei nisso por paixão, por solidariedade. Mais tarde eu percebi – até por participar da direção do movimento – que as Ligas Camponesas tinham muito de aventura. Apesar da generosidade do Julião, de sua sincera entrega a uma causa popular, por inexperiência, por imaturidade, havia algo de errado dentro daquilo. Eu, como estava na luta, resolvi entrar no Partido, porque era uma instituição de tradição, de experiência. Comecei então a dialogar e percebi que havia um pouco mais de sensatez.

Tendo entrado para o partido, comecei a ler o marxismo. Quando eu caí na clandestinidade, fui a Moscou com o objetivo de aprender o marxismo. E fiz lá um curso de metodologia do capital, que foi fundamental para mim. A influência que o marxismo teve na minha poesia está no que influenciou a minha maneira de pensar.

Hoje em dia eu tenho uma série de críticas no que diz respeito à própria relação entre marxismo e cultura. Eu discordo de algumas afirmações do próprio Marx com relação à cultura. Acho que ele tem uma visão evolucionista da arte, coisa de que eu discordo. Penso que a arte muda, não evolui. Não se trata de evolução. Não se pode dizer que Rodin é mais avançado do que Fídias. Cada obra de Arte é plena em si mesma. Quando Beethoven escreve a Nona Sinfonia, ela é seu próprio começo e fim. Está concluída. Se, depois disso, Stravinsky faz o “Pássaro de Fogo”, isso não é

um avanço ou um retrocesso: é uma outra obra, que reflete um outro tempo. Não se trata de evolução, é outra coisa. A sociedade muda nas suas relações. A Ciência se desenvolve, progride, mas a Ciência é diferente da Arte. A economia se desenvolve, progride, mas é de outra natureza. A arte não tem essa natureza. A natureza da arte é outra, porque cada obra de arte é plena em si mesma. Ela não evolui, ela muda. Ela se torna mais complexa, é evidente. Por exemplo: o teatro grego, de Sófocles ou de Eurípedes, tem uma complexidade psicológica, das relações humanas.

O teatro moderno é mais rico do ponto de vista da compreensão dessas relações humanas, sociais, políticas, econômicas, ideológicas, porque a própria sociedade se tornou mais complexa. Então o teatro reflete essa complexidade da vida social. Mas isso não quer dizer que esse teatro é mais avançado que o de Sófocles. É outra coisa, que reflete outra idade do Homem, outra época da sociedade humana.

Princípios: *O que o senhor pensa sobre o futuro do socialismo?*

Gullar: O capitalismo é um processo natural. Como a natureza, o capitalismo é injusto, amoral e desastroso. Mas, ao mesmo tempo, criativo e fecundo. É como a correnteza de um rio: sobe, arrebenta, mata; ao mesmo tempo, fecunda, cria. Essa brutalidade do capitalismo é parecida com a da natureza. Já o socialismo é a criação humana. É o homem regulando o rio, fazendo com que aquela capacidade de criar as coisas seja justa, e não desastrosa, e não uma hora boa, outra hora um desastre. O capitalismo cria riqueza e há milhões de miseráveis, vivendo em um mundo cheio de riquezas. Nada mais justo do que tentar regular esse rio, e fazer com que ele promova a riqueza e a justiça. Justiça e igualdade são valores inalienáveis do

ser humano. Nem o maior ditador do mundo teve coragem de dizer: “eu sou injusto mesmo e vou impor a injustiça”. Mesmo impondo e massacrando, ele sempre tentará se colocar como justo, como equânime. De outra forma ele seria mais rapidamente repellido pelo seu povo.

Tenha eu ou não razão na minha maneira de interpretar, é inegável que o socialismo, na experiência deste século, fracassou. Mas a sociedade jamais aceita injustiças, e jamais se contentará em ouvir dizer que tudo vai ser injusto mesmo e que nós todos deve-

O socialismo é a criação humana

mos ficar quietinhos, aceitando a injustiça. Isso não vai acontecer. A luta pela justiça e pela igualdade continuará enquanto o ser humano for ser humano, ou, pelo menos, enquanto ele não alcançar a igualdade. Se ele chegar lá ou não, não sei, espero que chegue. Mas o fato é que ele jamais aceitará passivamente a desigualdade. A luta pode até, momentaneamente, refrear, diminuir. Agora, dizer que vai ser assim mesmo e que nós vamos ficar contentes com um mundo injusto, isso não vai acontecer. Nunca.

FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO é jornalista e mestrando em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. A presente entrevista foi feita em 24/10/96.

Bibliografia:

- GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. 2 ed.1979. 3 ed.1984.
- GULLAR, Ferreira. *Argumentação contra a Morte da Arte*. Rio de Janeiro: Revan, 1993. 4 ed.1994.

Paradigmas e políticas educacionais: o neoliberalismo

A educação deixou de centrar-se na formação do indivíduo como sujeito, como ser histórico, para encará-lo como indivíduo com perspectivas econômicas

PEDRO ELÓI RECH

Pensar a educação desde meados do século XIX até o presente momento é a nossa tarefa, ou seja, pensá-la a partir das grandes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que geram a sociedade liberal burguesa, a partir da transição do modo de produção da sociedade feudal para a afirmação e consolidação do modo de produção capitalista. Historicamente, as revoluções industrial e francesa junto com a independência americana são apontadas como os grandes momentos da afirmação liberal burguesa. Também ocorreram grandes transformações na filosofia, na economia, na biologia e na psicologia, campos profundamente integrados com a educação e que têm, com ela, uma constante interlocução.

O modo de produção capitalista se constitui num processo de formação histórica, adquirindo fisionomias diferentes, que de uma forma bem ampla, poderíamos apresentar pelos títulos dos quatro livros de Eric Hobsbawm sobre este período.

A Era das revoluções: 1789 a 1848. É o período que vai da Revolução Francesa até as revoluções liberais de 1848, quando estas praticamente completam o seu ciclo, pelo menos na Europa Ocidental.

A Era do Capital: 1848 a 1875. Marca a passagem do capitalismo

concorrencial para o capitalismo monopolista, em que vão desaparecendo as pequenas empresas concorrentes entre si, para começarem a se estruturar as grandes empresas e conglomerados econômicos, seja no campo produtivo, seja no campo financeiro, normalmente interligados.

A Era dos Impérios: 1875 a 1914. O mesmo processo que ocorrera com as empresas passa a ocorrer então, com as nações, através da grande corrida imperialista. As grandes nações dividem entre si os países do mundo, transformando-os, sob novas e mais sofisticadas políticas de dominação, em objetos de interesses econômicos, políticos e estratégicos. Esta política levou às inevitáveis guerras imperialistas.

A Era dos Extremos: 1914 a 1991. O breve século XX. Neste período ocorrem as guerras, as crises do liberalismo, a ascensão do socialismo e da social democracia, até o esfacelamento da União Soviética e do triunfo, pelo menos momentâneo, do capitalismo. Isto propiciou o recrudescimento das políticas liberais, conhecidas pelo nome de neoliberalismo.

Poderíamos ainda tomar a divisão que Mírian Jorge Warde faz, em sua tese de doutorado, quando apresenta o liberalismo em três momentos diferentes: O liberalismo clássico, que vai do período de sua for-

mulação teórica, consolidando o capitalismo, em que a burguesia é uma classe revolucionária em ascensão na qual o capitalismo vive a sua fase concorrencial. O segundo momento seria o do capitalismo monopolista, em que a burguesia já vitoriosa, luta para manter a nova ordem, vivendo uma intensa fase de acomodações e de conflitos com o movimento operário. O terceiro momento, chamado de liberalismo multifacetado que, como o próprio nome diz, assumirá fisionomias diferentes. Nesta fase os monopólios já estão consolidados e o movimento operário também tem a sua estruturação assegurada, tendo para isto ao menos um sólido referencial teórico.

Creio ser ainda necessário fazer uma distinção entre capitalismo e liberalismo. Enquanto o primeiro se constitui no modo de produção propriamente dito, o segundo será o seu corpo teórico, doutrinário, visando dar-lhe suporte e legitimação. É a ideologia do sistema capitalista, visando a construção hegemônica e a transformação das suas verdades em senso comum. Os principais elementos doutrinários contidos no liberalismo e que, portanto, se constituem nos seus mais sagrados dogmas, são os princípios do individualismo, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. Esta ideolo-

gia abre um mundo de sonhos, de perspectivas e de crenças, sobretudo no campo da educação. No modo de produção feudal e no absolutismo as pessoas eram vistas como súditos e agora, na perspectiva liberal, são transformadas em cidadãos. A afirmação dos princípios liberais se dará pela via revolucionária e o grande meio de difusão e de universalização de seus princípios se dará através da escola, uma vez que os púlpitos ainda estão ligados à velha ordem.

Assim como o capitalismo se rearticula em momentos diferentes, o mesmo também ocorre com relação à educação que, no entanto, sempre tem como função, dar o suporte ideológico e se constituir num elemento produtivo, pela qualificação dos recursos humanos para o capital. É lógico que estas funções serão percebidas e receberão reações.

Estas articulações ou reações se constituem nos seus grandes paradigmas, em torno dos quais os teóricos da educação procurarão construir as suas concepções teóricas metodológicas. Os grandes enfoques que estarão presentes em todos eles sempre serão os do indivíduo, das classes sociais, (seja para a sua afirmação ou negação) do Estado, da sociedade e do mercado. Poderíamos agrupar estes grandes momentos da educação em quatro unidades diferentes, em que os teóricos, também com posições diferenciadas, olham para a educação. Citaremos estes momentos para depois nos determos nas teorias do Capital Humano, Neoliberalismo e do Neoconservadorismo.

Num primeiro momento se pensa a educação como um processo de inserção do indivíduo na sociedade, sob diferentes perspectivas, tendo sempre presente a questão da educação como construção ou reconstrução. Os principais paradigmas deste momento serão os do positivismo, do pragmatismo, do Marxismo e o da Igreja Católica.

No segundo momento a ação educativa será acrescida de um elemento chamado planejamento por

parte do Estado. Para que a educação propicie os resultados desejados pela sociedade ela deverá ser planejada pelo Estado. Assim teremos em Mannheim a educação voltada para se ter uma sociedade democrática e participativa e do outro lado os teóricos do capital humano, afirmando que a educação deverá ser planejada para a obtenção mais justa. Neste momento a educação ganha um forte componente econômico, de mercado.

A educação liberal, que já sofrera as suas contestações com o Marxismo, recebe agora mais uma. O alvo a ser atingido será o de anular o esforço entusiasta, de construção hegemônica, através do criticismo. Os paradigmas que até então, com exceção do Marxismo, procuravam inserir o indivíduo numa sociedade harmônica em que ele encontraria os seus espaços, com o seu desenvolvimento pela educação, é agora negado. Voltam as críticas ao sistema capitalista e é feita a denúncia de que a escola reproduz e reforça as relações sociais e de produção do sistema. A escola é denunciada como dual, como reprodutora do sistema e como um aparelho ideológico do Estado. Inclusive a desescolarização é defendida.

Finalmente volta para a educação a perspectiva economista e tecnocrática. A educação sai da esfera dos chamados direitos da cidadania e será vista como um serviço disponível no mercado, a não ser aquela útil para o sistema. A educação sairá da esfera do público, dirigindo-se ao privado. Revê-se assim uma posição tradicional do liberalismo, que revê a atuação do Estado no campo da educação. São os tempos do Neoliberalismo e do Neoconservadorismo, que inclusive já merecem livros com sugestivos títulos como *Pedagogia da Exclusão* e *O Horror Econômico*. (1)

A educação como investimento. A teoria do capital humano

A teoria do Capital Humano representa mais uma tentativa de rearticulação do liberalismo, em que a educação passa a ser considerada como um capital e como tal, será objeto de investimentos. Estes ficarão por conta de uma ação planejada do Estado, tendo sempre como parâmetro a relação entre custo-benefício. Esta nova articulação do liberalismo busca responder essencialmente aos anseios de desenvolvimento e de ascensão econômica através do planejamento do Estado e de investimentos aplicados na educação. Assim, consideram as contradições do capitalismo, não como estruturais mas como contingenciais e que podem ser resolvidas com investimentos em educação pois, esta provoca mudanças profundas no ser humano. Também

será neste momento que entrarão em cena as agências internacionais de "cooperação" para o financiamento de projetos educacionais.

A referida teoria considera a educação como uma mercadoria.

Com a divisão do trabalho se diminui o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias, aumentando assim, consideravelmente, o lucro. O que então deve ser feito é a otimização dos recursos humanos na qualificação para o trabalho. O trabalho passa a ser visto como uma mercadoria especial, que também poderá ser vista como capital. Esta preparação não será só para o trabalho, também será para a vida do trabalhador, para melhor negociar a sua força de trabalho e obter status e cargos. A teoria responsável por uma mudança bastante significativa no

Em um primeiro momento se pensa a educação como um processo de inserção do indivíduo na sociedade

campo educacional, que volta o seu olhar para o mercado, encontrando nele as grandes linhas definidoras, buscando na educação a prioridade para a formação técnica e para o aumento da produtividade. É o momento da entrada em cena dos economistas, que buscam sustentar esta teoria com elementos teóricos desde Adam Smith, dos primórdios do liberalismo. Schultz e seus companheiros, não chegam no entanto, ao cerne da questão, que se localiza na base material de produção e nas relações sociais dela decorrentes. Nesta perspectiva, vê-se que todo o processo do investimento na educação para a qualificação do "Capital Humano" só tem uma finalidade que é a de obter maior lucro com a extração maior demais valia. A teoria, que prevê a ação centralizada e planejada por parte do Estado teve uma certa receptividade, em virtude de uma certa recuperação econômica do capitalismo, que entrou numa fase de crescimento, tanto nos países desenvolvidos, como na aceleração da produção industrial entre os países subdesenvolvidos, fato que gerou muitas e melhores oportunidades de trabalho. A teoria do Capital Humano também trouxe para a educação, os famosos tecnocratas.

Frigotto, em seu livro *A Produtividade da Escola Improdutiva* faz uma precisa análise desta teoria e nos recomenda, como contraposição para esta mistificação ideológica, uma sólida formação do trabalhador, tanto na perspectiva tecnológica e profissional, quanto na dimensão sócio-histórica. O trabalho dentro da perspectiva Marxista precisa ser visto em sua totalidade, seja na compreensão específica da produção, como nas relações sociais que são estabelecidas.

Com a teoria do Capital Humano temos, pela primeira vez, a eleição do mercado e a inserção produtiva do homem neste mercado, como a prioridade da educação. Neste momento, no entanto, ainda se vislumbra a perspectiva de que através da educação voltada para a produtivi-

dade possa se impulsionar o processo de desenvolvimento sócio-econômico.

O neoliberalismo e o neoconservadorismo

Perry Anderson, no livro *Pós Neoliberalismo* (2) nos faz um balanço deste movimento. Neste balanço o Neoliberalismo é considerado como uma reação ao Estado intervencionista e de bem estar. O seu texto de origem é o livro *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek escrito em 1944. Em 1947, o mesmo Hayek convoca os que compartilhavam com as suas posições, para o famoso encontro de Mont Pélerin, donde nasceu a Monte Pélerin Society.

Persistentemente e contra as perspectivas do momento, eles se reúnem a cada dois anos, afirmando e reafirmando as suas crenças. Suas idéias irão ganhar força, apenas a partir da década de 70, com a crise generalizada que se instala no interior da sociedade capitalista, que passa a ser vista como uma consequência do Estado de bem estar. A função redistributiva do Estado, no entendimento deles, fere o lucro e a acumulação e, em consequência, a expansão das atividades econômicas, gerando um fenômeno que já na época foi chamado de estagflação. No contexto da crise dos anos 70 o seu receituário começa a fazer eco. O Estado deveria ser forte para romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro e, pequeno ou mínimo, nos seus gastos sociais e empreendimentos econômicos. A estabilidade monetária seria o primeiro mandamento, acompanhado da disciplina orçamentária, da contenção de gastos sociais, da redução dos impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas, e da criação de taxas de desemprego para baixar a pressão sobre os salários. Com estas medidas, acreditavam, em breve o crescimento voltaria e a crise seria superada.

Estas medidas passam a se constituir em plataformas eleitorais dos principais partidos conservadores e os resultados eleitorais começam a aparecer. Os seus teóricos são contemplados com prêmios Nobel e seus representantes no campo político, começam a ganhar eleições. Thatcher se elege em 1979, Reagan em 1980 e Kohl em 1982. Ao final da década de 80 quase toda a Europa era governada por adeptos do neoliberalismo. Aí, para completar o quadro, ocorre o desmoronamento do chamado socialismo real com os episódios de 1989 e de 1991. Vem então a pregação do fim, do fim de tudo. O fim das ideologias, das utopias e das classes sociais. Tudo isto irá contribuir para uma reconstrução ideológica.

Na América Latina houve uma experiência pioneira no governo de Pinochet, no Chile, mas com a chegada da década de 90, o ideário neoliberal estará também sendo implantando na América Latina. Aqui houve três formas diferentes de acesso ao poder. A primeira foi a via militar, a segunda pela via eleitoral, marcada pela traição, em que se pregava a social democracia e, uma vez instalado no poder se praticavam as políticas neoliberais e finalmente pela via eleitoral com pregação neoliberal, exercendo um fascínio sobre as massas com elementos misturados de populismo e a estabilidade monetária.

Perry Anderson conclui o seu balanço, afirmando que o mundo, mesmo aplicando o receituário neoliberal, entra em nova e profunda recessão, sendo por isso mesmo, sob o seu aspecto econômico, um fracasso. Socialmente, foi um sucesso pois o mundo está marcadamente mais desigual e injusto. O maior êxito, no entanto, Anderson o aponta para o campo ideológico. O receituário neoliberal transformou-se no senso comum das massas, numa construção hegemônica que dificilmente encontra precedentes.

Hoje estamos assistindo às primeiras reações significativas a este

movimento com as vitórias eleitorais dos trabalhistas na Inglaterra e dos socialistas na França diante deste verdadeiro "Horror Econômico".


No plano teórico *O Caminho da Servidão*, de Hayek, lançado em 1944, é o primeiro marco. O seu ataque é contra o poder do Estado para impor qualquer tipo de limite aos mecanismos "naturais" do mercado, o que seria uma ameaça letal às liberdades políticas e econômicas. Explicitamente os seus ataques se dirigiam contra os setores que já apontamos mas, na essência os seus ataques se dirigem ao socialismo soviético. Só que isto era difícil de fazer, em virtude das alianças na segunda guerra mundial. Investe então contra os mecanismos distributivistas do Estado de bem estar e da democracia participativa, que impõem limites pela via tributária e pela via da organização coletiva, ao lucro e a sua acumulação, o que, segundo eles, impede a expansão econômica e as suas consequências. O mercado passa a ser, não apenas o delimitador das atividades econômicas mas também será o definidor das políticas do campo social, nos direitos da chamada cidadania, que estavam a caminho de sua universalização.

Neste terreno do social somam-se os princípios econômicos da doutrina aos princípios do conservadorismo. Assim Friedman, para trazer o direito à educação para a esfera do privado, do mercado, invoca o princípio da liberdade de escolha, da escolha da escola dos filhos por parte dos pais. Os pais têm o direito de escolherem a escola dos filhos e neste sentido aceita até a ajuda do Estado, através de políticas compensatórias, no financiamento da educação. A forma de se fazer isso, seria pela concessão de bolsas às famílias mais carentes, para que mediante elas, os pais pudessem escolher para os filhos, as melhores escolas. Entra aí em cena, outro princípio fundamental do neoliberalismo que é o da competição. A competição é um dos

seus valores mais sagrados. Os neoliberais atribuem as mazelas da educação ao fato de sua transformação num direito universalizado. A institucionalização deste direito criou uma corporação de professores e uma burocracia estatal egoísta, ineficiente e corporativista que precisa ser desarticulada. A instituição escolar precisa ser sacudida pelo princípio da competição. As escolas precisam competir entre si e os alunos e os seus pais precisam ter a liberdade de escolher a melhor escola para os seus filhos e assim todas elas se tornarão melhores. As escolas precisam ser colocadas sob a ótica do mercado e do privado, da competição e do lucro. Uma das melhores formas encontradas para efetivar isto foi a instituição da terceirização no ensino – em curso em vários países – e das escolas cooperativas, das quais já temos as primeiras experiências e o seu princípio consagrado na nova LDB.

Dentro destas perspectivas, que já vêm desde a teoria do Capital Humano, a educação não terá mais na construção do sujeito e da cidadania, o seu principal enfoque, eixo que será deslocado para a preparação para atuar no mercado, na produção de "cidadãos produtivos". A inversão no mercado, cada vez mais competitivo, será a busca do novo "paraíso" almejado.

Com o passar das primeiras experiências, vimos que estas políticas – onde foram implantadas – eliminaram a escola gratuita e acentuaram a criação de dualidades nas redes de ensino, além de alimentarem preconceitos de toda a ordem. A adoção destas políticas já recebeu a denominação de "Pedagogia da Exclusão", análise feita num significativo trabalho organizado por Pablo Gentili. (3)



As agências internacionais e a educação

Ao final da segunda guerra mundial foram criadas uma série de agências internacionais, que imediatamente se transformaram em instrumentos de monitoramento das políticas econômicas e sociais das grandes potências. Estas receberam a significativa denominação de "agências de cooperação" e visavam levar aos países que ainda não haviam chegado ao desenvolvimento, a cooperação financeira internacional, a eficiência do planejamento e a racionalidade administrativa dos países desenvolvidos. Assim, estes países, em breve tempo superariam os seus problemas, frutos de um atraso histórico e superáveis com a adoção das medidas a serem implantadas pelas agências de "cooperação" internacional.

Estas agências primeiramente financiaram projetos ligados aos seto-

res produtivos, especialmente os vinculados aos setores infraestruturais como a energia e estradas ou ainda ligados à produtividade na agricultura. Porém, muito cedo entram na elaboração de políticas sociais, especialmente para o campo da educação. Assim a CEPAL, órgão regional da ONU, para a América Latina e para o Caribe, já na década de 60, receitua políticas educacionais para toda a América Latina, voltadas para o desenvolvimento, através da adoção de medidas tecnocráticas, obedecendo aos princípios da teoria do "Capital Humano".

Já na década de 70 também o Banco Mundial entra na linha do financiamento de projetos educacionais. A orientação política de seus projetos será a de alívio à pobreza e à contenção do seu crescimento. Neste sentido financiará, primeiramente projetos ligados ao ensino técnico passando depois a investir maciçamente no ensino primário, mais barato, com retorno mais rápido na produtividade e com efeitos extraordinários na contenção da natalidade, contendo, assim, o crescimento da pobreza. Os resultados destas políticas são contestados mundialmente. Os seus empréstimos, de "cooperação", têm apenas o nome, sendo na verdade empréstimos comerciais, convencionais, caríssimos, tratados com extrema rigidez e que contam com vultosos recursos dos países tomadores do empréstimo, como contrapartida de co-financiamentos. Estes empréstimos se constituem hoje num dos principais componentes da dívida externa, dos países do chamado terceiro mundo. No entanto, por uma série de razões, os países, os estados e até mesmo os municípios continuam tomando estes empréstimos. No dizer da professora Marília Fonseca (5) estes empréstimos deveriam atender mais aos interesses da educação do que aos do Banco.

A intervenção mais clara das agências internacionais na educação

ocorreu em 1990, com a realização da Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia e convocada simultaneamente por quatro agências internacionais: A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); o Programa das Nações Unidas para a Infância (Unicef); o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial.

Deste encontro resultaram "posições consensuais" na luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Os países que chegaram a estas "posições consensuais" têm em comum a baixa produtividade de seus sistemas educacionais e o fato de serem os países mais populosos do mundo. São eles: Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. Assim, por um

Para os neoliberais a transformação da educação em direito universal criou as mazelas atuais. O remédio para eles, é colocar as escolas sob a ótica do mercado

compromisso firmado por estas agências promotoras do encontro, estes nove países "consensuaram" a elaboração de seus planos decenais de educação, pautados por princípios comuns como os de prover às crianças, aos jovens e adultos as "competências" fundamentais requeridas, especialmente as necessidades do mundo do trabalho. "Consensuaram" ainda, universalizar oportunidades, com equidade, fortalecer acordos, parcerias e compromissos. Para a viabilidade da execução destas medidas deverão ser implantadas alianças e parcerias, promovidas a eficiência e equalização no financiamento e implementadas uma série

de medidas, no atendimento às crianças.

Em suma, a educação ganha novas finalidades e uma nova linguagem, que será universal e, cada vez mais distante dos educadores e de suas organizações e cada vez mais próxima e afinada com a voz dos empresários, mostrando assim a total submissão dos interesses da educação aos novos ordenamentos do mercado.

Neoliberalismo e neoconservadorismo: a educação brasileira

No Brasil, o neoliberalismo ganhou mais forma com Collor, que desde a campanha bradava contra os "marajás", incrustados no Estado que queria dismantelar. Já no governo Itamar se alimenta primeiramente uma perversa hiperinflação para que as medidas de controle monetário e de estabilização financeira fossem pedagogicamente assimilados e produzissem os resultados eleitorais esperados. Assim, o neoliberalismo chega plenamente ao poder, através de Fernando Henrique Cardoso, que se elege usando as roupagens da social democracia. Os pilares básicos do neoliberalismo

passam a ser rigorosamente cumpridos. Segundo Nereide Saviani, eles formam o segundo tripé: desestatização/desnacionalização; desregulamentação/desconstitucionalização; desuniversalização/desproteção. (4) O programa de governo de FHC, contido no documento Mãos à Obra Brasil, apresenta a educação, como um dos dedos da mão levantados, apontando-a como uma de suas prioridades. FHC investe nas políticas neoliberais por todos os lados. Uma de suas grandes frentes está no Congresso Nacional, onde está se promovendo a desconstitucionalização, onde já conseguiu desregulamentar a economia, o que

já lhe permitiu fazer algumas privatizações, das quais a da Vale do Rio Doce foi a mais significativa. Outras reformas estão em curso, mas estão encontrando maiores resistências, como é o caso das reformas administrativas e da previdência. A tributária está aguardando vez, numa conjuntura mais favorável.

A educação já teve as suas reformas, todas dentro dos princípios neoliberais. Pela emenda constitucional nº 14, a União já se desobrigou do financiamento do ensino fundamental, transferindo esta responsabilidade para os Estados e Municípios e já consagrado pela lei 9424/96. Está em curso uma reforma universitária, com uma nova reforma constitucional, mas com os seus princípios já em parte aprovados no capítulo sobre o ensino superior, na nova LDB. Nesta nova LDB também estão inscritos muitos de seus princípios como a anterioridade da família sobre o Estado no dever de educar; na consagração do princípio da equidade sobre o da igualdade; no privilegiamento às instituições privadas de ensino, isentando-as da gestão democrática e concedendo-lhes generosos recursos públicos e principalmente pelos mecanismos de centralização e da conseqüente negação dos princípios da democracia participativa. Assim é a composição do Conselho Nacional de Educação e a desconsideração do Fórum Nacional de Educação, previstos no projeto de origem do legislativo. O MEC passa a ter superpoderes, centralizando em suas mãos toda a definição de políticas educacionais e os mecanismos de avaliação. Apenas a execução é descentralizada (art. 8 e 9). O ensino profissional, confuso e contraditório nos capítulos sobre o ensino médio e profissional, recebe um decreto governamental (nº 2208/97) depois que o projeto encontrou resistências na Câmara. Por este decreto, o ensino profissional e o ensino básico passam a ser modalidades de educação não formal e de duração variável. Está assim, fora do ensino médio.

Mas já antes destas novas legislações, ainda no início de seu governo, FHC anuncia o programa "Acorda Brasil, está na hora da Escola"! Neste programa são anunciadas as cinco metas prioritárias do governo para a educação: dinheiro para o ensino básico, diretamente para as escolas; valorização do professor, preparando-o para ensinar melhor, através da TV educativa, do ensino à distância; investimento em material didático; definição dos conteúdos do ensino com o currículo básico nacional e finalmente um sistema nacional de avaliação.

No discurso neoliberal sobre a educação, predomina a necessidade da formação de uma mão de obra mais qualificada e flexível, de acordo com as novas tecnologias e dando-se ênfase no ensino de matemática, das ciências exatas, na linguagem e na informática. Fala-se ainda na otimização dos recursos humanos e na transferência para a comunidade, das responsabilidades do seu financiamento. Também encontra-se presente um forte componente ideológico com o discurso da "qualidade total".

No documento *Mãos à Obra Brasil!* o governo apresenta as suas metas para os três níveis de ensino e os meios para atingi-las:

Para o ensino de primeiro grau: obtenção de melhores índices de aprendizagem através da fixação de parâmetros curriculares básicos; da redução da repetência; do treinamento de professores através do ensino a distância; dotação das escolas com TV vídeo para o uso da TV educativa e a ampliação do ritmo da universalização do ensino nas quatro primeiras séries.

Para o segundo grau: elevar o padrão do ensino a níveis internacionais; atualizar e modernizar os

currículos, adaptando-os ao mundo de hoje; permitir que se curse simultaneamente o ensino regular e o técnico; ampliar a colaboração entre União, Estados e Municípios (transferência de responsabilidades); ado-

tar novos métodos de formação de professores e novos programas; novas metodologias de ensino; ofertar cursos de profissionalização imediata; articular melhor com o ensino superior e estabelecer parcerias com a ini-

ciativa privada (privatização).

Para o ensino superior: elevar a qualidade da graduação pela avaliação; ampliar as matrículas nas instituições federais; diversificar os cursos de graduação e pós-graduação com novas carreiras mais adequadas ao mercado de trabalho; vincular o credenciamento à avaliação; promover a autonomia e estimular a qualificação de professores.

O governo pretende atingir estas metas transformando o MEC numa entidade de coordenação e de formulação de políticas; estimulando, financiando e avaliando resultados; promovendo a articulação entre os sistemas educacionais; buscando a participação da comunidade; promovendo o repasse direto dos recursos; descentralizando a merenda escolar e o livro didático e ainda aprovar a LDB, o que já aconteceu através da Lei 9394/96 e que consagra muitos dos princípios aqui enunciados.

Em suma, o neoliberalismo vê a humanidade pelo seu ângulo de mercado e a ele tudo submete, desde a formação das pessoas até a estruturação política e a organização da sociedade. O indivíduo terá como função máxima a sua inserção produtiva na sociedade, em um mercado cada vez mais competitivo. Não conseguindo se adaptar a esta função, será então motivo de

A educação já teve as suas reformas sob o neoliberalismo. A União transferiu o ensino fundamental para os estados e municípios e está em curso uma reforma universitária

exclusão. O Estado não mais oferecerá garantias de direitos, atuando na contraposição do direito do cidadão/dever do Estado, para ser apenas o árbitro para que as leis do mercado fluam naturalmente. Para implementar estas políticas, evidentemente a burguesia recorreu ao conservadorismo e ao reacionarismo. O autoritarismo e a centralização estão presentes em todos os governos neoliberais assim como a aversão à participação organizada da sociedade civil. O conceito de globalização e de universalização são categorias válidas apenas para o capital e não para a expansão dos direitos da cidadania. Esta será cada vez mais restrita e os direitos, já transformados em serviços, estarão disponíveis no mercado.

Os liberais mais progressistas, que propugnavam a universalização da educação e a construção de uma sociedade democrática, foram vencidos pelos conservadores e, enquanto os teóricos do capital humano defendiam os investimentos em educação para a promoção de um Estado desenvolvimentista, hoje só se pensa na desnacionalização e na universalização do capital. O mercado será o ente supremo e invisível da organização da sociedade. O Estado será apenas árbitro e jamais o responsável pelo desajuste dos indivíduos. Pelo contrário, estes indivíduos, quais órgãos doentes de um tecido social, necessitarão de um tratamento cirúrgico, de extração, através de políticas deliberadas de exclusão social, que obviamente, para serem efetivadas, precisarão de um Estado extremamente autoritário e forte na sua ação repressiva para promover a exclusão dos economicamente não arianos.

Considerações

Por doutrina pedagógica sempre se concebeu uma filosofia de vida, uma concepção de homem e de sociedade, que seria transmitida atra-

vés de instituições que seriam as porta vozes destas teorias.

O liberalismo, como a doutrina do sistema capitalista, sempre tratou a escola com especial interesse e segundo Althusser, se transformou no principal aparelho ideológico do Estado, de inculcação da ideologia burguesa. Com o advento do liberalismo e da sociedade industrial houve praticamente a universalização do ensino fundamental, fato consolidado nos países do capitalismo hegemônico, já ao final do século passado. No entanto, havia diferentes visões, filosofias de vida, concepções de homem e de sociedade. Os positivistas atribuíam à educação, funções conservadoras ou conformadoras, de preservação da sociedade com um ensino moral burguês, que daria aos indivíduos uma segunda natureza social. Já Dewey e Mannheim apontavam para a dinâmica, para uma atuação inteligente dos indivíduos ou para uma ação planejada para corrigir distorções.

Planejar para o desenvolvimento econômico foi uma mudança bastante radical que a educação sofreu. Mudou o enfoque. Agora a educação não mais se centra na formação do indivíduo como sujeito, como ser histórico, mas como indivíduo com perspectivas econômicas. O Estado deveria investir em educação e isto lhe traria retornos econômicos. Esta teoria caiu depois nas mãos dos que pensaram o Estado Mínimo. Nele o Estado não mais será o promotor, o agente do desenvolvimento. Será espectador e árbitro de uma "força invisível", chamada mercado, em função e em torno do qual toda a sociedade será estruturada. Quem não se integrar neste mercado não terá mais vez, pois o Estado não mais terá a responsabilidade de assegurar direitos. É uma nova organização da sociedade com o Estado mínimo para as questões sociais e máximo, forte, repressivo e coercitivo, na aplicação das políticas de exclusão.

A isso se contrapõe um olhar global, uma visão da totalidade. Mais do que nunca temos hoje a

clareza de que o capitalismo não é um sistema que incorpora o humano. Os seus valores são outros: lucro e acumulação. A base material deste sistema precisa ser destruída para poderem se estabelecer novas relações sociais, construídas a partir de novos valores. A nossa função será a da apropriação teórica para uma ação mais qualificada. Perry Anderson, em seu balanço do neoliberalismo, ao final, destaca que o seu maior êxito foi obtido no campo ideológico, na construção hegemônica. Então será este o nosso campo de ação. Desmontar este discursos, este "consenso criado", este mito do fim de tudo, é a nossa tarefa e esta é uma das finalidades do nosso aprendizado. O sonho da construção do homem unilateral precisa continuar sendo alimentado.

PEDRO ELÓI RECH é secretário de assuntos educacionais do Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná e mestrando em Educação pela PUC-SP.

Notas:

- (1) GENTILI, Pablo, *Pedagogia da Exclusão*, Petrópolis, Vozes, 1995.
- (2) FORRESTER, Viviane, *O Horror Econômico*, São Paulo, UNESP, 1997.
- (3) GENTILI, Pablo & SADER, Emir (Orgs.), *Pós-Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- (4) GENTILI, Pablo, *Pedagogia da Exclusão*, Petrópolis, Vozes, 1995.
- (5) SAVIANI, Nereide, *Governo FHC, Neoliberalismo e Educação* (texto mimeografado).
- (6) TOMMASI, Livia de, WARDE, Míriam Jorge, HADDAD, Sérgio (orgs.), *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*, São Paulo, Cortez, 1996.

O mais antigo e o mais jovem partido do Brasil

União do povo contra o neoliberalismo: documentos do 9º Congresso do PCdoB. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1998, 222 p.



Foi lançado em janeiro último o livro com os documentos do 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 1997. Editado com todas as intervenções especiais, os textos registram a resposta coletiva dos comunistas brasileiros aos desafios que nossa época opôs ao ideal de construção de uma sociedade nova, avançada, justa e progressista.

Foi o maior congresso comunista realizado em toda a história de nosso país. A reunião de cerca de 800 delegados nele presentes foi longamente preparada por conferências distritais, municipais e estaduais ao longo de 1997, que mobilizaram o número inédito de 20.000 militantes, em 27 Estados brasileiros. O 9º Congresso concretiza e completa a resposta teórica e organizativa do partido ao impacto que a derrocada da experiência soviética, entre os anos 80 e 90, provocou entre os que lutam pelo socialismo.

Entre os temas abordados no livro, se destaca o debate da crise mundial do capitalismo e sua caracterização. Acertadamente, o 9º Congresso apontou a instabilidade e a tendência à estagnação deste sistema de opressão dos trabalhadores e dos povos. A própria vida provou, nas semanas seguintes ao Congresso, a correção dessa tese, no momento em que a jogatina desenfreada das bolsas de valores espalhou entre as nações uma crise inaudita pela extensão e profundidade, jogando na lama os até então luminosos ídolos do capital financeiro, os chamados "tigres asiáticos", criando perplexidade entre seus admiradores e imitadores pelo mundo afora, entre eles o presidente Fernando Henrique Cardoso, seus ministros e sua equipe econômica. E revelando aos povos, aos trabalhadores, aos assalariados - forçados mais uma vez a pagar a conta da crise - o alto custo da política econômica neoliberal, que favorece apenas ao grande capital, enxovalha a soberania nacional e preconiza aquele "estado mínimo" complacente sonhado pelos ricos e poderosos de todos os tempos.

Outro tema que merece destaque é a questão da forma de organização partidária adequada às necessidades de nosso tempo, formulada na expressão "partido marxista-leninista de feição moderna". Neste ponto, completa-se um movimento começado já no 8º Congresso do PCdoB, em 1992, quando foi adotada uma definição estratégica da revolução brasileira que pode ser vista como o ponto inicial da reflexão agora concluída.

Embora frágil e dependendo ainda de muita luta para sua consolidação, a democracia garantida pela Constituição de 1988 indicava uma nova etapa no desenvolvi-

mento político brasileiro, resultado histórico das jornadas que puseram fim ao regime dos generais, levando o país a um novo patamar.

Essa situação exige um programa novo, expresso no Programa Socialista do PCdoB, aprovado em 1995, e uma forma de organização adequada, como indicaram os debates do 9º Congresso, e que foi nele concretizada: uma forma de organização que, preservando os valores da cultura comunista, baseando-se no pensamento de Marx, Engels e Lênin, cristalizando os ensinamentos de uma experiência partidária de sete décadas e meia, seja firme nos princípios, sólida na organização, e flexível em sua inserção social mais ampla. Uma forma de organização em que a dialética entre firmeza e flexibilidade resulte da relação profunda entre a vanguarda organizada e o conjunto dos operários, dos trabalhadores assalariados e das forças progressistas do país.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, e a derrocada da URSS, em 1991, simbolizam o fim de uma fase e o início de outra, a virada de uma página na história da luta pelo socialismo. A consequência mais visível, e inevitável, foi a crise no campo socialista e revolucionário.

O Partido Comunista do Brasil enfrentou essa crise de peito aberto, de forma criativa, não dogmática e não sectária. Nesses anos turbulentos, realizou dois congressos (em 1992 e em 1997) e uma conferência nacional (em 1995). Neles, a tarefa mais urgente foi manter viva a aspiração revolucionária; foi reunir forças que, na corrente, ameaçavam dispersar-se; foi manter vivo o vermelho da bandeira comunista que ameaçava desbotar para tons de rosa, ou mesmo para o branco dos que abandonaram a luta e aderiram à cínica *realpolitik* neoliberal.

Corajosamente, e inspirado pelos ensinamentos de Marx, Engels e Lênin, fez uma profunda reavaliação da experiência socialista passada. Ao lado dos gigantescos acertos que inscreveram aquela experiência na história da humanidade, distorções a afastaram dos ideais que moveram braços e inteligências em busca do futuro. Extraiu as consequências teóricas e organizativas que esse exame da história recente impôs e buscou, desde o 8º Congresso, aprimorar os métodos coletivos de direção partidária, tarefa que o 9º Congresso também abraçou.

O Congresso de 1997 registra o êxito do Partido Comunista do Brasil nesse ambiente hostil. Mais antigo entre os partidos políticos brasileiros, e apesar de ter sido submetido a extensos períodos de clandestinidade e ilegalidade, o PCdoB conseguiu manter sua vida organizativa contínua desde 1922, ano de sua fundação, e 1962, quando foi reorganizado em resposta aos que depunham a bandeira da revolução. E, hoje, é também o mais jovem entre os partidos de nosso país.

Assim, o slogan *socialismo renovado*, adotado pelo IX Congresso, não é apenas retórica mas expressão feliz da nova realidade partidária, registrada e cristalizada neste acontecimento histórico que indica a disposição do coletivo partidário em cumprir de forma altaneira as tarefas da nova fase que se abre na história da luta pelo socialismo.

José Carlos Ruy

Cartas dos leitores

Problemas teóricos

“Na edição número 47 da revista, no editorial, que vem sob o nome “1917 – Uma etapa nova e superior na história da humanidade”, tem alguns problemas teóricos que eu gostaria de compartilhar com vocês. São eles:

No final da última frase do 1º parágrafo onde se lê “...podem construir um mundo mais justo e humano.” A palavra *mais* leva-nos ao entendimento de que esse mundo, fundado na sociedade capitalista, já é justo e precisa ser *mais* justo. No que eu pude apreender no estudo dos clássicos do marxismo e nos textos da *Princípios*, toda a luta dos trabalhadores e da classe operária, em especial, deve ser pela completa superação da sociedade capitalista, que na sua *essência* é injusta e perversa. Logo, por esse entendimento, melhor seria que na frase estivesse escrito: “...podem construir um mundo justo e mais humano.” Por que mais humano? Porque o mundo capitalista, apesar das injustiças, é uma criação humana, porém a sua estrutura impede o pleno desenvolvimento da nossa potencialidade criadora, que será possibilitado com o advento de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem e a abolição da propriedade privada dos meios de produção.

O outro problema é no final do último parágrafo onde se lê: “...aquela que passa das milenares sociedades divididas em classes para uma sociedade sem classes e sem dominadores.” Como a frase

está se referindo à revolução bolchevique de 1917, o problema é mais de ordem histórica e teórica, posto que, no meu entendimento, não há problema na frase do ponto de vista propagandístico. O problema é que, com a revolução socialista de 1917, na Rússia, não desapareceu a divisão de classes – mesmo quando os exércitos invasores e dos russos brancos foram aniquilados pelo exército vermelho – pois dentro do Estado soviético gerou-se uma nova burguesia, que foi trabalhando de forma subreptícia para a restauração do velho capitalismo na União Soviética. Essa burguesia, adaptada à nova realidade da Rússia e dos países que integravam a ex-União Soviética, manifestou-se mais claramente com as teses de Krushev, em 1956, e mais recentemente com a ascensão de Mikhail Gorbachev à direção do PCUS, que fechou, digamos assim, o ciclo lento de restauração do capitalismo na União Soviética.

Por isso, creio que melhor seria se, no final da frase, tivesse: “...aquela que passa das milenares sociedades marcadas pela exploração do homem pelo homem para uma sociedade sem explorados e nem exploradores.”

Hildo Cezar Freire Montysuma
Rio Branco/AC

Seriedade

“Considero a revista *Princípios* a melhor publicação do gênero; destaca-se pelo altíssimo nível e pela seriedade de suas análises.”

Héctor Alvariza
Bagé/RS

Mais polêmica

“A revista daria uma melhor contribuição à formação intelectual e teórica dos seus leitores se fosse mais polêmica, mais viva, publicando artigos sobre várias temáticas, privilegiando o aprofundamento e o confronto de idéias entre autores com interpretações diferenciadas.”

Luiz Claudio Duarte
Campos/RJ

Acesso à bibliografia

“É sempre com muito entusiasmo que recebo a revista *Princípios*, que nos permite, com seus artigos e estudos vivos, acesso a elementos de reflexão e orientação crítica sobre o que ocorre hoje no Brasil e no Mundo.

De especial interesse para mim, neste último número, foi o artigo do professor Paulo Nogueira Batista Jr. Como alguns estudos citados na bibliografia – que me ajudariam a desenvolver pesquisas particulares que faço atualmente – não fornecem indicação de Editora, estou escrevendo para que vocês me informem como conseguir estas pesquisas.”

Celso Macedo
Gama, Brasília/DF

PRESENÇA DA MULHER

A Editora Anita Garibaldi, com grande satisfação, apresenta ao seu público leitor sua mais nova publicação: a revista PRESENÇA DA MULHER.

PRESENÇA DA MULHER, com mais de 10 anos de circulação, publicou a edição nº 30 em dezembro/97. Nos últimos anos enfrentou problemas financeiros que prejudicaram sua regularidade durante algum tempo.

Frente às dificuldades, o Concelho Editorial da PRESENÇA se reuniu com a direção de Anita Garibaldi para discutir alternativas e decidiram:

- 1º - O Concelho Editorial da revista continua nas mãos das companheiras mulheres, com a independência que sempre o caracterizou;
- 2º - A partir da edição nº 30 a Anita Garibaldi assume a produção, distribuição e comercialização da PRESENÇA, em parceria com o Concelho Editorial e União Brasileira de Mulheres (UBM);
- 3º - A divulgação, venda avulsa e de assinaturas continuam sendo feitas, fundamentalmente, pelas mulheres;
- 4º - As assinaturas da PRESENÇA DA MULHER passam a ser centralizadas e distribuídas pela Editora Anita Garibaldi;
- 5º - Aprovamos uma nova política de descontos e/ou comissões para as vendas de cotas e assinaturas;
- 6º - Durante o ano de 1998 serão publicadas 3 edições da revista, retomando sua periodicidade trimestral em 1999;
- 7º - O preço da assinatura continua sendo o de R\$ 20,00 e a validade de quatro edições;
- 8º - Os cheques das assinaturas deverão ser feitos em nome da Editora e Livraria Anita Ltda e enviados, junto com o cupom preenchido, à sede da Editora em São Paulo.

Pela regularidade e seriedade com que Anita Garibaldi edita a revista Princípios, reconquistou o prestígio e respeito de seus leitores. Será com o mesmo carinho que trabalharemos com a PRESENÇA DA MULHER, para a qual pedimos que você, amigo(a) leitor(a), faça sua assinatura através do cupom abaixo, escolhendo a forma de pagamento que melhor lhe convier e enviando ao nosso Departamento de Circulação.

Com nosso abraço de agradecimento e êxitos em 98.

Divo Guisoni
Editora Anita Garibaldi

CUPOM PARA PEDIDO - ANITA GARIBALDI



Sim, desejo assinar as publicações especificadas abaixo.

O pagamento será feito de acordo com a opção assinalada.

- Assinatura revista Princípios (4 edições) - R\$ 30,00
- Assinatura revista Princípios para o exterior - US\$ 40,00
- Assinatura revista Presença da Mulher (4 edições) - R\$ 20,00
- Assinatura revista Presença da Mulher para o exterior - R\$ 25,00

SOLICITE NOSSA LISTA DE PREÇOS COM
OS OUTROS PRODUTOS DA EDITORA.
SE PREFERIR, LIGUE (011) 289 1331

Forma de pagamento:

- Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Validade Postal para Agência Brigadeiro/SP
- Depósito em conta - Banco Itaú, Agência 0251 c/c 48.678-3
- Cartão Credicard/Diners ou VISA nº _____ Validade ____ / ____

Nome: _____

Bairro: _____ CEP: _____ - _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ Profissão: _____

Data e Assinatura: ____ / ____ / ____ _____

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - São Paulo/SP CEP 01323-010 E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br





Cem anos de
BERTOLT
(1898-1998)
BRECHT

ELOGIO DA DIALÉTICA

A injustiça passeia pelas ruas a passos largos.
Os dominadores fazem planos para dez mil anos.
Só a força os garante. Dizem que tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Este é apenas o começo!

Entre os oprimidos, muitos dizem:
Jamais se realizará o que queremos!
O que ainda vive nunca diga jamais!
O seguro não é seguro. Nada ficará como está.
Quando os dominadores falarem,
falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer jamais?
De quem depende a continuação desse domínio senão de nós?
De quem depende a sua destruição? Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Como pode calar-se quem reconhece a situação?
Os vencidos de hoje serão os vencedores de amanhã.
E um novo "hoje" nascerá do "jamais".